

REGINA PAULISTA FERNANDES

PARA ALÉM DAS GRADES E REGRAS
SOCIABILIDADE E LOUCURA:
Uma análise no manicômio judiciário do Paraná

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Rasia

CURITIBA

2000

REGINA PAULISTA FERNANDES

PARA ALÉM DAS GRADES E REGRAS
SOCIABILIDADE E LOUCURA:
UMA ANÁLISE NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Rasia

CURITIBA

2000



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 916 Fone e fax : 360-5173

PARECER

Os Membros da Comissão Examinadora designadas pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, para realizar a argüição da Dissertação da candidata **REGINA PAULISTA FERNANDES**, sob o título "PARA ALÉM DAS GRADES E REGRAS SOCIABILIDADE E LOUCURA: UMA ANÁLISE NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO PARANÁ", para obtenção do Título de Mestre em Sociologia, ~~A. B. S. A. L. A. M.~~..... a candidata com conceito ".....A....." sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, completando assim todos os requisitos necessários para receber o **Título de Mestre**.

Curitiba, 04 de dezembro de 2000.

Prof. Dr. José Miguel Rasia (orientador)



Profª Drª Maria do Carmo Marcondes Brandão Rolim



Profª Drª Selma Baptista



Ao meu Orientador Professor
José Miguel Rasia

AGRADECIMENTOS

Durante o período em que este trabalho foi preparado - cerca de dois anos – tive a colaboração de pessoas que merecem aqui ser nomeadas. Meu orientador, a quem dedico este trabalho, que, além de orientar minha pesquisa com criatividade e competência, foi, também, um grande incentivador do tema.

Meu agradecimento especial à professora Iria Zanoni Gomes pela convivência sempre estimulante ao longo destes anos, e que sempre se mostrou solícita no empréstimo e indicação de material bibliográfico.

Fundamental foi o apoio dado pela pedagoga do Complexo Médico Penal Professora Ana Maria Bastos Schneider pelas longas sessões de conversas e entrevistas, e pela gentileza no fornecimento dos materiais que enriquecem e dão vida a este trabalho. Também meus agradecimentos ao agentes penitenciários, através do Sr. João Luiz Padilha, chefe de segurança pela compreensão em deixar-me a sós com os internos, condição imprescindível para que esta pesquisa se concretizasse.

Aos internos, seres esquecidos pela sociedade, cujas penas não se restringem apenas na liberdade de ir e vir... a todos eles que não fazem parte das construções refletidas da sociedade, exceto quando se tratam de controle, poder, grades... gente de vida escondida, vida subtraída...enfim, à essas pessoas, as quais vejo com emoção e que inspiraram dia a dia na composição deste trabalho, minha gratidão.

Agradeço às professoras Maria do Carmo Rolim Brandão e Maria Tarcisa Bega, que compuseram a banca de qualificação desta dissertação, brindando-me com comentários e sugestões valiosos.

Por fim, merecem, também, uma referência especial, meu companheiro Valdemar Reinert, que colaborou com este trabalho, desde a obtenção de livros à importantes “dicas” de pesquisa, e Tais M. F. Luz Lopes pela amizade contínua e a

paciência de sempre em normatizar, não só este trabalho, como outros que o antecederam.

Curitiba, novembro de 2000.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iv
RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 A LOUCURA COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA	8
2.1 O nascimento do manicômio.....	8
2.2 O papel do perito no surgimento do manicômio judiciário.....	17
3 NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO PARANÁ	32
3.1 A instituição, a memória e as impressões.....	32
3.2 Para além das grades e regras: a construção objeto.....	42
4 OS CAMINHOS DA SOCIABILIDADE	62
4.1 O jogo como elemento fundante do social.....	62
4.2 O erótico como elemento fundante do social.....	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXO 1	116
ANEXO 2	117
ANEXO 3	118

RESUMO

A dissertação apresenta a formação história da loucura e dos manicômios na Europa e procura discutir o papel político que aí desempenham o saber médico e jurídico. Considera presentes as questões da relação indivíduo-sociedade e o processo de racionalização na constituição das práticas inerentes à prisão e o discurso legitimador sobre a loucura. Esta parte do trabalho está baseada na linha teórica de Michel Foucault, onde a loucura e a prisão são analisadas pelas funções que elas preenchem nas sociedades modernas. Na segunda parte, o trabalho apresenta o indivíduo, interno no manicômio judiciário, identificado fora das malhas do poder e do controle, que constrói espaços de sociabilidade e, nesses espaços, garante o retorno do “eu”, pois são os espaços da recriação da sua identidade, da sua condição de sujeito, que possui voz própria. Longe de serem produtos da vigilância, sem fala e sem rosto, institucionalizados pelas normas e regras, os internos são sujeitos, que vivem e desejam viver, mesmo que para isso precisem fabricar um mundo paralelo.

Palavras chaves: controle, disciplina, poder, instituição total, loucura, sociabilidade, jogo, sujeito, fantasia, desejo.

ABSTRACT

The dissertation presents the formation history of the madness and of the insane asylums in Europe and it tries to discuss the political paper that there carry out the medical and juridical knowledge. It considers presents the subjects of the relationship individual-society and the rationalization process in the constitution of the inherent practices to the prison and the speech legitimador of the mental disease. This part of the work is based on Michel Foucault's theoretical line, where the madness and the prison are analyzed by the functions that they fill in the modern societies. In the second it leaves, the work introduces the individual, internal in the judiciary insane asylum, identified out of the meshes of the power and of the control, that builds sociability spaces and, in these spaces it guarantees the return of the " me ", because they are in those spaces that it creates again its identity, its subject condition, that possesses own voice. Far away from they be products of the surveillance, without voice and without face, institucionalizados for the norms and rules, the interns are subject, that live and they want to live, even if for that they need to manufacture a parallel world.

Key words: control, disciplines, power, total institution, madness, sociability, game, subject, fantasy, desire.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, acima de tudo, traz uma história. A história de um período em que estive em contato com um mundo pouco perceptível, mas que contém uma verdade, camuflada, que precisava ser vista e ser dita. Uma verdade que estava a espera de ser desvelada. Esta é a história da insensatez da existência, da qual seus personagens procuram escapar cada qual a sua maneira, numa verdadeira decorrência da convicção de que se pode viver no absurdo, num espaço que prescinde da palavra para ilustrar o próprio absurdo.

O lugar é o antigo Manicômio Judiciário do Paraná, hoje Complexo Médico Penal Dr. Wallace Tadeu de Melo e Silva, início do ano de 1998. Naquela época eu estava em fase de conclusão da monografia, trabalho final para a graduação em Ciências Sociais, e o fato que me chamava a atenção era a ambigüidade do discurso que sustenta a existência do manicômio, qual seja, o da cura e da ressocialização e que são, de fato, sua razão de ser.

A hipótese principal do trabalho monográfico era a de que não havia recuperação social de qualquer tipo para aqueles indivíduos e este aspecto foi analisado estritamente sob a ótica do controle e da vigilância totais que é uma das mais duras características daquele manicômio. O problema que se colocava partia de um denominador comum: os internos eram incessantemente vigiados e controlados e, sendo suas vidas de tal modo normatizadas, não poderia jamais existir um programa que desse conta de uma recondução efetiva ao convívio social.

Por outro lado, mesmo que houvesse tratamentos de saúde adequados e programas eficazes de ressocialização, o interno a caminho da liberdade se defrontaria com outro entrave, este agora de ordem estrutural: o retorno social do interno depende

da “alta social” emitida pelo Conselho Penitenciário¹, e esta só se concretiza quando existe vínculo social, isto é, quando o interno possui ainda laços familiares que o permitam viver fora da instituição. Cabe dizer também que o Estado não desenvolve qualquer programa de acompanhamento assistencial ao egresso do manicômio judiciário se este não tiver família ou responsável.

Quando a pesquisa monográfica estava praticamente no final, a direção do manicômio permitiu, enfim, que eu visitasse os internos em seus próprios cubículos². Até então eu apenas os havia entrevistado em salas formais, lugares neutros e sempre acompanhada de um agente penitenciário. Aquela permissão configurava um novo momento na pesquisa. Tomava consciência, ali, de que existia um outro sentido para aquela população internada.

Adquiriu corpo, de forma inequívoca, um aspecto que perpassava e superava aqueles corpos institucionalizados, provocando um retorno às minhas considerações iniciais. Surgia ali a problemática p um trabalho de mestrado. Aquelas visitas, que me permitiam entrar no domínio particular dos internos revelavam, pouco a pouco, sutis estratégias que a população internada criava para resistir à disciplina e à desindividualização, numa busca incessante de construir espaços próprios de sociabilidade.

Uma rede de sociabilidade desnudava-se, pouco a pouco, à minha frente. Formas ‘secretas’ de comunicação, como códigos de um dicionário particular surgiam desenvolvidas entre aqueles indivíduos; trocas de pequenos objetos ou mesmo de

¹ Formado por profissionais que trabalham no manicômio judiciário – psiquiatras, psicólogos, agentes de segurança, assistente social, advogado – este corpo multidisciplinar reúne-se para decidir nos casos em que internos tenham cumprido sua permanência na instituição. Para sair em liberdade, o interno precisa adquirir a “alta jurídica”, que atesta o cumprimento da “medida provisória” determinada pelo juiz, a “alta médica”, que atesta o fim da periculosidade, assinada pelos psiquiatras e psicólogos e a “alta social”, que é a única que garante de fato a saída do preso. Isto é, ele pode obter as duas primeiras “altas” mas, se não possuir vínculo social, continua na instituição sob a tutela do Estado.

² Cubículo é o nome que os funcionários do manicômio judiciário usam para designar as celas.

gestos, permanentes em significado, como constitutivos de uma língua viva; enfim, os bastidores daquele mundo de singularidade, traduziu-se não mais nas palavras de Michel Foucault³ que soava em meus ouvidos, sempre que visitava as galerias acompanhada por um agente de segurança: “corpos dóceis, corpos disciplinados”.

Podia muito bem, agora, invocar Hannah Arendt num trecho da “Condição Humana”⁴ que diz que jamais alguém pode desapropriar o homem no tocante a si mesmo, pois que corpo, mãos e boca são naturais e são dados a cada ser humano para seu uso privado e que o direito de buscar a felicidade é tão inegável quanto o direito à vida; chega a ser idêntico a ela. Começava eu a entender ali, que aos outros espaços da prisão atribuíam-se, também, significados que faziam parte de uma outra cultura, que não pertenciam mais à esfera dos agentes do poder disciplinar, mas permeavam tão somente as relações que ali se encontravam e coabitavam.

Assim, o objetivo desta pesquisa está em perceber e identificar que, no grupo internado há uma fala, que fundamenta a possibilidade de um conhecimento, há uma autonomia do sujeito que ao mesmo tempo em que é subjugado pela relação do saber/poder tem uma voz que lhe é própria. As brechas encontradas para se opor ao poder institucional, que os anula, estão, principalmente, na comunicação e, esta, seja por gestos ou por olhares, nos impulsos eróticos ou religiosos, enfim, o jogo particular desse universo peculiar, é que os mobiliza para a resistência, abre caminho para a fantasia, para a representação, para a fuga da vida real.

Sem estes subterfúgios o real seria insuportável, como para aqueles que como nós vivemos fora do manicômio. A marca fundamental deste trabalho é, portanto, a da restauração do desejo, da festa, da organização da fantasia, que assegura,

³ Para o trabalho de monografia foi adotada a perspectiva foucaultiana da sociedade disciplinadora do corpo social, estendendo às instituições disciplinares mecanismos que operam relação de poder e que visam a controlar os corpos em todos os espaços e nos seus mais insignificantes movimentos. Cf. Michel Foucault. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1989.

⁴ Nesse livro, Arendt faz uma reconsideração da condição humana, abordando somente as manifestações mais elementares do homem, as ações que estão ao alcance de todo ser humano. Cf. Hannah Arendt. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1999.

sobretudo, uma significação para o sujeito: onde há desejo, há sujeito.

Espero que as experiências e situações narradas neste trabalho, possibilitem um melhor entendimento sobre a existência deste sujeito, as formas de reorganização e estruturação do “eu”, percebidos em seu estado original. Para isso, o segundo item da pesquisa buscou abordar também, de um lado, a proposta psicoterapêutica que fez parte de um sistema ao longo da história, no qual o saber da psiquiatria tradicional fala sobre o louco, diz o que ele é, nomeia-o. Este viés busca indicar aspectos de uma temática pertinente: a presença política da psiquiatria nas sociedades contemporâneas. Busca mostrar como uma determinada ciência não somente está a serviço de interesses específicos, como também é, na estrutura, um saber eminentemente político, por mais que o neguem seus praticantes. Fundamentado nos trabalhos de Foucault e Castel, é um texto mais geral, que condensa uma visão crítica e que pode, evidentemente, sofrer uma exploração mais rica.

Quando percorremos os caminhos da construção histórica dos saberes, percebemos que alguém, de alguma época, de uma sociedade, de uma classe determinada, fala, e por isso esse alguém é um ser histórico, faz parte de uma experiência da história, e pode sobre isso falar. É essa arqueologia foucaultiana que nos aponta como esse conhecimento adquiriu, num tempo, o estatuto de um saber totalizado, com status de verdade.

Mais adiante, seguindo a investigação histórica vem a anti-psiquiatria, onde, principalmente, Cooper questiona as premissas científicas e filosóficas propondo novos pontos de partida, e a psicanálise, com Freud, configurando um sujeito cuja natureza não está na categoria de uma racionalização consciente. Contudo, também essas duas áreas do conhecimento, cada qual com sua leitura, surgem sempre falando sobre outro, sempre sendo o sujeito do saber. Mesmo assim, ambos, Cooper e Freud, cada qual à sua maneira, questionam as premissas científicas e filosóficas de onde partem quase todas as teorias psicológicas difundidas, propondo outras formas de abordagem. São dessas orientações que surgem os fundamentos desta pesquisa, ou

seja, os de uma visão constitutiva do sujeito que faz, também, uma história.

Assim, em oposição a essas imposições de poder e de saber sobre o outro, a pesquisa traz uma alternativa de 'saber', e esta é a questão, vinda e oferecida pelo próprio interno, este dizendo de si próprio, nomeando-se. A fantasia, de tão difícil apreensão pelo rigor científico, remete, inevitavelmente, a um estado em que ela própria é objeto do desejo, tanto quanto realização do desejo. O desejo é indestrutível, escreve Freud, porque, sob sua forma essencial, ele é irrealizável.

Esta é portanto uma história do sujeito, cuja fantasia subjuga o que é posto em cena, o que é imposto. É o sujeito que cria, por assim dizer, um imaginário que, sob seu domínio, o faz realizar-se pela fantasia. Passa ao longe do que dizem dele. Não se trata, certamente, do sujeito cartesiano, do Eu penso, da subjetividade/razão, mas, como entende Castoriadis, ele próprio é o sujeito efetivo totalmente penetrado pelo mundo, e pelos outros. Não importa aqui a maneira como ele significa, mas sim, que pode e quer significar. E é esta instância ativa e ao seu modo lúcida que reorganiza constantemente os conteúdos, fazendo com que a cada nova situação, haja sempre uma possibilidade de ressignificação.

A terceira parte do trabalho diz sobre as impressões e um pouco – ou o que sobrou em termos de documentos - da história do Manicômio Judiciário do Paraná. Traz, também a formulação do objeto – este sujeito que sabe de si – cujo espaço manicomial é sua morada definitiva, um lugar em que já não há relógio nem calendários; ociosidade forçada, reino do indiferenciado, onde a principal tarefa é fazer o tempo passar, ou seja, “fabricar o tempo”⁵. A incompreensão das dualidades passado/futuro, vida/morte, homem/mulher transformam-se em invenções de novas medidas para preencher o tempo.

A construção deste objeto, para ser entendida, deve, primeiramente, como já foi dito, partir da própria formação histórica do surgimento dos manicômios na Europa em geral e do manicômio judiciário em particular, não deixando de ser este último

⁵ Cf. A. Moffatt. *Psicoterapia do oprimido*. São Paulo: Cortez, 1986. p. 29.

abordado como penitenciária e hospital. Pode-se pensar que tais resgates históricos, distem um pouco do objeto de estudo em si, mas é importante notar que sem eles não se poderia fazer a ponte entre este sujeito do conhecimento, autoritário, que teve poder desde sempre para falar sobre o outro, e uma “nova escuta” ou “novo olhar” (não um novo falar), sobre este outro, agora também constituído como sujeito que tem um desejo, dono da sua fala, inventor de seu tempo.

Se, como coloca Castoriadis, “cada sociedade é também uma maneira de fazer o tempo e de fazer o que significa: uma maneira de se fazer ser como sociedade”⁶, essa construção do tempo institui um referencial identificatório para seus membros, um processo que deve ser visto como um contrato entre o sujeito e o meio social em que vive.

O desejo, não antes, mas sempre adiante do sujeito, vem com uma linguagem própria. Se o manicômio judiciário serve para ressocializar os que possuem vínculo social, resta aos que ficam, (objeto da pesquisa), não mais a esperança de sair, mas o imaginário que compensa a não-satisfação dessa necessidade, a criação como constituição do novo, como novas maneiras de viver dentro de uma realidade dada.

A hipótese, também a ser explicitada neste item, não estava plenamente amadurecida, quando do início da pesquisa, pois aquela experiência cotidiana, por não estar muito visível, sugeria, apenas, que os internos burlavam, de algum modo, a norma disciplinar, com adaptações, desvios e combinações muito sutis, numa esfera interior muito particular, mas nada ainda que, para a pesquisa, pudesse revelar a fórmula extraordinária que estava na essência daquelas estratégias. Assim, por haver apenas uma intuição de trabalho, a hipótese cresceu e formulou-se no próprio percurso da pesquisa, na observação participante, possibilitada pela aceitação da minha presença, que, superado o antagonismo inicial, me aproximou do objeto.

A quarta parte dedica-se a explorar as relações entre os próprios internos e

⁶ Cf. Comélius Castoriadis. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 351.

estes com os funcionários e profissionais da instituição, contextualizando de que maneira as normas são significadas no cotidiano manicomial, bem como buscar identificar quem são seus habitantes, suas histórias. Os significados daquele cotidiano, são criados pelos internos em duas bases fundamentais: no jogo e no erótico, ambos como forma de estabelecer uma sociedade paralela e assim garantir a fuga de uma existência institucionalizada. Os exemplos encontrados aí dão bem a medida da eficiência deste simbólico em atos, secretos, mas extremamente concretos.

Procurei sistematizar a capacidade de criação nos territórios da sociabilidade mostrando a arte com que o interno reestrutura sua 'realidade' investindo-a de sentido. A seleção das significações colhidas na observação, pode ser, em certa medida, arbitrária, uma vez que não pode ser deduzidas de nenhum princípio universal, físico ou biológico, tampouco está unida por qualquer espécie de relação interna à uma 'natureza das coisas'. Mas o que importa é salientar o caráter soberano da imaginação, onde o limite da razão é rompido e os conceitos rígidos dão lugar a uma amálgama fecunda e complexa que entrelaça realidade e imaginação, fundindo e confundindo-as numa linguagem espetacular.

Foi selecionado para o trabalho de campo um grupo de internos, homens e mulheres que, mesmo não possuindo, absolutamente, qualquer laço social e sabendo que estão condenados a passar ali sua existência, criaram outros laços, instituíram uma sociabilidade peculiar, discreta ou até mesmo secreta. O grupo observado é formado por internos que não recebem visitas nem cartas, tampouco mantêm qualquer ligação com a família ou alguém que possa mantê-los informados sobre o que se passa com o mundo. Ou seja, não é penetrado por nenhum canal de informação de fora, a não ser àqueles impessoais e distantes como o rádio e a televisão, cuja notícia não o remete a pensar sobre seu mundo imediato. É nesse grupo que o aspecto do aparentemente sem saída é prova de que o sujeito, longe de ser anulado, docilizado, cria um pedaço de realidade e adapta-se a ela, encarna-se e presentifica-se nela, significa-se a ela.

2. A LOUCURA COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

2.1. O NASCIMENTO DO MANICÔMIO

A loucura é um momento difícil, porém essencial, na obra da razão; através dela, e mesmo em suas aparentes vitórias, a razão se manifesta e triunfa. A loucura é, para a razão, sua força viva e secreta.

Montaigne

O século XIX foi analisado como o século das regulamentações, das normalizações, das classificações controversas, enfim, da domesticação das paixões. Sem dúvida podemos dizer, também, que o século XIX ficou conhecido, entre outros fatos, como o século dos manicômios, pois em nenhum outro o número de hospitais destinados a alienados foi tão grande, assim como nunca, até então, a terapêutica da loucura foi tão vinculada à internação. O século XIX aceitou e mesmo exigiu que se atribuíssem exclusivamente aos loucos esses lugares nos quais cento e cinquenta anos antes se pretendeu alojar os miseráveis, leprosos, vagabundos e desempregados.

Foi também naquele século que, graças a atuação dos peritos⁷, cujos laudos indicando um desvio mental, impediam que indivíduos fossem parar em presídios

⁷ Termo empregado para se referir aos alienistas, uma especialidade médica surgida no século XIX. Cf. Ruth Harris. *Assassinato e Loucura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 23.

comuns, surgiu o manicômio judiciário. E foi também, no século XIX, que surgiu uma variedade de diagnósticos de loucura para justificar a internação. Por isso a medicina da loucura jamais foi tão grande e tão difusa, seja como etiologia, seja como semiologia ou terapêutica. O manicômio foi o núcleo gerador da psiquiatria como especialidade médica, e o manicômio judiciário, o lugar de atuação do saber médico e do saber jurídico.

Quando se investiga a medicina do século passado – em seus textos teóricos, regulamentos e instituições – se delinea, cada vez com mais clareza, um projeto de medicalização da sociedade. Este projeto consiste em medicalizar a moral, seja para atribuir o seu adoecimento a causa da imoralidade do louco, seja para dele fazer o espaço de intervenção curativa. É pela apropriação da moral, de onde advém toda a racionalidade humana, que a psiquiatria constrói sua lógica e sua base de atuação. Partindo da medicalização do louco pela moral, a psiquiatria atingirá afinal a medicalização dos sãos, quando então, plenamente, a moralidade social, a cidadania, torna-se um assunto também de competência médica⁸.

A medicina investe sobre a cidade, disputando um lugar entre as instâncias de controle da vida social. Possuindo o saber sobre a doença e a saúde dos indivíduos, o médico compreende que a ele deve corresponder um poder capaz de planificar as medidas necessárias à manutenção da saúde e que, tanto quanto a elaboração de instituições a presença do médico é tida como uma autoridade que intervém na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas.

A função do hospital psiquiátrico do século XIX é a de um lugar de diagnóstico e de classificação, retângulo botânico onde as espécies de doenças são divididas em compartimentos cuja disposição lembra uma vasta horta. Mas também

⁸ O filósofo brasileiro Rubem Alves, num ensaio denominado *Religião e Enfermidade*, desenvolve um pensamento político em torno da saúde e da doença mental. Este ensaio está contido na obra *Construção Social da Enfermidade*, organizada por J. F. Regis de Moraes. São Paulo: Cortes & Moraes, 1981.

espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e de submissão. O médico do asilo é, ao mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade da doença pelo saber que dela tem, e aquele que pode produzir a doença em sua verdade e submetê-la na realidade pelo poder que sua vontade exerce sobre o próprio doente.

Todas as técnicas ou procedimentos efetuados – isolamento, interrogatório, tratamentos, punições, pregações morais, relações de vassalagem, de posse, de domesticidade, entre o médico e o doente – tudo isso tinha por função fazer do personagem médico o “mestre da loucura”; aquele que a faz manifestar-se em sua verdade quando ele se esconde, quando permanece soterrada e silenciosa, a aquele que a domina, a acalma e absorve depois de a ter sabiamente desencadeado.⁹

O manicômio é, também, fruto da disciplinarização das cidades. Espaços construídos para os que não estavam de acordo com a ordem burguesa, e, embora sejam, até hoje, espaços de exclusão social continuam se adaptando às necessidades do meio de produzir corpos disciplinados, corpos individualizados. É disso que Foucault fala quando demonstra que o discurso como um saber/poder é algo que se constrói no interior da luta por esse poder legitimador¹⁰. A estas características podemos acrescentar a vigilância, o olhar que a tudo desnuda e, mesmo quando não está presente faz com que o vigiado interiorize o olhar daquele que o vigia. Este é o procedimento para conhecer, dominar e utilizar¹¹.

Os relatos oitocentistas da psicopatologia trazem, claramente, as duas grandes tendências da época: a etiologia passional (implicando o tratamento moral) e a

⁹ Cf. Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 116

¹⁰ *Idem*, p. 113-114.

¹¹ Optou-se, nesta parte do trabalho, pela abordagem foucaultiana quanto ao nascimento do prisão e sua consolidação como instrumento de punição e de disciplina.

etiologia organicista (impondo o recurso do tratamento físico)¹². Em todos, percebe-se o esforço dos autores de construir uma doutrina que desse conta de fatos e significados psicológicos num universo de pensamento desprovido dos conceitos de psicologia científica.

Em todos, percebe-se a dificuldade dos autores de conciliar os requisitos de cientificidade com a necessidade de considerar processos e funções cujo substrato orgânico era apenas pressuposto, e que, portanto, só podiam ser considerados dentro de sistemas de conceitos que, a despeito de sua eventual coerência interna, mostravam-se distantes à verificação empírica dos critérios de definição. Na verdade, esse é um problema que também se verifica atualmente: até onde a medicina pode delimitar fronteiras entre a determinação orgânica e social da loucura?

Os adeptos de uma etiologia orgânica da loucura enfrentavam menos dificuldade nesse esforço, porém, para os que atribuíam à loucura uma natureza mental e uma origem passional, o risco de desqualificação científica era bem maior. Por isso eles insistiam num outro tipo de evidência empírica: a eficácia indiscutível do tratamento moral que era a terapia de onde derivavam estas concepções. As duas tendências revelam a busca incansável de caminhos para a eficácia clínica, que se pudesse justificar cientificamente.

Todas as obras referentes ao tratamento manicomial revelam, entretanto, outro conflito, qual seja, a necessidade de controle do comportamento “anormal” e a responsabilidade clínica. Philippe Pinel¹³, médico humanista, dedicava sua vida à realizar experiências sensoriais e sociais que corrigissem a razão desgarrada. No

¹² Para saber da história que deu origem a todas as teorias e suposições sobre o tratamento da loucura, Cf. Isaias Pessotti. *A Loucura e as Épocas*. São Paulo: Editora 34, 1982.

¹³ Philippe Pinel (1745-1826), considerado o pai da psiquiatria, foi nomeado médico de Bicêtre durante o Terror. É atribuída a ele a libertação dos loucos das correntes com que eram presos nas celas. Ao considerar a alienação mental como uma doença comparável às doenças orgânicas, inaugurou o tratamento médico da loucura. Contribuiu para o estabelecimento do quadro nosológico das doenças mentais e dedicou-se ao tratamento moral da loucura. Cf. Isaias Pessotti, op. cit. 1982, p. 70.

extremo desta linha, vislumbramos um outro médico, Haslam¹⁴, que também na busca da cura, não hesitava em acorrentar um paciente por dez anos.

Para compreender a psicopatologia e a prática psiquiátrica do século XX é conveniente levar em conta as influências, inegáveis, que elas receberam do movimento cultural que desembocaria na Revolução Francesa, e do pensamento médico do século anterior. O pensamento médico sobre a loucura e suas variantes tem, como se sabe, raízes seculares. É um conhecimento não sistematizado sendo que a psiquiatria só vai se instituir como especialidade clínica e como área específica de saber médico, no início do século XIX. Na França, berço da psiquiatria, bem como em toda a Europa, havia asilos para alienados, já muito antes da Revolução, mas os internados eram cuidados por religiosos e não se praticava um tratamento médico da alienação. O asilo não era, portanto, o que seria o manicômio a partir da obra de Philippe Pinel.

Os hospícios das grandes cidades, alojavam toda a sorte de minorias marginalizadas, incluindo os insanos. Famílias com alguma posse cuidavam de seus doentes mentais em casa ajudadas por médicos práticos, com algum conhecimento sobre as doenças mentais. Quanto aos loucos criminosos, esses eram julgados e condenados a cumprirem pena em cadeias comuns. Isso, até surgirem os peritos – categoria explicada mais adiante –, e, com eles, uma nova instituição: o manicômio judiciário.

Até chegar nesse patamar, os desarranjos mentais dos homens passaram, portanto, por várias explicações. Ora vista como manifestação dos deuses, ora vista como possessão demoníaca, esta antiga contradição humana só ganhou status de doença e, como consequência, uma disciplina para seu estudo e tratamento – psiquiatria – no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, quando começa a

¹⁴ Em nenhuma parte o uso e o abuso das correntes chegaram a extremos como na Inglaterra. O paciente acorrentado, acorrentado pelo médico Haslam, foi um marinheiro inglês. *Idem*, p. 137.

ser estudada como um problema social, observado, principalmente, nas cidades. É a situação humana deplorável em que viviam os loucos que leva os novos dispositivos jurídicos institucionais burgueses, calcados nos ideais revolucionários, a começar por abolir as normas desumanas até então empregadas. A Nova Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão estabelece a assistência pública como uma dívida “sagrada”, cabendo a lei determinar sua natureza e aplicação.

No ano de 1793, Pinel, que já operava uma grande transformação no tratamento dado aos insanos, foi nomeado para o asilo de Bicêtre, e ali começou a separar loucos dos não loucos, prática depois estendida aos presídios, colocando-os num mesmo lugar para deles cuidar¹⁵. Mas a medicina daquela época, com suas concepções mecanicistas anatomofisiológicas de então, não tinham nenhum preparo para lidar com tal complexidade. Pioneiros, o saber e a tecnologia pinelianos centravam-se em três princípios necessários ao estabelecimento da “higiene social”, técnica esta que deu margem à várias críticas dos humanistas.

O primeiro princípio preconizava isolar o louco do mundo exterior rompendo com o foco permanente de influência que é a vida social. O segundo propugnava a ordem asilar, com lugares rigorosamente determinados, sem possibilidade de transgressão, e o terceiro, uma relação de autoridade entre o médico com seus auxiliares e o doente a ser tratado. Esses seriam os pilares básicos de uma filosofia que pretendia estabelecer uma reforma moral a fim de tratar igualmente seus usuários. Estava, assim, instituída a escolha manicômio/hospitalar para o tratamento mental.

É importante reafirmar que a psiquiatria tradicional é, neste trabalho, enfocada como uma ação repressora perpetrada por um mundo já industrializado e que está apto a condenar aqueles que não se adaptam às regras de “normalidade” social, e o manicômio é percebido como uma prisão, destinada a afastar da sociedade todos aqueles que dessintonizaram com ela, parando, conseqüentemente, de produzir.

¹⁵ Em muitos hospitais psiquiátricos modernos fez-se grande diferença estabelecer quem era louco e quem tinha uma lesão cerebral qualquer.

Por isso não interessa que, na realidade, não ocorra “cura” alguma no interior dessas instituições, uma vez que são mantidas apenas devido ao seu caráter segregador dos desviantes. Aliás, muitos estudiosos já demonstraram que a psiquiatria surgiu justamente num ponto em que, estando em desenvolvimento a Revolução Industrial, era necessário encontrar mão de obra para as indústrias. Como havia uma grande massa de desocupados, foi preciso de técnicas que, aplicadas a eles, permitissem a sua classificação em três categorias: os desempregados, os criminosos e os loucos. Os primeiros poderiam ser aproveitados, enquanto as duas últimas classes deveriam ser confinadas, para não atrapalharem a organização industrial. Portanto, originariamente, a reclusão dos loucos e dos criminosos obedeceu a uma sistemática, que, no fundo, continuou a ser mantida, apesar de dissimulada através das inúmeras teorias “científicas” desenvolvidas, que, pretensamente, visavam a cura do “doente mental”.

De outro lado, as contribuições teóricas do século XVIII, que constituíram uma incipiente psicopatologia científica, nos apontam médicos dedicados que se esforçavam para conseguir uma base científica. Os resultados desse esforço foram obtidos da observação da conduta de alienados hospitalizados ou tratados pelos autores em suas clínicas privadas. Contudo, tais observações e registros eram categorizados e interpretados segundo as tendências dominantes nos meios culturais de seus autores.

Duas obras filosóficas sobressaíam no panorama acadêmico da Europa, principalmente na França, influenciando e determinando amplamente o fluxo de pensamento da “filosofia das luzes”. Eram o *Essay* de Locke (1690) e o *Traité des Sensations* de Condillac (1754). Em síntese, o *Essay* de Locke era uma reação à explicação cartesiana para a origem das idéias. Ao invés de idéias presidirem a aquisição do conhecimento pelas vias sensoriais, ordenando e discriminando as sensações em categorias o que se afirma agora é o contrário. São as sensações e as reflexões que instituem as funções da mente e é delas que se originam as idéias.

Condillac foi além na priorização da experiência sensível. Para ele, a reflexão também é produto da percepção sensorial. Todos os processos intelectuais,

normais ou patológicos, resultam em última análise, das sensações. A idéia de um homem que constrói suas idéias e seu pensamento a partir de própria experiência pessoal com as coisas e eventos que o cercavam, vinha a calhar para um projeto de libertação do saber, como o que animava os iluministas franceses. Era um projeto que visava desacorrentar o homem de qualquer autoridade que não fosse a razão.

Foi na linha do pensamento de Locke e Condillac, cujas idéias Pinel compreendia muito bem, que se construíram suas idéias: o método revolucionário de tratamento para os doentes mentais, libertando pacientes que se achavam acorrentados há vinte ou trinta anos e proibindo práticas antigas como a sangria e os purgantes. Pinel retirou as doenças mentais do terreno das superstições e credices colocando-as no terreno das alterações patológicas do cérebro e adotou métodos humanitários que o tornaram um dos pioneiros da psicoterapia moderna.

O estado da loucura, por outro lado, também não deve deixar de ser visto dentro do contexto da estratégia vitoriosa do processo de organização e aburguesamento das sociedades de classes. Com a medicalização das práticas de internamento, colocando-as sob a rubrica das medidas de assistência em favor dos pobres e dos doentes, o manicômio preencheu um espaço decisivo no sentido de propiciar a reedição, sob outros signos, das antigas práticas de exclusão social¹⁶. As disciplinas requeridas pela ordem burguesa, constituíam, em outras palavras, um espaço médico destinado à indivíduos incompatibilizados com a higienização do meio urbano.¹⁷

¹⁶ Como, por exemplo, na história da loucura, que traz, também, a história dessa exclusão incessante, porém sempre modificada – exclusão que se produz através de muitas outras formas, como as definidas pela produção, trabalho, riqueza, estrutura familiar, penalidade, coerções morais. Cf. Michel Foucault. *A História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

¹⁷ Especialmente em *Vigiar e Punir*, *op. cit.* outra função que a prisão desempenha naquilo que Foucault chama de rede carcerária, arquipélago carcerário ou continuum carcerário, diz respeito à disseminação, a partir dela, para os múltiplos estabelecimentos de regulamentos que procuram imitar a lei, de todo o tipo de sanções, de veredicto, de penas, de vigilância, do modelo policial. A prisão é, em relação a todos os estabelecimentos, a forma pura, sem atenuação do poder disciplinar que recebe o aval, a caução do Estado para punir.

As antigas casas de internamento sob a nova forma medicalizada florescem em todo o continente, e o domínio de um novo saber médico sobre a loucura redefinida foi, em pouco tempo, um elemento generalizado e incorporado às formas permanentes de gestão da sociedade burguesa.¹⁸ O controle e a disciplinarização vão fazer parte de todas as instâncias da vida cotidiana, e para cada uma delas se constrói um discurso, invadindo, assim, a esfera das relações pessoais para moldá-las segundo os propósitos da ordem e disciplina urbanas.

A prática do internamento, coincidiu com o momento em que a loucura é percebida menos com relação ao erro do que com relação à conduta regular e normal, momento em que aparece não mais como julgamento perturbado, mas como desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre. O internamento permitia a descoberta da doença mental mas era também um lugar de confronto.

A loucura, vontade perturbada, paixão pervertida, deve aí encontrar uma vontade reta e paixões ortodoxas. Esta luta deverá conduzir a vontade reta à vitória, e a vontade perturbada à submissão e à renúncia. Deve-se subjugar o caráter de certos doentes, vencer suas pretensões, quebrar seu orgulho, domar seus arroubos. Esta é a época do grande médico asilar.¹⁹ Revela-se a estratégia de um saber, qual seja o da medicina penetrando na sociedade, na justificativa de que esta é desorganizada e precisa de um interventor. Nasce o controle das virtualidades; nasce a periculosidade e com ela a prevenção.

¹⁸ Michel Foucault, 1982, *op. cit.*, p. 137.

¹⁹ A esse respeito consultar o livro *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, em que Roberto Machado comenta que no século XIX nasceu um tipo específico de medicina social pela maneira como tematizou a questão da saúde da população na sociedade de maneira global.

2.2. O PAPEL DO PERITO²⁰ NO SURGIMENTO DO MANICÔMIO JUDICIÁRIO E NA DETERMINAÇÃO DOS VEREDICTOS

Só poderemos compreender o discurso psiquiátrico acerca dos chamados indivíduos anti-sociais se fizermos referência ao local de constituição deste discurso, ou seja, as instituições disciplinares. A questão se situa, como já foi dito, na fronteira entre a psiquiatria e a justiça penal, e será necessário remeter à prisão como uma espécie de instituição disciplinar modelo, um quartel um pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria, mas que, no fundo, nada qualitativamente diferente²¹.

Dentre as instituições disciplinares, a prisão é a que utiliza mais intensamente a máquina disciplinar. A privação da liberdade é apenas uma das estratégias: com o aperfeiçoamento das técnicas de observação e registro de dados sobre as movimentações do condenado, que tendem a substituir as formas de coerção violenta, constrói-se nos arquivos das prisões, a figura de um novo personagem: a do delinqüente. Este delinqüente é passível de cura ou de correção e não mais de punição. Seu fim não seria mais a morte ou prisão perpétua, mas sim uma detenção com fim corretivo.

A prisão inaugurou com uma nova modalidade de punição dita mais humana, um saber sobre a delinqüência. Foucault mesmo diz que a prisão produz a delinqüência, não no sentido de que se devesse reformá-la ou de que seu funcionamento tivesse que ser aperfeiçoado. Ao contrário, dizer que a prisão produz o

²⁰ Na época eram chamados de peritos os que atuavam como testemunhas nos tribunais, e de alienistas os que clinicavam os doentes mentais. Cf. Ruth Harris, *op. cit.* p. 34.

²¹ Cf. Michel Foucault, 1989, *op. cit.*, p. 124.

delinqüente é dizer que cumpre seu papel enquanto dispositivo de controle social.

A pena-prisão inaugura, assim, uma forma de sanção que não se refere tanto a uma infração, mas a um comportamento, compreendido no interior de uma história individual. Aqui, a psiquiatria e justiça penal se confundem quando a categoria de delinqüente, produzida no interior da prisão estabelecer uma ponte entre estes saberes.

Tal como nas definições que acerca do diagnóstico de personalidade anti-social, sinais de rebeldia frente às leis deveriam ser buscados desde os anos infantis. Assim é que quanto mais se enfatiza a necessidade de reeducar, recuperar ou tratar os delinqüentes ao invés de puni-los, mais profissionais da disciplina povoarão o espaço da prisão, nas chamadas equipes multidisciplinares. O que Foucault sublinha é que a constituição destes saberes se liga ao aparecimento da própria prisão e que estes não significariam portanto um avanço científico que teria culminado com a descoberta do delinqüente.

A loucura e, agora, mais o crime e o castigo passaram a ser vistos e avaliados dentro de duas perspectivas: de um lado a lei e, de outro, a psiquiatria. Essas duas vertentes antagônicas no século passado ajudam a levar a um melhor entendimento das regras sociais da época e das articulações de poder, que, aliás, continuam detectáveis nos dias de hoje.

Em meados do século passado, o indivíduo que cometesse um crime dentro de um suposto estado de alienação mental, começa a ser, para alguns tribunais que começavam a dar ouvidos aos peritos, fonte de preocupação justamente pelo fato de que este indivíduo pudesse ser injustamente condenado pelas leis comuns. Dessa preocupação geraram-se as técnicas que entraram em jogo na determinação da responsabilidade destes criminosos e na decisão do que fazer com eles. Portanto, já no início deste século, tornaram-se rotineiras as intervenções dos peritos nos tribunais como testemunhas de perícias.

Eles eram contra os princípios que norteavam as penalidades para certos tipos de criminosos como os loucos, e insistiam por uma mudança a favor de

explicações deterministas (orgânicas e/ou sociais), para o comportamento anti-social do indivíduo. Suas análises psicossociais, baseadas em grande parte nas teorias deterministas da degeneração hereditária e automatismo neurofisiológico causaram profundo impacto nas interpretações da patologia tanto individual quanto social.

Tais idéias combatiam insistentemente um código penal baseado na responsabilidade moral, no livre arbítrio e nas teorias legais de obrigação contratual baseada na culpa. Embora os psiquiatras²² não tivessem uma explicação científica que revelasse os indícios tradicionais da loucura, ainda assim qualificavam certo grupo de criminosos como “monomaniacos instintivos”²³, alegando, portanto, uma autoridade sem precedentes na identificação da insanidade mental. Essas afirmações audaciosas foram combatidas pelos juristas que procuravam evitar interferências nos trabalhos que consideravam ser exclusivos da justiça.²⁴

Os juristas não acatavam as alegações dos médicos porque estavam presos aos princípios que sustentavam o código penal italiano de 1810, cujo sistema refletia as contribuições da filosofia penal utilitarista e da teoria da moral kantiana²⁵. A tendência utilitarista foi elaborada por Césare Beccaria *Dei delitti e delle pene* em

²² Designação posterior para os chamados alienistas, que agora já dispunham de uma disciplina especial da medicina só para doentes mentais. Cf. Ruth Harris, *op. cit.* p. 42.

²³ Monomania: espécie de alienação mental, em que uma idéia fixa parece absorver todas as faculdades intelectuais do doente – paixão, idéia fixa, mania exclusiva. Cf. Caldas Aulete. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

²⁴ Essa concorrência entre os dois saberes – médico e jurídico – é detectável nos dias de hoje. O caso de João Acácio da Silva, que ficou conhecido como o “bandido da luz vermelha” mostrando, de um lado psiquiatras que abonavam sua saída e de outro a justiça que a impedia, é um claro exemplo dessa disputa.

²⁵ Muitas das formulações kantianas foram escritas à razão iluminista e, posteriormente, base para as formulações durkheimianas. A moral kantiana, ao contrário da moral material (utilitarista) é a chamada formal, onde o agir será pela vontade pura do agente e não por estar adstrito ao castigo ou punição.

1764²⁶ e ampliada na filosofia penal de grande influência desenvolvida por Jeremy Bentham²⁷.

Acreditando que os seres humanos eram capazes de avaliar seus próprios interesses, eles e seus seguidores sustentavam que o papel da justiça criminal era ameaçar os criminosos com o castigo inevitável, aplicado, exatamente segundo a gravidade do delito. Argumentavam que, através de um processo de associação psicológica, a combinação de crime e castigo acabaria despertando uma tendência egoísta de obedecer a lei.

O panóptico, construção síntese de controle, tinha sua eficácia em modificar, dessa forma, os comportamentos. Bentham queria com isso estabelecer uma nova ordem, a ordem da inspeção, onde até um homem, apenas um, era suficiente para cuidar perfeitamente de um grande número de indivíduos. Essa casa de penitência, o panóptico, para expressar, com uma só palavra, sua vantagem essencial, seria a faculdade de ver, com um olhar, tudo o que aí se passa²⁸.

Assim, tanto fazia o furto famélico, prática comum dos mendigos esfomeados, quanto o mais revoltoso assassino, nada disso alteraria a aplicação exata e

²⁶ Beccaria, em seu livro, ataca o uso abusivo da tortura e outras deficiências do sistema penal da época. Era adversário da pena de morte e defendia a proporcionalidade entre punição e o crime, afirmando que o critério para medir a responsabilidade penal do agente não é sua intenção, mas o dano que de seu crime resulte para a sociedade. Essa argumentação é baseada no conceito utilitário do melhor para um maior número de pessoas, estabelecendo que a origem do direito penal é a segurança geral da sociedade, e que a prevenção do crime é mas importante que a pena; esta deve ter caráter retributivo no sentido de reeducar e recuperar o criminoso. Cf. Césare Beccaria. *Dos delitos e das penas*. São Paulo: Edipro, 1993

²⁷ Criador da filosofia política do utilitarismo e idealizador do sistema de controle e vigilância totais (panoptismo), onde o castigo físico foi substituído por “programas de recuperação”, a fim de que os criminosos fossem reintegrados “dóceis e úteis” na sociedade. Dedicou-se a descrever uma arquitetura imaginária da estrutura social, principalmente a hierarquia institucional de uma prisão. Cf. Michel Foucault, 1989, *op. cit.* p. 177.

²⁸ Essa construção é como uma colmeia onde cada cela é visível de um ponto central. O inspetor, ele próprio invisível, pode, se necessário, dar a prova imediata de sua presença. O inspetor, sem nenhum esforço de voz, sem se deslocar, pode advertir os prisioneiros, dirigir seus trabalhos e fazê-los sentir sua vigilância.

matemática das penalidades. Mais do que um sistema baseado na retaliação pública e na vingança brutal, os utilitaristas propunham uma moral aritmética inflexível. Os juizes deveriam aplicar sentenças semelhantes a todos os indivíduos que cometessem ofensas equivalentes, livrando o processo, portanto, de emocionalismo, arbitrariedades e injustiças.

Os códigos penais proporcionavam, idealmente, tanto a “medida justa de sofrimento” como a “promessa de castigo”. Este sistema deveria acompanhar um programa de reabilitação que, destinado a afastar os criminosos, mostraria ao indivíduo seus pares que o “crime não compensa” e, esperava-se, reformaria os infratores, devolvendo-os à sociedade depois do período de prisão determinado.

Os sistema penitenciário do início do século dezenove baseava-se na crença numa disciplina que exigiria que os delinqüentes presos julgassem melhor seus interesses através de um programa de vigilância, trabalho, e silêncio, útil à reflexão moral. Esses também eram os contornos básicos da instituição asilar, pensada para disciplinar e docilizar os corpos, moldada à imagem e semelhança da sociedade “disciplinada”, voltada ao entendimento de que a ordem instituída/instituinte normaliza a cidade delimitando lugares e espaços²⁹.

O novo saber médico - alienismo - ajuda a formar o projeto normalizador da sociedade burguesa criando o asilo. Esse projeto burguês foi elaborado gradativamente no interior de um novo tecido social, passando pelas formulações discursivas e pelo desenvolvimento de práticas de adestramento dos corpos. Os castigos físicos e brutais não satisfaziam mais ao objetivo da nova ordem. Agora o exercício da justiça criminal trabalhava com um saber, técnicas, discursos científicos entrelaçados com a prática do poder de punir, onde o investimento político do corpo está ligado à sua utilização: “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”³⁰.

Desse modo o código penal, sob a égide do utilitarismo, enfatizava a

²⁹ Cf. Michel Foucault, 1993 *op. cit.*, p. 158

³⁰ Cf. Michel Foucault, 1989 *op. cit.* p.26-28

repressão, associava crimes específicos a penas irrevogáveis, e não deixava os juizes livres para decidirem sobre a sentença e recusou-se a aceitar a existência de circunstância atenuante ou agravante até 1832. Por esta época os autores do novo código penal começaram a receber influências das idéias kantianas, que, bem diferentes do castigo como vingança, este tinha o condão de se fazer justiça.

Embora as duas teorias se contradissem em seus princípios, ainda assim cada uma delas baseava-se, firmemente, na crença de que a racionalidade é uma característica universal e constante da natureza humana. Consequentemente, os indivíduos deveriam ser punidos não apenas por infringirem a lei, mas porque tinham consciência de estarem agindo errado e de que se cometia crimes intencionalmente.

Assim, este novo código estabelecia cláusulas especiais para aqueles que não poderiam ser considerados responsáveis devido a sua irracionalidade. Os loucos, privados da razão, eram assim considerados desprovidos de força moral e de responsabilidade. O artigo 64 desse novo código penal utilitarista, afirmava que não há crime nem contravenção se o réu, ao agir, encontrava-se em estado de insanidade ou constringido por uma força irresistível.

Por incrível que possa parecer, inicialmente esse artigo não foi motivo de brigas e discussões. A identificação do louco baseava-se numa avaliação consensual de inteligência perturbada ou reduzida, isto é, incapaz de critérios racionais acerca do mundo. Houve, sim, uma insistência na tentativa de se ter um lugar especial para a perícia médica. Mas a concordância acerca da racionalidade humana, da responsabilidade moral e dos atributos da insanidade não durou muito, e foi a partir do rompimento do consenso que surgiram as controvérsias e as novas orientações descritas logo mais.

Em 1835, um jovem camponês mata a golpes de foice a mãe grávida, a irmã adolescente e um irmão de sete anos. Preso, escreve longo depoimento sobre as razões de seu ato. Condenado à morte, trava-se acirrada polêmica entre psiquiatras e juristas, e a repressão judiciária é suspensa pelo diagnóstico médico: o jovem é considerado

louco e sua pena é comutada em prisão perpétua. Meses mais tarde, enforca-se em sua cela. A agitação em torno desse caso marca o início da luta da psiquiatria por uma posição, ao lado da justiça, entre as instâncias de controle da vida social.

Goldstein³¹ demonstra que já vinha ocorrendo esta mudança na percepção sócio/cultural da loucura entre 1780 e meados de 1820, marcando esta última data o início das controvérsias acerca da monomania. Os médicos que se empenharam nesta empreitada foram inspirados pelo pai da psiquiatria francesa, Philippe Pinel, e estavam entusiasmados, vendo a si mesmos como heróis de uma tradição humanitária, que rompia as correntes que algemavam os internos nos hospitais de Bicêtre e de Salpêtrière, visando aliviar a condição de um dos segmentos da sociedade mais dignos de piedade, o qual, segundo eles, era injusta e brutalmente maltratado.

Assim, e dito de uma forma muito resumida, Pinel reuniu um conjunto impressionante de estudos clínicos para demonstrar a eficácia de seu, assim chamado, “Tratamento Moral”. Em contraste com as sangrias, purgações, castigos e banhos que até aquele momento constituíam o tratamento rigoroso do paciente louco, ele defendia técnicas baseadas em métodos psicológicos que tinham a esperança de convencer o louco a voltar à sanidade mental. Essas técnicas deveriam ser aplicadas num ambiente controlado, longe das paixões corrompedoras e artificiais engendradas pela civilização, onde os “espíritos alienados” retornariam ao seu estado natural. Por ter esta definição, os médicos que cuidavam das doenças mentais no século passado eram chamados de alienistas.

Mas apesar da importância da obra de Pinel nada havia nela que ainda não fosse de senso comum quanto a insanidade pois, de modo geral, ele continuou a trabalhar baseado numa tradição que continuava a associar a insanidade a um estado geral de inteligência reduzida ou perturbada e levar em conta qualquer outra variável

³¹ Para maiores esclarecimentos acerca das discussões e dos debates no início do século XVIII sobre ‘fisiologia’ e ‘psicologia’, ver J. E. Goldstein. A formação de uma nova profissão, 1820-1860, tese de doutorado (Universidade de Columbia, 1978).

que lançasse alguma luz ao estudo da loucura. Foi apenas em 1819 que um discípulo seu – J. E. D. Esquirol³² (1772-1840) – ampliou o seu trabalho com a noção de monomania³³ mas que continuava restringindo a sua aplicação mais uma vez aos delírios intelectuais localizados nos quais o paciente demonstrava quase sempre preocupação e comportamento exagerado e, às vezes, violento.

Foi, entretanto, um discípulo de Esquirol, Étienne Georget (1795-1828), que identificou o estado de monomania instintiva, um diagnóstico radical que contradizia tanto o que já se sabia sobre insanidade como as descobertas de seus pares clínicos. Ele foi além porque proclamou que os assassinos eram loucos embora não evidenciassem sinais de perturbação mental. Os loucos raciocinavam bem – portanto, nega a teoria de Pinel da inteligência reduzida – e até recusavam-se a aceitar seus atos³⁴. Apenas aconteceu de serem induzidos por uma necessidade irresistível, cometendo crimes com total conhecimento do horror que representavam.

Para Georget os maníacos homicidas sofriam de uma lesão da vontade que deixava as faculdades racionais intactas e o discernimento moral ileso. Mas apesar de toda a dificuldade de se fazer uma distinção exata do problema os alienistas começaram a colocar em dúvida a autoridade moral do judiciário. O resultado foi que, desta época em diante, um veredicto sem a assistência e conselho da perícia médica era o mesmo que premeditar uma injustiça³⁵.

³² Sendo uma retomada da produção francesa sobre doença mental, e em grande parte tendo Esquirol como referência básica os primeiros textos brasileiros reproduzem os temas principais da psiquiatria nascente através de duas grandes articulações: a da loucura com a inteligência e a da loucura com a civilização, mediadas pela categoria de moralidade.

³³ Cf. Roberto Machado, *op. cit.* p. 399.

³⁴ É pertinente acrescentar que, no trabalho de campo realizado no Manicômio Judiciário do Paraná, os internos selecionados para a entrevista, mostraram-se lúcidos e tinham consciência do que haviam feito. Antes do crime, tinham vida normal com família, emprego e projeto de vida.

³⁵ Os relatos dos fatos acerca da lei de 1838, em que os esforços conduzidos por Esquirol culminaram nas reformas estão no livro de Robert Castel. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1991, p. 177-214.

O debate em torno desses casos raros provinha de duas interpretações da natureza humana aparentemente incompatíveis. Enquanto a maioria dos juristas considerava estes infratores a apoteose da criminalidade, os alienistas os viam como vítimas desafortunadas da doença. Os primeiros propunham uma explicação com base na moral e no voluntarismo, enquanto a outra parte insistia numa interpretação fundamentada nos princípios da medicina e no determinismo biológico.

Dessa ruptura surgiu uma polêmica: se a loucura podia existir visível apenas aos médicos especialistas, o judiciário teria competência para acertar nos seus veredictos em alguns casos? Poderiam aquelas pessoas que cometiam os atos mais abomináveis seguir impunes porque um perito identificara uma insanidade que os outros não viam? Essas perguntas estabeleceram os termos de conflitos sistemáticos entre médicos e juristas, com os mesmos argumentos e discursos repetidos demarcando suas posições através da maior parte do século dezoito.

Mas apesar de algumas conquistas como a obtenção de um papel judicial, os alienistas continuaram a encontrar obstáculos tanto da Igreja – como não poderia deixar de ser, visto que o movimento tinha inspiração iluminista – como do Estado pelas suas explicações materialistas para o problema mente/corpo. Não se poderia esperar outra coisa para quem vivia sob o regime da “ordem moral”, quando se tentou de tudo para refrear a oposição e manter os médicos adeptos do regime republicano, longe dos cargos de influência e poder.

Quando, mais tarde, começou o movimento anticlericalista, no clima do Iluminismo, a profissão médica foi bastante beneficiada. Os médicos aprovavam a república, o sufrágio masculino universal, a reforma educacional, ascensão aos cargos pelo valor meritocrático e a libertação da “superstição” religiosa. Eles sentiram profundamente o impacto das mudanças políticas, particularmente mais tarde através da amplitude de visão.

Livres para disseminar e desenvolver sua análise científica da “mente”, os psiquiatras atacaram frontalmente o clericalismo institucionalizado iniciando uma

campanha de muito êxito no início da década de 1870 em prol da laicização dos hospitais públicos. Finalmente, em 1884 o Estado reconheceu as obras intelectuais dos psiquiatras, quando se criou uma cadeira para o estudo de doenças mentais na faculdade de medicina de Paris.

A presença pública cada vez maior de psiquiatras, médicos e juristas era sintomática da maneira como o conhecimento desses profissionais atuou de forma considerável, específica e caracterizadora na sociedade do *fin de siècle*. A abordagem moral do positivismo religioso foi cedendo espaço para a ciência que, cada vez mais, tornava-se uma determinante independente do movimento reformista e da sua ideologia política, refutando as explicações metafísicas. A ciência oferecia uma perspectiva otimista e um fundamento lógico para os novos procedimentos intervencionistas que visavam melhorar a saúde do “organismo social”. Além da fala da moral e da Igreja sobre os comportamentos desviantes, surgia, agora, a fala do médico sobre a loucura, e esta, com implicações diretas sobre a lei, o Estado e a sociedade.

É interessante notar também que, por essa época, em meio a uma efervescência intelectual, surgiam nossos sociólogos clássicos. Durkheim buscava fundamentar sua sociologia, não na compreensão da ação moral ou obrigação contratual, mas sim, na crença na solidariedade social, enfatizando os processos da divisão do trabalho social e os valores subjacentes que constituíam a consciência coletiva. Suas análises expressam a visão funcionalista da vida moral que as instituições acabaram por forjar e se apropriar. Durkheim reconhece que a disciplina desempenha um papel considerável na formação do caráter e da personalidade em geral, e que os homens deviam submeter seus desejos e paixões à lei. Regularizar e conter são as tarefas básicas da disciplina.

Também Weber procurou, a seu modo, analisar a intensificação da disciplina racional, alcançada nos sistemas de “administração científica” e nas estratégias específicas de disciplina corporal, encontradas nas fábricas. Weber deu atenção,

também, ao papel carismático da liderança e à importância da manipulação do inconsciente de grupos e multidões nas sociedades de massa democráticas. Este aspecto da teoria baseou-se muito nas idéias e conceitos médicos, particularmente psiquiátricos, com modelos clínicos de sugestibilidade institucionais quase sempre logo transpostos a fenômenos sociais mais amplos.

Entretanto, convém lembrar que, muito antes disso, já brilhava a proposição de Marx que declara ser a consciência do homem determinada por seu ser social, e que caracterizou a idade clássica da sociologia em geral. Mas, em sua dialética histórica, Marx recusa-se a considerar o homem apenas em seu caráter determinado, como sendo devido, tornado, petrificado; mas o considera em seu movimento do vir-a-ser. Para Marx, Estado moderno reconhece o homem como cidadão mas não o reconhece pelo que é em si mesmo, como sujeito. Mais ainda, o Estado moderno se coloca como um Ser ilimitado, todo-poderoso, sem o qual o sujeito não poderia subsistir. Tanto é que Marx, faz da destruição do Estado a condição da emancipação dos homens.

A sociedade desta época trazia, então, problemas de urbanização e da vida da classe social operária, focalizando uma superpopulação em construções insalubres. Também havia o crescente flagelo do alcoolismo, da prostituição e do crime. Dizia-se que os párias urbanos, como vagabundos e mendigos sofriam de estados neurastênicos que determinavam a sua ociosidade, enquanto operários grevistas eram perturbados por tendências históricas que os tornavam susceptíveis ao impacto desestabilizante dos demagogos revolucionários burgueses. Esse tipo de doença se aprofundou e atingiu também a burguesia, conforme a civilização mais sofisticada ia exigindo maior energia adaptativa, vigor e força de vontade, qualidade que a classe média nem sempre parecia possuir.

Os homens dos setores médios submetiam-se a esforços cada vez maiores na busca de se mostrarem merecedores do lugar que ocupavam na nova ordem social racional meritocrática. Para os que lutavam por uma ascensão social, as tensões das provas competitivas provocavam um desgaste físico e mental, pois conquistas

intelectuais tinham quase sempre o preço da saúde física e mental. As mulheres da classe média, quase sempre reduzidas a uma ociosidade debilitante, tendiam a manifestar doenças nervosas, com distúrbios sintomáticos da nova sociedade burguesa, imposto pelo desenvolvimento que refinara suas constituições psíquicas a uma delicada fragilidade.

Em suma, a opinião dos médicos quanto ao progresso social com frequência concorria desastrosamente com o quadro mais depressivo na necessidade de se restaurar o equilíbrio de um paciente gravemente doente. Em razão dessa efervescência urbana, política e intelectual, o estudo das influências e determinações da hereditariedade e do meio social passaram, então, a ser foco da pesquisa científica.

O sistema de jurisprudência clássico – o código penal e sua confiança na doutrina do livre arbítrio e responsabilidade moral – tornou-se objeto de críticas e de revisão básicas para este conjunto variado de médicos, juristas e reformadores penais. Esta nova geração de especialistas sócio-científicos duvidava das rígidas categorias estabelecidas pelo código penal e sugeria que considerações técnicas, e não morais, fossem utilizadas para favorecer um paradigma mais eficaz de administração social.

Os alienistas divergiam, sobretudo, ao insistirem que as visões científicas sobre os crimes e as penalidades tinham que estar em um campo de ordem administrativa e não jurídica, e isso, de fato, exigia uma infinita flexibilidade. Negavam as idéias de racionalidade incorporada em ambas as filosofias penais (o distributivismo e a aritmética moral de Bentham e o utilitarismo), demonstrando, tão somente, uma afinidade seletiva com os conceitos psiquiátricos.

Por exemplo, a visão de mundo benthamita³⁶ presumia que as pessoas julgariam seus interesses através de um processo de cálculo racionais, que a constante associação de crime e castigo convenceria os cidadãos do perigo que corriam

³⁶ Michel Foucault, 1989, *op. cit.*, fornece as informações para a compreensão da proposta de Bentham, bem como realiza análises que situam seu significado na formação dos sistemas de vigilância da sociedade moderna e da própria organização interna das prisões.

infringindo a lei. No entanto, meio século de experiências nesse sentido, mostrou que os índices de criminalidade não baixaram. Portanto, profissionais envolvidos no debate criminológico criticavam a psicologia da detenção, alertando para a aparente intratabilidade do comportamento criminoso, o crescimento e a persistência de redes de sistemas anti-sociais e o número cada vez maior de reincidentes. Como os monomaniacos da década de 1820, essa grande categoria de indivíduos era considerada capaz de compreender as diferenças entre certo errado, mas não de vivenciar esta diferença ou de atuar sobre ela. Desarmado pelo estudo “objetivo” do “irracional” no comportamento humano, os criminalistas sugeriram um sistema que diagnosticaria a extensão da doença de cada criminoso e a possibilidade de conter seus impulsos anti-sociais.

Os criminalistas mais radicais defendiam um sistema de administração criminal separado do conceito de responsabilidade moral. Sustentavam que a taxonomia “natural”, que associava crimes a penalidades, não garantia justiça, e impunham que somente o conhecimento científico poderia reformar adequadamente. Essa forma de conceitualizar o problema do crime e sua prevenção se baseou muito nas práticas e conceitos médicos, particularmente os psiquiátricos.

A principal preocupação era investigar o “estado psicossocial” dos criminosos e medir a periculosidade deles sondando os recessos de suas mentes, corpos e hábitos sociais. Esse estado psicossocial era uma entidade fragmentada, um composto de necessidades inconscientes, respostas automáticas, identidades conflitantes e perigosas influências sociais. Elaboraões essas que se seguem até os dias de hoje.

O debate entre os dois sistemas rivais de valores, incorporados nas perspectivas médica e jurídica divergentes quanto à natureza humana surge, portanto, da preocupação com a “medicalização da moralidade” a que o conceito de pessoa criminosa se colocava em primeiro plano e da forma mais surpreendente. A psiquiatria, por seu turno, ao descrever os processos mórbidos não imputava erros e

responsabilidades, mas insistia na necessidade da intervenção de um perito e de procedimentos curativos. Notável foi também o fato da constante reiteração de que esta iniciativa estava sempre associada a cuidados humanitários para os socialmente marginalizados ou perturbados.

Os conceitos médicos foram elaborados em torno de determinadas dicotomias – normal e patológico, mente e corpo, superior e inferior, direita e esquerda, equilíbrio e desestabilização, economia e excesso, controle e desinibição. Essas polaridades forneceram os limites do debate científico, contendo dentro delas tensões culturais mais profundas. Por outro lado, a criminologia estava bastante ligada à forma como os profissionais interpretavam suas interações com os réus, e a decisão de condenar ou absolver raramente se baseava no fato de o réu ser ou não ser o autor do delito, pois quase sempre o acusado tinha confessado a autoria do crime.

O julgamento não se limitava, portanto, a esta simples constatação. O problema da responsabilidade moral funcionava como uma lente que retratava importantes questões relacionadas com o estado civil e político dos indivíduos numa sociedade democrática. Cada decisão do tribunal fixava um momento da história social e política, com os réus representando um papel chave nas suas próprias avaliações.

Michel Foucault, ressalta que, ainda na idade clássica, começa-se a classificar as doenças do comportamento/personalidade e que, por sua capacidade de manipulação, de potência, o discurso é sempre um poder. Na impossibilidade da apreensão positivista, como na biologia, a explicação da loucura passa a ter lugar no discurso, como razão desgarrada, discurso este que tem poder sobre o sujeito. É o saber enquanto produtor de verdade. Em instituições totais, como o manicômio judiciário, todas as atitudes tomadas vem de um saber sobre o sujeito (louco), em que suas manifestações “diferentes” são contidas pela sedação, confinamento, ou terminam mesmo por ignorá-lo totalmente³⁷.

Finalizando, este capítulo procurou demonstrar que o núcleo significativo da

³⁷ Cf. Michel Foucault, 1993, op. cit., p. 8.

psiquiatria tanto quanto da lei é política, e que seu “uso” estatal é uma disponibilidade que ela articulou através de sua história, entre inúmeras outras de que temos notícia: psiquiatrização do tóxico, de desvios sociais variados, da infância, das “raças inferiores” ou como conselheira de torturadores. Na verdade, tudo aquilo que a psiquiatria veio apresentando como sendo o catálogo de doenças, sua nosografia, embora obedeça a todos os requisitos da formalidade médica, não tem qualquer base experimental ou unidade de observação. Suas categorias são muito mais o revestimento médico de procedimentos classificatórios e critérios morais desdobrados nos manicômios. Isto é, as “espécies patológicas” foram produzidas pela psiquiatria a partir da maneira como ela organizou instituições próprias, da maneira como ela selecionou aqueles que aí deviam ser recolhidos.

Torna-se, pois, difícil identificar tais interesses, pois a consolidação de suas verdades vem garantida pelas alianças que ela construiu no decorrer de sua história. Sobretudo, porque, uma vez instalada, ela passou a monopolizar a fala sobre a loucura de tal modo que sempre recaímos em suas referências. Enfim, porque a prática que ela implantou acabou por se tornar natural em seus efeitos, perdendo-se o momento de suas invenções e novidades.

Os primeiros trabalhos teóricos sobre doença mental e crime revelam-nos que...

“...a loucura é objeto privilegiado para uma completa ciência do homem: ela permite prescrever limites de normalidade(...) A conduta normal é o bom ajuste entre razão e vontade(...) A loucura é cisão e conflito entre aquelas duas ordens de faculdades, atinge o homem como sujeito de **razão** e de **vontade**” [grifo meu] (Roberto Machado, 1978, p. 396).

3. NO MANICÔMIO JUDICIÁRIO DO PARANÁ

3.1. A INSTITUIÇÃO, A MEMÓRIA, AS IMPRESSÕES

É ali que o homem se encontra com sua negação. Pois, na medida em que sua identidade humana deriva da racionalidade, é ali, que a desrazão mostra toda a sua força e põe a nu a labilidade do homem. É ali, no manicômio, que a força do instinto atropela e desnuda a violência sutil e instituidora da norma.

Isaías Pessotti

Guaritas, ônibus escoltados por agentes penitenciários e policiais, pessoas curvadas saindo algemadas de seu interior, adentrando pela solidez das paredes que edificam o manicômio judiciário, podem sugerir, para algumas pessoas, observadoras externas, o esconderijo de um mundo sombrio e apavorante no seu interior. Um quadro lúgubre pintado à margem social. Ultrapassar seus muros seria como mergulhar num enquistamento caricato que abriga uma rumorosa população portadora de códigos mal decodificados.

As estórias do manicômio judiciário, que ao mesmo tempo abriga loucos e criminosos, são como gravetos que atizam o fogo da imaginação, construindo fabulosos submundos. Homens...monstros, uma nefanda construção que se resumiria a uma imensa jaula onde as bestas se amontoariam na promiscuidade, na imoralidade e

na fatalidade que o destino implacável lhes reservou. Nada se poderia fazer para interromper o determinismo desta força que chegou mesmo a inscrever suas marcas sobre os corpos daqueles infelizes: olhos, mãos, o andar...gente perigosa, violenta, criminosa. Para essas pessoas, observadoras externas, o manicômio judiciário é o lugar de selvagens que acolhe o insano, reúne a horda que margeia a civilização.

Para outros um manicômio judiciário poderia ser um laboratório no qual o devaneio racional-científico, já elaborado pela sociedade, permitiria refazer o percurso a ser trilhado por aqueles indivíduos que acabaram ali chegando. Afinal, em tempo modernos, nada mais pode escapar à astúcia da razão e da ciência. Mas esta dupla, a serviço da civilização, deixou a desejar. Para dentro das paredes, tudo por fazer. Os esforços para harmonizar as pobres criaturas com a sociedade que lhes dá sentido, mostram sua própria insensatez.

O observador interno, por sua vez, pode também considerar que os monstros não são mais os que moram em cubículos cinzentos, mas os arquitetos da recodificação das existências, os maestros que criam, em suas partituras, o ritmo cadenciado dos movimentos dos corpos, os doutores que em seus diagnósticos arbitram o paradigma em torno do qual tudo e todos giram. A ignomínia do delito se esvanece diante do artil das técnicas de arrumação e funcionamento daquele universo. A maldade do louco desaparece face a uma astúcia muito mais perversa. As técnicas de controle plasmam-se com o saber científico de médicos e psiquiatras, com a cultura jurídica de advogados e juizes, com o trabalho de psicólogos e assistentes sociais, mas estas relações de saber/poder não são absolutas e não penetram na essência de seu objeto.

O Complexo Médico Penal, designação moderna para o antigo Manicômio Judiciário do Paraná, localizado em Pinhais, a 25 quilômetros de Curitiba foi inaugurado em 3 de janeiro de 1969. A obra vinha arrastando-se por dez anos por, alegavam, falta de verba. Mas em agosto de 1968 a obra ganhou novo impulso – por razões políticas. O então governador do Paraná Paulo Pimentel queria que a obra fosse

concluída dentro de seu mandato. Antes disso, os chamados loucos que haviam praticado crime, ficavam no pavilhão 4 do hospital psiquiátrico Adalto Botelho.

Algumas informações sobre o manicômio judiciário ficaram prejudicadas pois constavam dos documentos queimados quando do incêndio no Arquivo Público e outra parte dessa documentação, segundo funcionários, foi extraviada no próprio manicômio durante construções de adendos feitos posteriormente. Restaram apenas algumas atas que estão no Arquivo do DEPEN (Departamento Penitenciário). Algumas informações, entretanto, foram fornecidas pelo veterano médico psiquiatra, Dr. Tito Fábio Moreira Sales (um dos primeiros médicos da instituição e o único a clinicar nela até hoje), que cordialmente relatou pontos de suma importância para a compreensão tanto dos aspectos médico/administrativo como do cotidiano daquela instituição³⁸.

O Complexo Médico Penal é definido como uma instituição manicomial-prisional destinada a pessoas de ambos os sexos, portadores dos mais variados graus de doenças mentais que tenham cometido algum crime. São enviados para lá justamente por terem que cumprir a medida de segurança imposta pelo juiz que, depois de um laudo pericial do médico psiquiatra confirmando ser o réu portador de uma anomalia mental, fixa um prazo que varia de três a seis anos para que se tome todas as medidas cabíveis na cessação da periculosidade. Esse período, porém, pode ser estendido indefinidamente se o caso assim o requerer.

O edifício, com 5.970m² de área construída, tem capacidade para 250 internos e é dividido por vários corredores, sendo que três deles são as galerias onde ficam as celas. Além das galerias masculinas e femininas, existe uma terceira, destinada à chamada população itinerante, ou seja, presos não portadores de doenças e que estão ali de passagem para outras unidades penais, para rápidas consultas ou

³⁸ Quero aqui, especialmente, expressar meus agradecimentos aos préstimos do Dr. Tito Fábio Moreira Sales que, à sua maneira, em meio a muita dificuldade em se esclarecer os saberes atuantes no manicômio judiciário, enfrentou o silêncio e possibilitou-me um melhor entendimento e avaliação sobre a prática médica e seus métodos de intervenção sobre o paciente-louco.

tratamento médico ou, ainda, “de seguro” (presos jurados de morte pelos próprios companheiros). O manicômio abriga entre 350 e 400 internos.

Na primeira visita ao manicômio judiciário, fui recebida pelo Diretor e alguns representantes dos vários grupos de profissionais que lá trabalham. O discurso da ressocialização estava presente em todas as falas. Parece que todos estavam incumbidos na missão de restabelecer o vínculo social, resgatar os ‘valores perdidos’. Mas, quando se visita as galerias, percebe-se o olhar ágil dos agentes de segurança que a tudo procuram acompanhar e avaliar, impedindo, ao mesmo tempo, que os internos expressem qualquer coisa ou sinalizem algo. Andavam rápido, como a sugerir a indisponibilidade de tempo para me acompanhar.

Por todos os corredores sente-se um forte cheiro de detergente, talvez creolina. Aliás, possuí o mesmo cheiro de uma outra unidade penal que visitara anteriormente. Um funcionário mostra as salas da psicologia, do teatro, da escola, da oficina de bola e de carrinhos de formula 1, a sala de música e a sala de pintura. Nas primeiras visitas foi obtida a permissão de visita apenas para a galeria feminina. Os ‘guardas’ permitiam apenas uma olhada geral através dos portões principais da galeria masculina.

Na galeria das mulheres, embora fosse possível transitar pelo corredor, não havia permissão da direção e do “chefe de segurança” para entrar nos cubículos. Porém uma passada de vista pelas janelinhas entreabertas das portas era o suficiente para registrar pequenos enfeites, vasinhos com plantas do próprio manicômio, algumas flores de plásticos, bichinhos de pelúcia (encardidíssimos) como se aquela imitação da vida lá fora fosse o suporte de suas vidas ali dentro. Indícios de fantasias, vestígios de vida mesmo dentro dos quartos adaptados para enfermaria.

Na porta da galeria masculina, os internos falavam alto entre si enquanto o funcionário explicava o funcionamento e as normas a serem seguidas. Um dos internos pede-me cigarro, no que é prontamente repreendido pelo guarda. O pátio, onde os internos tomam sol e recebem visitas aos domingos, é cercado pelas paredes do

próprio prédio. Não se vê horizonte algum. As técnicas de submissão podem ser observadas a qualquer momento, quando, por exemplo, ao se encontrar com um agente penitenciário, o interno baixa a cabeça e coloca as mãos para trás. Nessas primeiras visitas, impressão que se tem daquela gente é de que a monotonia e o sentimento de solidão e abandono são as únicas coisas que restam e que aniquilou a esperança construir uma vida com projeto de futuro, pois não é dono de seu destino quem não é dono de si.

Faz-se necessário, aqui, começar a esclarecer um estereótipo, um preconceito coletivo da sociedade com relação ao manicômio: a noção compartilhada por muitos é a de que lá dentro estão os que “perderam a razão” e por isso possuem comportamento ‘animalesco’. Nada disso é verdade; a sensação é a de estar num povoado de gente aparentemente desesperançada mas que responde razoavelmente a uma pergunta, que pede fogo ou um cigarro. Não se encontra a figura escancarada do delirante declamando um discurso, tampouco ninguém tenta agredir. Podemos prontamente dar-nos conta de que a imagem do louco furioso com uma arma na mão é a construção da loucura e do temor à loucura da sociedade externa, aliás, a própria que inventou este sistema de cura.

Os portões de ferro abriam e fechavam-se a cada lugar que se entrava ou saía. Depois de algum tempo andando pelas galerias e corredores perde-se completamente o rumo. Pelo menos nas primeiras visitas. Os cubículos eram habitados por um ou mais internos, conforme recomendação médica, orientação da equipe de segurança ou mesmo por escolha do interno, mas esta escolha, claro, era reinterpretada como ‘coisa de louco’. Aliás, as observações deixam claro que em todos os níveis se produzem mutilações; não existe nada construído para o conforto do paciente; este não possui nada que possa ser sentido como próprio, nem sequer sua própria roupa. Poderíamos dizer também que a mutilação mais dolorosa é a da dignidade pessoal. O interno sabe que ele é uma ‘coisa’ e acaba, por fim aceitando o comportamento de ‘louco’.

Não se trata de negar aqui o crime cometido por eles num momento de surto psicótico. Todos eles cometeram crime na sua vida adulta. Quer dizer, não tiveram uma longa vida de crimes e violências. Só que não há tempo de retornar ao mundo convencional, pois assim como saiu tão rapidamente, num surto, teve também, rapidamente cortados seus laços aqui fora, e, na maioria, definitivamente. Perde a família, os amigos, o emprego e ganha somente a marca do estigma, como um carimbo: louco. Sem dúvida existe algo de espantoso no manicômio mas o seu lugar não é onde se imagina, não está na mente dos pacientes mas na visão e no tratamento da loucura daquele que, em algum momento, teve idéias ou comportamento incompreensíveis.

A linha psiquiátrica operada no manicômio judiciário trabalha com o determinismo biológico, ou seja, a loucura como doença hereditária. Contra essas posições estão as visões dos sociólogos e da anti-psiquiatria de que a loucura é uma construção social, ou é manifestada no/pelo meio social. Mas as interpretações sociológicas que apenas deslocam a questão do nível biológico para o social comungam com o discurso psiquiátrico o mesmo olhar determinista.

Um cientista social que pretende, como a psiquiatria social e, às vezes, concorrendo com ela, tornar inteligível as ações humanas, angustia-se com a dificuldade de construir uma abordagem sociológica satisfatória daquilo que um hospício-prisão pode esconder, ou seja, onde a prática e o discurso psiquiátrico tradicionais são caracterizados pela negação do estatuto de sujeito aos indivíduos colocados na posição de pacientes e que, por sua vez, tornam-se objetos de uma intervenção autoritária, quer do ponto de vista da submissão aos controles disciplinares, da mortificação do “eu”, quer da clínica.

Goffman³⁹ indica a instituição total, e particularmente a sua equipe dirigente, como forjadora de uma teoria da natureza humana, enquanto recurso de interpretação

³⁹ Cf. Erving Goffman. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 79-82.

da massa de internos. Por meio desta teoria, justificam-se as atividades que a equipe dirigente realiza. Além disso, ela proporciona os meios para manutenção da distância social entre internos e equipe dirigente. É através dela, também, que uma interpretação estereotipada dos primeiros serve para justificar o tratamento que é imposto sobre eles.

Goffman nota que as instituições totais tendem a rejeitar as interpretações que favoreçam a predominância dos elementos sócio/ambientais sobre o crime, e foi o primeiro sociólogo a esclarecer os mecanismos pelos quais as “instituições totais” destroem o sentimento de identidade da pessoa. Antes de Goffman se pensava o mesmo, mas até então não se sabia quais eram os mecanismos sociais, as peças ocultas através das quais se consegue a submissão do internado na instituição.

A população do manicômio judiciário é, primeiramente, dividida entre os aptos – aqueles que podem executar tarefas dos mais variados tipos, e os não aptos, que caracterizam-se pela sua total regressão, permanecendo, por isso, recolhidos às celas. Os que trabalham têm suas atividades diárias realizadas sempre na presença imediata de um agente de segurança e rigorosamente estabelecidas em horários pois, essas atividades tem a função racional de atender aos objetivos primordiais da instituição: a ordem e o controle. Também aqui observa Goffman que a distribuição do espaço e o controle das atividades, sejam elas ou não uma necessidade, são semelhantes nas instituições totais.

Para tudo há uma prescrição, seja do vestuário, da alimentação ou do trabalho (cozinha, limpeza, oficina de bola, bordado e costura). O trabalho deve ocupar grande parte na vida dos prisioneiros. Sua importância é física: “o ócio é prejudicial ao homem, ocasionando várias moléstias”. Está no estatuto do manicômio. “Logo que os corpos se agitam, e que seu espírito se ocupa de um objeto determinado, as idéias lascivas e importunas se dissipam, renasce o sossego e o hábito do trabalho”. Estas normas dentro do manicômio mostram a medicalização, tanto dos internos quanto dos espaços.

Entretanto, é no trabalho que se tem a maior amostra da resistência ao

controle e da inutilidade deste em pretender domesticá-los. É lá que está uma das principais bases da sociabilidade⁴⁰. É lá que os internos conseguem construir uma sociedade paralela e viver, de fato, um cotidiano secreto, seja ele de que forma for. Participar em conjunto de uma base comum; saber uma misteriosa correspondência os une uns aos outros, compreender que é isto que faz a força e permite a perduração daquele corpo social são alguns dos elementos que, à exclusão da norma, permitem avaliar o que se chama de efervescência social. É um divertimento que cria ou restaura os laços sociais e o indivíduo só tem a lucrar com isso. A sociabilidade não funciona com base numa ordem rígida, com base no conhecido “dever ser”. Esta lógica tende naturalmente a impor sua ordem e, em certos períodos, ele chega mesmo a conseguir isto, mas nunca por completo. De maneira secreta e discreta, surgem de modo cada vez mais elaborados, novos sentidos para aquelas existências.

O controle e a vigilância são, de fato, as características mais brutais do manicômio judiciário. Quando adentra-se no edifício percebe-se de imediato o olhar indiscreto que a tudo desnuda e, mesmo quando não está presente, faz com que o vigiado interiorize o olhar daquele que o vigia. Verificando alguns prontuários sociais, causa espanto o intenso esquadramento, dispostos em fichas, da vida do interno. Os dados procuram uma totalização da vida, do pensamento e do corpo, desde a situação econômica, social, física, jurídica, até questões de ordem política e espiritual. ⁴¹Este é o procedimento para conhecer, dominar e utilizar.

Os espaços, coletivos ou reservados, pelo constante vigiar, dão-nos a impressão da impossibilidade de que algum interno possa estabelecer algum tipo de espaço privado onde organizar o ‘cantinho’ do Eu. Esta falta absoluta de privacidade

⁴⁰ A sociabilidade, como categoria sociológica é, a forma lúdica e autônoma da socialização. Sua relação com a sociedade concreta, é semelhante à relação do trabalho de arte com a realidade. Cf. Georg Simmel. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou forma. In: Evaristo de Moraes Filho (org.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 165.

⁴¹ Ver o anexo A-2 e A-3 sobre o prontuário preparado pelo Serviço Social Penitenciário na p. 112.

pessoal está vinculada à atitude controladora da instituição. Mesmo os banheiros não têm portas, com o que, sob o pretexto de “controle psiquiátrico”, condicionam-se comportamentos exibicionistas, ao mesmo tempo em que destrói o último lugar onde o interno poderia sentir-se só consigo mesmo. As camas estão sempre dispostas em longas fileiras para uma melhor vigilância por parte de enfermeiros que mais cumprem funções de policiais do que de clínicos.

Diante desse quadro pode-se mesmo pensar que o manicômio judiciário é, de fato, um lugar de “anulação do eu”. Quando chega na instituição o preso já está mortificado pelo longo caminho (desde o cometimento do crime) percorrido até ali – algemas, prisão, contenção, depoimentos, truculência policial, imprensa sensacionalista, fichamento, audiências, laudos. Uma vez dentro do manicômio a saga continua: um isolamento de 15 dias, período em que é vigiado e observado, que serve para mostrar que tipo de comportamento ele apresenta; se é agressivo, suicida, insubmisso, colaborador, etc. passado esse tempo, ele vai para o convívio, quando então é totalmente disciplinarizado, normatizado, institucionalizado. Não tem voz, não tem nome, não tem identidade.

O termo instituição total foi elaborado por Goffman, sociólogo norte-americano, para descrever todas as formas de instituições nas quais a autoridade procura uma “total” regulamentação da vida diária de seus habitantes. Em *Asilums*, publicado em 1961 – um relatório sobre os hospícios americanos – Goffman empregou o termo não somente para asilos mas também para mosteiros, conventos, prisões, reformatórios, escolas. Isto é, ele empregou o termo para instituições com diferentes objetivos e populações porque acreditava que as rotinas institucionais tendiam a oprimir com os mesmos rituais de mortificação e despersonalização, quaisquer que fossem seus objetivos.

Na prática, o conceito de “instituição total” ficou restrito às instituições do Estado – o asilo, a prisão, o reformatório – que atendiam à populações semelhantes – os pobres, os despojados, os estigmatizados – e as funções análogas – prisão, detenção,

e reabilitação. Foi a partir do trabalho de Goffman que os historiadores sociais iniciaram o aparecimento dessas instituições em suas formas modernas nas décadas de 1830 e 1840, como um processo interligado.

Moffatt observa que a característica ambiental dos manicômios e hospícios é o corte brutal de todas as funções pessoais e sociais a que é submetido o internado sem a menor possibilidade de organização do espaço do Eu ou do que se chama de sua “bolha pessoal”⁴²; o que seria absolutamente necessário para a manutenção de identidade pessoal que, nos casos de perturbação mental, encontra-se desorganizada.

Se a idéia dos manicômios é do século XIX, é no Brasil do século XX que esta idéia agiganta-se, tornando-nos o país com um dos maiores números de hospícios e manicômios do mundo. O Juqueri⁴³ responde muito bem à essa tendência, pois foi construído para ser o maior hospício da América Latina. Por este prisma podemos compreender até que ponto os hospícios podem ser considerados como indicações de mudanças do sistema social.

⁴² Cf. Alfredo Moffatt, *op. cit.* p. 19.

⁴³ Hospital psiquiátrico que leva o mesmo nome do bairro do município de Franco da Rocha em São Paulo. O médico psiquiatra Francisco Franco da Rocha, seu fundador, é conhecido como o “Pinel” brasileiro pelo seu papel fundamental no processo de constituição da psiquiatria brasileira. Cf. Maria Clementina Pereira Cunha. *O Espelho do mundo – Juqueri, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 63.

3.2. PARA ALÉM DAS GRADES E REGRAS: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Se, por um lado, a ida ao passado, mostra a necessidade de pesquisar as origens da psiquiatria, e, mais globalmente, da medicina como discurso e prática políticos, tem, por outro, o objetivo de, como diz Canguilhem⁴⁴, mostrar que este próprio passado é esclarecido pelo presente, no sentido de que a investigação histórica mostra a descontinuidade desta e que, mesmo para quem é autor de um saber como para quem investiga esse saber, ambos resultam de uma consciência de época. Quase não é necessário dizer que as condições passadas e atuais mostram sempre seu modo próprio de intervenção.

Toda a cultura imprime, pela socialização, certos traços de conduta e aspirações em seus membros. Esses traços compõem o “tipo psicológico ideal”, definido, entre outras coisas, pela aproximação do “modelo de conduta sadia” e pelo afastamento do “modelo de conduta louca”, conforme as noções criadas por Devereux⁴⁵. Tais modelos exprimem a “realidade psicológica”, derivada das visões de mundo dos grupos e classes dominantes ou dos conflitos e negociações entre estes estratos. Os modelos de conduta tornam-se paradigmáticos e o perfil psicológico do indivíduo calca-se, por assim dizer, sobre este tipo ideal, que é parte integrante da identidade étnica de todo o sujeito.

Entretanto, estar fora ou dentro deste padrão não significa estar doente ou sadio, significa apenas que o sujeito pode ou não adotar este modelo social de conduta psicológica normativa. Toda a cultura pode funcionar como estímulo psicopatogênico,

⁴⁴ Cf. Georges Canguilhem. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 17.

⁴⁵ Cf. Georges Devereux, *Ensaio de etno psiquiatria geral*, Lisboa: Difel, 1970. p. 77.

porque ao universalizar estes traços, impõe a certos indivíduos um desempenho psicológico cujos requisitos excedem os meios de que dispõem estes indivíduos para atingirem os fins desejados. O sujeito, por várias razões, pode recorrer a psicopatologia como meio de enfrentar as tensões causadas pela exigência deste tipo ideal. A patologia emerge quando faltam ao sujeito os meios habituais para lidar com os conflitos derivados dessas imposições culturais; emerge como saída para fazer frente a estes conflitos. Quando isso acontece é possível que o indivíduo venha a utilizar todo potencial do “imaginário radical” que o habita, como diz Castoriadis⁴⁶, e criar normas psicopatológicas, como formas de solucionar seus conflitos.

É precisamente a partir daqui que a pesquisa empreende sua análise, isto é, busca incorporar as outras falas, seus significados, fora da categoria patológica. Fruto da observação participativa, as histórias da vida cotidiana que emergiram daquelas pessoas, revelou dimensões surpreendentes. Mas, para melhor explicitar este ângulo da pesquisa, é necessário, por hora, subsumir com o saber do sujeito do poder, autoritário (médico), para dar vida à voz do sujeito dominado, fazer emergir sua presença. Não iremos mais conhecer o habitante do manicômio judiciário pelos saberes que a ele se impuseram como verdade. Agora é o ‘louco’ por ele mesmo e é nesta condição singular que iremos acompanhá-lo, pois todo o delírio da loucura deve ser ouvido. A loucura que sempre foi percebida e definida em sua negatividade vai, doravante, manifestar outra verdade, outra forma de conhecimento.

A reflexão sociológica sobre “doença mental” ou “desvio social”, traz, como marca deste trabalho, não mais a voz exclusiva e autoritária do saber médico, como projeto político e com pretensões de cientificidade, mas o questionamento das premissas científicas de onde partem quase todas as teorias psicológicas difundidas, propondo novos pontos de partida. Esta é a visão, por exemplo, da anti-psiquiatria

⁴⁶ Cf. Cornélius Castoriadis, *op. cit.* p. 356.

proposta por Thomas Szasz⁴⁷, crítico da psiquiatria tradicional, para quem a noção de sintoma mental está intrinsecamente ligada ao contexto social e particularmente ético no qual é elaborada, ou melhor, a sintomatologia, que é o ponto de partida do psiquiatra para a conceituação de qualquer forma de “doença mental”, enraiza-se na vida social.

Para Szasz, a doença mental não existe, pelo menos enquanto doença. O que existe é o rótulo legitimado pela ética que elabora os “princípios de conduta”. Se fosse doença, poder-se-ia “ter, acolher ou contrair, assim como transmitir ou livrar-se dela”. Szasz acrescenta ainda que “a crença na doença mental, como algo diferente do problema do homem em conviver com seus semelhantes, é a própria herdeira da crença em demônios e feitiçaria. Assim, a doença mental existe ou é real exatamente no mesmo sentido no qual as feiticeiras existiam ou eram reais”⁴⁸.

Vendo na psiquiatria tradicional mais uma forma de violência sobre o indivíduo rotulado como louco, a anti-psiquiatria propõe, então, novas formas de atuação junto ao (e não sobre o) “louco”. O que o indivíduo precisa durante sua “viagem”, não é de alguém que lhe force a retornar, mas de alguém que o acompanhe e o assista durante o seu percurso. Alguém em que ele possa confiar e que o auxilie em coisas que ele possa vir a precisar ao longo de seu trajeto mental. É necessário, junto a este indivíduo, uma espécie de “confidente”, que partilhe com ele as suas experiências, que as reconheça como válidas, e não como expressões sem sentido de um “doente”.

O que neste momento o indivíduo precisa é o reconhecimento por parte de alguém, de sua individualidade e da realidade de suas experiências. Até então ele veio sendo invalidado pela família e mesmo por agentes médicos, que lhe retiravam

⁴⁷ Psicanalista norte-americano afirma que foi a psicanálise científica, proveniente dos grandes centros de produtores de saber, a primeira a defender o raciocínio de que não existe diferença qualitativa entre o normal e o patológico. Mesmo em Freud, em algumas partes de sua obra, este argumento é frequentemente encontrado.

⁴⁸ Cf. Thomas Szasz. *Ideologia e Doença Mental – ensaios sobre a desumanização psiquiátrica do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 25-27.

quaisquer chances de se afirmar como um indivíduo. Esse alguém, na condição de anti-psiquiatra torna-se, assim, uma espécie de co-piloto na viagem psicótica, apenas intervindo para evitar que o cliente venha a se ferir ou ferir a terceiros. A proposta é a co-habitação entre médicos, enfermeiros e clientes, sem uma separação nítida entre eles. Ou seja, evitou-se justamente a estrutura de poder encontrada nos hospitais psiquiátricos (uma réplica da família), onde os “doentes” ocupam a escala inferior no esquema de decisões.

Foucault concorda que “a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal”⁴⁹. Assim, a relação normal-anormal, saúde doença, se inscreve na realidade da existência coletiva e é somente se levando em conta o conjunto da sociedade, o seu modo particular de constituição interna, é que se poderá chegar a compreender a “loucura” concretamente. A atividade racional, que classificava o que é ou não loucura, transformou-se numa consciência que enumera e denuncia. De qualquer maneira, como observou Foucault, o trabalho de organização das doenças do espírito nunca é feito ao nível da própria loucura. Ela não pode testemunhar em favor de sua própria verdade; é necessário que intervenham, ou o julgamento moral, ou a análise clínica, ou mesmo a paixão⁵⁰.

Durkheim coloca o crime como fenômeno social não patológico. Isto é, normal, pois se produz e é normalizado no meio social. Questionar o vínculo tradicionalmente estabelecido como necessário entre loucura e patologia seria uma forma de compreensão da loucura, além de sua origem endógena, efeito de um processo orgânico. A loucura pode ser explicada como um fato social normal e, esta explicação é possível, encontrando-se no meio social interno o motor principal de sua evolução, ao mesmo tempo em que a sociedade manifesta sua preocupação, criando-lhe normas de contenção ou exclusão. Nesse sentido, normalizar é impor uma exigência a uma existência que possui um caráter diversificado, irregular. Assim o

⁴⁹ Cf. Michel Foucault, 1993, *op. cit.*, p. XVII.

⁵⁰ Cf. Michel Foucault, 1982, *op. cit.*, p.199.

anormal é condicionado pelo normal que o normaliza. A respeito do crime ser um fato normal, diz Durkheim:

...uma uniformidade tão universal e tão absoluta é radicalmente impossível; pois o meio físico imediato em que cada um de nós está colocado, os antecedentes hereditários, as influências sociais de que dependemos variam de um indivíduo para outro e, por conseguinte diversificam as consciências(...) assim(...) é inevitável também que, entre estas divergências, existam algumas que apresentam caráter criminoso(...) O crime é, pois, necessário; ele se liga às condições fundamentais de toda a vida social e, por isso mesmo é solidário e indispensável à evolução normal da moral e do direito. (Émile Durkheim, 1990, p. 60-61).

Na perspectiva de Goffman, a interpretação que se dá a um indivíduo que passou por instituição prisional-psiquiátrica só se torna significativa na medida em que esta interpretação altera seu destino social. A mesma gênese social que propiciou a manifestação da loucura está agora construída para não aceitar o desviante social. Esta perspectiva sociológica geral foi muito reforçada por uma verificação básica de estudiosos sociologicamente orientados para pesquisa em hospitais psiquiátricos. Segundo Michel Foucault, o pesquisador de uma instituição psiquiátrica pode descobrir que a loucura ou o comportamento doentio atribuídos ao doente mental, são, em grande parte, resultantes da distância social entre quem lhes atribui isso e a situação em que o paciente está colocado, e não são, fundamentalmente, um produto de doença mental.

Mas, pelo que pretende esta pesquisa, não basta situar o problema da loucura no âmbito da sociedade ou da cultura para que as dificuldades concernentes à sua compreensão sejam ultrapassadas. Existe um outro ponto que é essencial e que nos leva a concentrar sobre essa “nova escuta”, esse “novo olhar” de que se quer falar, em que a palavra estará com a própria loucura, em sua própria expressão.

É necessário abordar agora o outro, da loucura que joga, mas joga consigo mesma e com seus pares de infortúnio, (com)partilhando e ritualizando. Por outro lado, a pretensão de “ouvir” e “olhar” gerou a desconfortável sensação de que este

objeto de pesquisa revelava-se, à medida de seu desdobramento, maior do que o pretense distanciamento exigido pelo trabalho científico: era praticamente impossível não identificar-se ou mesmo envolver-se em muitas daquelas situações.

Esta dificuldade esteve o tempo todo relacionada com a voz daquela loucura, que deixava de ser avaliada segundo o código instituído pelo médico, delegado da razão. Em seu lugar ouve-se um discurso anônimo através do qual se define quem está privado de racionalidade (normal) e o porquê. Ao entrar em contato com aquelas vidas, foi como se as grades que aprisionavam a loucura deixassem de ser feitas de ferro, mas sim, construída de palavras. Essas considerações vêm à guisa de fundamentar um outro fazer, o fazer de si, que não se aliena numa imagem já construída de uma situação já dada, mas a modifica, passo a passo e cujo desejo não se perde no conformismo de quem sabe que vai passar a vida inteira naquele lugar.

O discurso psiquiátrico como discurso do especialista sobre a loucura não precisa ser uma prática meramente médica. Justamente pelo fato de ser a ação psiquiátrica considerada a gênese da loucura, é o discurso que estabeleceu um saber sobre loucura. A psiquiatria, ressaltando, é uma intervenção política, mediadora da sutil violência repressiva que caracteriza as sociedades contemporâneas. A razão pela qual a loucura sofre um processo de exclusão, processo este que já tem início na simples percepção do indivíduo como “doente” ou como “desviante” (lembrando que a noção de “desvio” pressupõe um “dever ser”), não é médica, mas política. Assim, a psiquiatria passa a medicalizar o “louco” a partir do discurso político que requer a higienização do espaço urbano moderno.

No entanto, afirmar a dimensão política da loucura não implica depreciar a sua dimensão política. O que acontece no interior do manicômio judiciário leva-nos, justamente, ao que é preciso pensar. Usando as palavras de Marcuse de que a fuga para a interioridade e a insistência numa esfera privada podem servir como baluarte contra

uma sociedade que administra todas as dimensões da existência humana⁵¹, pode-se, nesse sentido, refletir se a loucura não seria uma experiência que selvagemmente afirma a subjetividade, a imaginação e a fantasia.

O louco, frente ao corpo de poder, é aquele que emerge da rede de relação dos valores sociais, retira-se da realidade da sociedade e faz sua entrada em outra dimensão de existência. Em suma, numa sociedade que tem horror ao diferente, que reprime a diversidade social à uniformidade da “ordem racional-científica”, que funciona pelo princípio da equivalência abstrata entre seres que não têm denominador comum, a loucura é uma ameaça sempre presente. O que a história da loucura nos revela, pondo em questão toda a cultura ocidental moderna, é que o louco é excluído porque insiste no direito à singularidade e, portanto, à interioridade. E, se a loucura é, do lado de cá dos muros, patologia ou anormalidade é porque a coexistência de seres diferenciados se tornou uma impossibilidade

O louco, portanto, não se coaduna mais com a sociedade. Retirado dela, também não se identifica com o novo rol de regras. O sentimento de “pertença” só vai ser adquirido no manicômio quando ele formar sua socialização com seus iguais. Este indivíduo, como salienta o psiquiatra Franco Basaglia⁵², é um excluído que nunca poderá se opor ao que o excluiu, pois cada um de seus atos se encontra constantemente circunscrito e definido pela doença. Ou seja, em matéria de loucura, o homem contemporâneo passou a ser aquilo que o discurso competente do conhecimento diz que ele é: doente de índole, histérica, depressiva, esquizofrênica etc.; cuja linguagem é delírio, cuja visão é alucinada, cujo comportamento é obsceno, cujo mundo é irreal.

Um cientista social pode protestar contra a falta de rigor científico que implica esse levar em consideração de uma individualidade que nunca se deixa captar

⁵¹ Cf. Herbert Marcuse. *Eros e Civilização*. São Paulo: Guanabara, 1966. p. 48. Este autor afirma que a teoria de Freud é sociológica em sua substância e que o “biologismo” é também teoria social numa dimensão profunda. Admite, ainda, que as próprias realizações da civilização repressiva parecem criar as pré-condições para a abolição da repressão e transformação da sociedade.

⁵² Cf. Robert Castel, *op. cit.* p. 79.

pela totalidade que impera num organismo prisional daquele porte. O louco vive para dentro dos muros uma evasão da realidade aqui fora. Mas para que se torne também um valor político efetivo, como foi o do saber médico, essa evasão da realidade não pode ser definitiva. A subjetividade terá de lutar por sair de sua interioridade para o espaço da cultura, luta que faz parte da história íntima daqueles indivíduos, de seus sofrimentos e de seus prazeres, expressos em suas pinturas, desenhos, falas e cantigas. Basta caminhar pelo corredor do manicômio judiciário reservado como galeria, onde os internos expõem sua arte, para se perceber o outro lado da racionalidade.

Para que a emergência desta outra racionalidade, desta sensibilidade subversivas da racionalidade e sensibilidade dominantes seja possível, para que a fantasia possa aflorar sob a forma de imagens gratificantes e o delírio se valide como linguagem, é necessário restaurar a “experiência trágica”. O conceito de “trágico” é encontrado na obra de Nietzsche “O nascimento da tragédia” (1888), e considera a racionalidade como uma perigosa potência que solapa a vida.

Assim, o trágico é dizer sim à vida, até mesmo em seus problemas mais estranhos e mais duros, é não só compreender a palavra “dionisíaco” mas reconhecer-se nela. Os loucos do manicômio judiciário dão-nos esta impressão em sua arte, pois fazem do sofrimento da existência um estimulante da vida. E esta arte reside em seu poder de separar o monopólio da realidade estabelecida, isto é, dos que a estabeleceram para definir o que é real, permanecendo como uma força dissidente sempre disposta a dar a palavra às vítimas.

Em seu livro “Manicômios, Prisões e Conventos”, Goffman descreve todas as formas de instituições nas quais a autoridade procura uma “total” regulamentação da vida diária de seus habitantes. A fala da disciplina e do saber médico que atua no sujeito (preso-louco), está posta não mais como exclusiva pois o empreendimento doravante é o de incorporar todas as falas, perceber a resistência do internado, surda e constante, o restabelecimento de relações que revelam a dimensão de contraposição ao poder institucional do saber médico-jurídico ou dos agentes da disciplina.

A sociabilidade, como categoria de análise, constitui-se, primeiramente, no desafio que é o de aplicar o sentido geral desta categoria à particularidade desta pesquisa. Este conceito apoia-se na definição de Jean Baechler⁵³, cujo significado está na capacidade humana de estabelecer redes, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões, etc., nos círculos, salões, classe social, civilizações.

Simmel⁵⁴, estudioso da interação e dos processos sociais em geral, especialmente os conflituosos, atesta que os estados básicos de sociação são constituídos pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos. Mas é na sociabilidade, que se percebe a função das relações entre os indivíduo, das interações, das trocas, do jogo, dos impulsos religiosos e eróticos. Os internos estabelecem entre si uma sociabilidade na medida em que possuem os mesmos propósitos e interagem no sentido de ser com e para o outro, satisfazendo seus interesses.

Por outro lado, também o conflito está na base da sociação. A sociedade, diz Simmel, só é possível pela existência das formas de sociação, verdadeiro *a priori* lógico da sua existência, mas uma das condições formais para sua existência é o conflito, uma das formas puras de sociação e tão necessário à vida do grupo e sua continuidade como o consenso. O conflito é indispensável à coesão do grupo. Outro exemplo que Simmel aponta como uma das condições *a priori*, isto é, pura, de sociação é o segredo⁵⁵, e este está presente no jogo, no saber do outro, nas estratégias de ataque ou de defesa.

O conceito de sociabilidade é utilizado nesta pesquisa na medida em que,

⁵³ Cf. Jean Baechler. “*Grupos e Sociabilidade*”. In: Boudon, Tratado de Sociologia – Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p.65.

⁵⁴ Cf. Georg Simmel, op. cit. p. 166.

⁵⁵ Idem, p.23.

sendo uma categoria plausível para se perceber o espaço social manicomial, permite estudar as relações que existem em manifestações dessa natureza e é susceptível de conhecer todos os estados, desde o organizado ao não organizado, do formal ao informal, do institucionalizado ao não-institucionalizado, do mediato ao imediato, e assim por diante.

Michel Maffesoli, por seu turno, usa a expressão socialidade⁵⁶ para referir-se às implicações diretas com o cotidiano, com o vivido, com as situações impulsivas de vida, na luta pela afirmações de si mesmo. As experiências coletadas no manicômio judiciário trazem a tona muitos modos de solidariedade, que tem nas misturas de sentimentos e paixões o significado e a base de sua estrutura. A multiplicidade de expressões que exprime as situações do dia-a-dia constitui parte essencial daquela trama social.

Trata-se de um jogo. Se no espaço de atuação do agente penitenciário o sujeito é abafado, perde-se, é no espaço secreto da imaginação e da criatividade que novas formas de sociabilidade surgirão. A necessidade de não se sentirem pasteurizados, faz com que cada um produza um comportamento adequado ao jogo em espaços que, se não têm o discurso da fala, tem o da ação, e são com estes elementos que eles podem exercer a alteridade, recuperar, mesmo que de forma fugaz, a condição de sujeito. As formas nas quais resulta esse processo acabam ganhando vida própria pelo fascínio que difunde a liberação destes laços, a vida sufocada pela disciplina e a vigilância se apresenta em toda a sua dor e beleza, representada através do canto, da pintura, da dança... pelo laço que irrompe para além dos olhares vigilantes da organização.

A sociabilidade depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre. Seu alvo não é nada além do sucesso do momento sociável e, quando muito, da lembrança dele. O caráter da sociabilidade é determinado pelas possibilidades de tornar atraente qualquer reunião.

⁵⁶ Cf. Michel Maffesoli. *A Conquista do Presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 24.

A sociabilidade surge como uma estrutura sociológica muito peculiar. Se a própria sociação é interação, sua expressão mais pura se dá entre iguais. Visto que é abstraída da sociação através da arte ou do jogo, a sociabilidade demanda o mais puro, o mais transparente, o mais atraente tipo de interação, a interação entre iguais. Cada um dos participantes deve obter valores da sociabilidade para si mesmo apenas se os outros com quem interage também os obtêm. A sociabilidade é o jogo no qual se faz de conta que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular; e “fazer de conta” não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devidos ao seu desvio da realidade.⁵⁷

A categoria de sociabilidade está problematizada em contraposição à idéia de individualização a que o sujeito é submetido quando passa a viver no manicômio judiciário. Individualização no sentido de que ele perde suas relações sociais – o laço com o mundo lá fora - e não consegue estabelecer novos vínculos no espaço em que se encontra. Será também contraposta à noção de desindividualização para indicar o processo da “mortificação do eu”, ou seja, o aniquilamento gradativo da identidade daquele que adentra os portões de uma instituição total. Nesse sentido ele perderia também sua individualidade, entendida aqui como identidade.

Este esquema serve para mostrar que no sistema individualista existem várias formas de “individualização”: o indivíduo do liberalismo; o indivíduo do romantismo e também o indivíduo disciplinar, ou seja, aquele imaginado, a princípio, por Foucault, como sendo produto da intervenção dos dispositivos disciplinares. A partir destas noções, e percebendo como a “máquina” do manicômio judiciário funciona, observa-se, no contrapé, como ela articula figuras subjetivas do indivíduo disciplinado. O indivíduo acaba criando, de uma ou de outra forma, condição de imunização contra as formas perversas e burocráticas do controle e da disciplina. Surge então um sujeito pronto a organizar-se para atender, realizar, incentivar, exprimir etc., suas potencialidades pensadas como “naturais” ou intrínsecas.

⁵⁷ Cf. Georg Simmel, op. cit. p.165.

Este é o novo desdobramento da pesquisa, que tem como apoio as reflexões de Castoriadis, Maffesoli, Freud, Szasz e que podem fazer um paralelo com a história de vida de personagens ilustres como Artaud, Van Gogh e muitos outros que, acusados de “doença mental” foram testemunhas de que a resistência ao aprisionamento do desejo é uma experiência verdadeira.

Se a vigilância e a disciplina é para Foucault, o procedimento de dominação e a eficácia da vigilância e do controle sobre o interno implicaria em que o caráter de sujeito, numa instituição total, seria destruído pela disciplina traz, agora, na leitura dos primeiros, a possibilidade de que esse sujeito ressurgja, através de conquistas por novos espaços e na reconstituição de novos laços sociais dentro da instituição, os quais permitem ao preso paciente produzir seu autoconhecimento, refletir sua imagem. Se no espaço de atuação do agente penitenciário o sujeito é abafado, se perde, é no espaço da recreação que novas formas de sociabilidade surgirão, permitindo um emergir da fala desse sujeito pois, como bem colocou Castoriadis, o sujeito vai existir sempre, desde que haja uma significação para ele.

O controle das atividades é tido pela instituição como ponto fundamental para um “bom funcionamento”. Lugar de anulação do “eu”, a vigilância e o controle incessantes produzem, numa primeira instância, corpos cada vez mais e mais parecidos até que não haja qualquer diferença fundamental nos rostos e corpos aniquilados. Seria, então, este sujeito um reflexo da organização? O olhar atento mais uma vez vai dizer que não, pois consegue captar as sutis estratégias de um outro jogo. E estudar este jogo secreto, próprio, carregado de olhares, gestos e variadas formas de comunicação é perceber a sua restauração.

Quando o sujeito se coloca no mundo, tem possibilidades de se ressignificar: a instância psíquica do indivíduo é socializada e existe espaços reservados que o permite ganhar novos significados. A cada nova teoria explicativa do mundo têm-se uma nova ressignificação em torno do mesmo objeto. Têm-se uma releitura do objeto. Castoriadis está pensando numa socialização da psique que é a primeira instância de

representação.

Isto demonstra que o homem é um ser de significado e quer preencher de significado o vazio que é o caos. Não existe uma forma pré-concebida que afaste o homem desse caos e, ele, só se fabrica porque existe um significado entre ele e o caos. As instituições da sociedade só existem nessa relação com o outro e, quando o homem dá um significado para o caos ele se torna produto dessa relação entre o indivíduo e esse caos desordenado. Quando se faz a significação, se nomeia, isto é, faz sua representação e, esta, não precisa, absolutamente, partir de bases legitimadas⁵⁸.

Partindo da percepção de que o poder institucional, as normas e regras que permeiam toda a conduta da população internada, são, de alguma forma, resistidas, burladas pela criatividade e imaginação desta última, podemos dizer, a partir desse ponto, que o poder, ou seja, a capacidade de mobilização da instituição total não impinge aos atores a sua autonomia, nem sua coerção normativa sobre o sujeito anula o desejo. O habitante do manicômio judiciário é formado para obedecer, para se conformar e não teria vontade própria, pois, em tudo o que faz está o ditame de alguém; nunca faz nada por seu próprio desejo.

Por esse prisma, poderíamos dizer que o poder, expresso na vigilância severa, tornaria, no dizer de Michel Foucault, os corpos dóceis. Isto explica um aspecto do nosso problema, pois nossa interpretação projeta um outro lado do sujeito, um lado em que a vigilância não controla; um lado vivo que o poder não consegue anular. O importante, como se verá na análise desses fenômenos microssociológicos, é que se as coerções impostas aos internos são imprescindíveis para garantir um bom comportamento, não bastam, no entanto, para determinar esse comportamento. A própria imposição das normas contém em si uma indeterminação e uma ambigüidade que asseguram ao sujeito uma margem de manobra, no interior da qual pode desenvolver uma conduta estratégica.

A angústia que sente qualquer interno, durante os dias em que fica no

⁵⁸ Cf. Castoriadis, 1982, *op. cit.*, p. 351.

isolamento, período prescrito pela instituição como necessário para observação e classificação de seu comportamento, é uma experiência, segundo eles próprios, próxima da morte. É deplorável o modo como se entregam à tristeza. É um momento em que nada mais importa, tão desgraçados se sentem, como se estivessem caminhando para a morte. Ali o manicômio recupera seu aspecto sinistro, onde a loucura é punida com pena de prisão que, pela natureza do cárcere onde se executa, converte-se na “pena morte”.

O indivíduo que agora se encontra com o manicômio é constituído e considerado como “louco”. Sua entrada no mundo da loucura se deu por um “episódio de enlouquecimento” no qual cometeu o crime; isto significa que o indivíduo não é necessariamente louco como querem os saberes sobre a loucura. A condenação ao manicômio o obriga a romper com sua identidade e com os laços sociais exteriores ao universo manicomial. O isolamento porque passa quando de sua chegada ao manicômio é o momento em que ele se torna objeto de observação clínica e administrativa – avaliação sobre as futuras utilidades de seu corpo e temperamento – que o classificam, e objeto de sua própria solidão.

Nesse tempo de isolamento físico o sujeito se defronta com o trabalho do luto pelos laços e pela identidade perdida e, nesse processo, o eu desinveste libidinalmente o mundo e se recolhe. Todo investimento se volta para si mesmo; este processo só se completa quando o “eu” consegue reinvestir a libido em seu novo ambiente e em seus novos companheiros, tomados como depositários de seu amor. Ou seja, os objetos do mundo exterior – os laços, as amizades, estão para sempre perdidos e o que o irá sustentar agora são os laços que poderá contribuir através de investimento nos novos objetos, internos ao mundo do manicômio⁵⁹.

A passagem do mundo exterior para o do manicômio causa grande desalento ao indivíduo. Através de Freud podemos perceber que o poder transforma, mas não

⁵⁹ Cf. Sigmund Freud. *Luto e Melancolia*. In: *Obras Completas*, Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, 1974. p. 275.

anula o sujeito e o desejo se percebe nas brechas encontradas para ultrapassar o poder. O objeto de estudo desta pesquisa está, portanto, na tarefa de perceber e identificar uma autonomia do sujeito que ao mesmo tempo em que é produto da relação do saber/poder tem uma voz que lhe é própria.

A comunicação, seja por gestos ou por olhares, os impulsos eróticos e religiosos, o jogo particular desse universo peculiar é que os mobiliza para a resistência, abre caminho para a fantasia, para a representação, para a fuga da vida real. Sem estes subterfúgios a realidade seria insuportável, como para aqueles que como nós vivemos fora do manicômio.

O nosso conhecimento sobre qualquer coisa depende da maneira como a olhamos. Depende de nosso ângulo de visão e dos instrumentos que temos à mão para estudá-lo. Sobre a loucura, de forma mais genérica, vários saberes intervieram, cada um utilizando uma forma de acesso à realidade. Esses saberes revelaram-se, com o passar do tempo, o quão restritos e parcelados foram.

Este novo ângulo que se quer propor, de se abordar o psiquismo humano manifestado na questão do sujeito do desejo, requer, de início, uma compreensão da 'loucura' como uma maneira existencial de ser e não mais como uma doença. Para a psiquiatria tradicional, estar louco e estar gripado são, no fundo coisas semelhantes. A loucura e a gripe, segundo este tipo de visão, devem ser entendidas do mesmo jeito: ambas são doenças que se contrai, se bem que uma possui as suas causas em vírus conhecidos e a outra tem causas mais ou menos misteriosas e desconhecidas. Mas ambas carecem de um tratamento: uma atuação sobre a mente enferma, a fim de fazê-lo retornar a realidade.

Alterando este ponto de vista, veremos de que forma a loucura não é

considerada uma doença. Cooper⁶⁰, responsável pelo lançamento do termo anti-psiquiatria, faz uma comparação interessante entre o louco e o poeta (o artista). Ambos mergulham num mundo para além das palavras, dos símbolos, das verdades estabelecidas; num mundo dos sentimentos e emoções.

Contudo, enquanto o louco não consegue voluntariamente retornar deste mergulho, o artista retorna através de sua obra; retorna concedendo ao mundo uma transcrição de sua viagem interior. A eclosão, por exemplo, da esquizofrenia, uma das classificações mais correntes no manicômio judiciário, ocorre, segundo a anti-psiquiatria num momento de desestruturação do “eu” (ou dos “eus”) do indivíduo. Ele deixa de saber quem ou o que é, mergulhado que está numa região fantasmagórica interior, povoada pelos fantasmas (as prescrições das autoridades) que ele tanto teme⁶¹.

Mas tal mergulho é, também, de maneira ambígua e dialética, uma forma de libertação: libertação das estruturas alienadas da “normalidade” que são impostas ao indivíduo. Uma revolta contra a imposição e o patrulhamento exercido pelas instituições tanto fora como dentro do manicômio. O esquizofrênico não vê o mundo e a si próprio pelos modos impostos de viver e de sentir, mas penetra num reino de experiência que é exclusivamente seu. A viagem é uma busca desesperada de si próprio, do “eu” que vem sendo negada pela estrutura do grupo no qual vive o indivíduo. É por isso que o manicômio é comparado á uma família repressiva.

O indivíduo do manicômio se reestrutura em outras bases. Das viagens de um esquizofrênico vêm alteradas as próprias maneiras de se sentir vivo. Saindo de tal experiência ele passa a responder ao mundo com sua própria voz, e não mais com as vozes de todos os que lhe impuseram valores e verdades.

⁶⁰ Cf. David Cooper. *Psiquiatria e anti-psiquiatria*. São Paulo: Perspectiva, 1977. Primeiro livro de Cooper, escrito numa linguagem mais técnica e no qual estão estabelecidas as bases da corrente antipsiquiátrica, além de relatos de alguns casos e as primeiras experiências das comunidades.

⁶¹ As posturas da anti-psiquiatria não são isoladas. Inúmeros outros autores (Thomas Szasz, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Franco Basaglia e Michel Foucault) desenvolveram pensamentos que mantém forte identidade com a anti-psiquiatria em suas proposições básicas, divergindo apenas em determinadas considerações teóricas.

Esquizofrenia, em grego, significa literalmente “mente partida” ou “mente dividida”. Sob este rótulo genérico são classificados todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, perdem o contato com a realidade, isolando-se num mundo particular e fantasmagórico. Por isso é que no manicômio judiciário quase todos os internos, salvo os casos muito particulares, crônicos, que não entraram nesta pesquisa, são classificados como esquizofrênicos.

Ter visões, alucinações auditivas (ouvir vozes), ficar imóvel durante dias e até meses, passar-se por personalidades históricas como Jesus Cristo, Hitler ou mesmo populares e próximos, como Roberto Carlos ou Raul Seixas, auto-flagelar-se e mesmo cometer crimes violentos, são algumas das características, sintomas, dos chamados “esquizofrênicos”. É claro que esta é uma classificação da psiquiatria tradicional.

Para a anti-psiquiatria não existe o que se chama de esquizofrenia. Esquizofrenia é um balaios onde se joga todos aqueles que apresentam comportamentos que fogem dos padrões mais comuns da vida humana. É uma simples etiqueta aplicada aos desviantes. Quando o indivíduo começa a apresentar determinados comportamentos “diferentes”, “esquisitos”, isto é sintoma não de uma doença que nele se incorporou, mas de uma situação social patológica, na qual ele está inserido (família, escola, fábrica, manicômio).

Entre as discussões da psiquiatria tradicional e o sujeito do desejo, a anti-psiquiatria é uma ponte necessária porque coloca em questão o desdobramento do poder, do poder sobre o outro, para definir nele o que é normal ou anormal, sadio ou doente e redefine a loucura como um jeito diferente de ser, um jeito não usual de estar no mundo.

Embora a psicanálise possa ser decifrada historicamente como outra grande forma de despsiquiatrização, uma retirada para fora do espaço do asilo, a fim de apagar os efeitos paradoxais do poder psiquiátrico é também reconstituição do poder médico, produtor de verdade, num espaço preparado para que esta produção permaneça sempre adequada a este poder. A noção de transferência (sair do espaço asilar), como processo

essencial à cura, é uma maneira de pensar conceitualmente esta adequação na forma do conhecimento. A anti-psiquiatria se opõe a estas duas formas de despsiquiatrização, pois o que está em jogo é a transferência para o próprio doente o poder de produzir a sua própria loucura e a verdade de sua loucura, ao invés de procurar reduzi-la a nada. Ela luta contra a instituição⁶².

Mas a parte da psicanálise que nos interessa é a noção de sujeito que vai se delineando na obra de Freud, que não é o sujeito do “cogito ergo sum”. O sujeito freudiano não cogita, livre associa; trata-se de alguém que comete atos falhos, esquecimentos, que pronuncia frases-de-espírito e que, principalmente, sonha. A psicanálise propõe mostrar que o “eu” não somente não é senhor em sua própria casa, mas também está reduzido a contentar-se com informações raras e fragmentadas daquilo que se passa fora da consciência, no restante de sua vida psíquica.

A divisão do psíquico num psíquico consciente e num psíquico inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise, sem a qual ela seria incapaz de compreender os processos patológicos, tão freqüentes quanto graves, da vida psíquica e fazê-los entrar no quadro da ciência. A psicanálise se recusa a considerar a consciência como constituindo a essência da vida psíquica, mas nela vê apenas uma qualidade desta, podendo coexistir com outras qualidades e até mesmo faltar⁶³.

Não vamos acompanhar, aqui, a história da formação da psicanálise, mas ressaltar que a produção do conceito de inconsciente que resultou numa clivagem da subjetividade revela, a partir desse momento, que a subjetividade deixa de ser entendida como um todo unitário, identificado com a consciência e sob o domínio da razão, para ser uma realidade dividida em dois grandes sistemas – o inconsciente e o consciente – e dominada por uma luta interna em relação à qual a racionalização é

⁶² Cf. David Cooper. *A linguagem da loucura*. Lisboa: Ed. Presença e Martins Fontes, 1978. Neste livro, Cooper avança para além da anti-psiquiatria, propondo a não-psiquiatria.

⁶³ Cf. Sigmund Freud. *Cinco ensaios sobre a psicanálise*. In: *Obras Completas* Rio de Janeiro: Imago, vol. IX, 1974.

apenas um efeito de superfície.

Na tradição iluminista, o sujeito ocupava um lugar privilegiado; lugar do conhecimento e da verdade. A subjetividade, identificada com a consciência, devia se fazer clara e distinta para que o modelo fizesse seu aparecimento. É esse sujeito do conhecimento que a psicanálise vai desqualificar como sendo o referencial privilegiado a partir do qual a verdade aparece.

A psicanálise não vai colocar a questão do sujeito da verdade mas a questão da verdade do sujeito. Ela vai perguntar por um sujeito do desejo inconsciente que o Iluminismo desconhece. Uma vida ética dependeria, então, de desenvolvimento da razão para atuar sobre a vontade. Para nós, satisfazer a necessidade é fonte de satisfação de necessidades, mas acrescenta a elas o sentimento do prazer, dando às coisas, às pessoas e às situações novas qualidades e sentidos.

No desejo, nossa imaginação busca o prazer e foge da dor pelo significado atribuído ao que é desejado ou indesejado. O desejo não suporta o tempo, pois quer satisfação imediata. Foi Nietzsche um dos primeiros a chamar a atenção para essa ética racionalista que contesta à razão o poder e o direito de intervir sobre o desejo e as paixões. Para Nietzsche⁶⁴, a moral racionalista foi erguida com finalidade repressora e não para garantir o exercício da liberdade; transformou tudo o que é natural e espontâneo nos seres humanos em vício, culpa, e impôs a eles, com os nomes de virtude e dever, tudo o que oprime a natureza humana.

A moral racionalista foi inventada pelos fracos para controlar e dominar os fortes, cujo desejo, paixões e vontade afirmam a vida, mesmo na crueldade e na agressividade. Para esse filósofo, é preciso manter os olhos bem abertos contra essa sociedade que, governada por fracos hipócritas, impõe aos fortes modelos éticos que os enfraqueçam e os tornem prisioneiros dóceis da hipocrisia da moral vigente.

A vertente epistemológica trágica formulada durante o século V a.C., na Grécia foi abandonada, e privilegiou-se a vertente iluminista, mas Freud recupera a

⁶⁴ Cf. Friedrich Nietzsche. *A genealogia da moral*. São Paulo: Hemus, 1981.

episteme trágica através do inconsciente articulado ao Édipo e, assim, os principais pressupostos epistemológicos da razão iluminista são inadequados para o pensamento psicanalítico que não se baseia na cogitação e que tem como objeto um sujeito do desejo inconsciente. No âmbito da psicanálise, o cogitar cede lugar à uma interlocução poética que visa a verdade do sujeito e que se desenrola numa sucessão de enigmas⁶⁵. A máxima de Descartes “penso, logo existo” é aqui invertida para: “penso onde não sou, portanto sou onde não me penso”. Aquilo que o sujeito não sabe é o saber inconsciente.

A discussão acima mostra sua pertinência à esta pesquisa na medida em a anti-psiquiatria e a psicanálise pretender ser uma tentativa de compreensão e atuação sobre o indivíduo (anti-psiquiatria) e o sujeito (psicanálise), e isto já é um grande avanço comparado aos fins repressivos da psiquiatria tradicional. Para o que se propõe neste trabalho, a escuta e o olhar sobre o indivíduo chamado “louco”, as duas áreas do conhecimento, acima citadas, ajudam, sem dúvida na percepção e compreensão da relação daqueles indivíduos-sujeitos com a existência. Para o observador que não é nem da anti-psiquiatria nem da psicanálise, mas cientista social, é necessário valer-se destes saberes para traçar as estratégias necessárias na captação dos códigos daquela comunidade singular.

⁶⁵ Cf. Manoel Tosta Berlinck. *Tempos do Édipo*. In: Heloísa Fernandes (org.). *Tempo do Desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 81.

4. OS CAMINHOS DA SOCIABILIDADE

4.1. O JOGO COMO ELEMENTO FUNDANTE DO SOCIAL

A imaginação sempre foi mal vista ao longo da história da filosofia. Como agora olhá-la pelo exercício do rigor científico?

Castoriadis

O mundo demencial é imaginado e produzido de muitas maneiras e, embora seja muito difícil transmitir para o papel o “clima do momento”, pela extrema particularidade significativa das frases, dos gestos, do timbre da voz, das posturas corporais, é, entretanto, todo ele facilmente captado quando se faz parte daquele cotidiano. Todos os aspectos daquela socialidade, reunidos no material coletado, não são muito diferentes dos nossos. São encenações situadas, geralmente, muito próximas do teatro e vai do patético e da astúcia ao grotesco e à violência, mas que revelam também os problemas últimos da existência e do destino: a morte, o tempo, a solidão, o sexo, a loucura.

Esta maneira um pouco diferente e peculiar de ver o mundo, não se esgota nos exemplos nem nas palavras dos internos aqui mencionadas. Espero que eles dêem, de fato, uma idéia da riqueza da vida interior, que, de forma alguma é obtusa ou apática quanto pensamos ser. Sob um determinado ângulo, podemos observar um vasto e complicado palavreado, inscrições enigmáticas, pedaços de fantasia que se

desprenderam de uma outra realidade para fundar um reino autônomo e distante da realidade externa que o confinou no manicômio. Neste mundo, castelos são feitos.

Castelo é um termo muito comum usado no manicômio para definir sonhos, os mais grandiosos, mesas com fartura, paixões vividas intensamente, festas elegantes, dança. Ao olhá-los, ali, tão entretidos, tem-se a impressão de que faz muito tempo que eles não precisam da nossa compreensão: “Eu só sinto o que eu quero sentir”, respondeu-me um interno ao ser inquirido sobre se sentia falta da família ou da liberdade. Naquele momento esta frase nos remete a pensar que estamos diante de alguém mergulhado no delírio, porém, como veremos adiante, as coisas não são o que parecem.

A minha inclusão no grupo deu-se de forma muito lenta. Desconfiados, a princípio, afastavam-se à minha proximidade. As perguntas, quando não eram respondidas, ganhavam frases desconexas ou incompreensíveis. Mas a maneira como trocavam olhares levava-me a suspeitar de que agiam assim de propósito. Entendi, mais tarde o porque daquele teatro: o “clima” começou a melhorar no dia em que, no portão de entrada da galeria masculina, pedi ao agente de segurança para entrar desacompanhada. Logo em seguida pediram-me cigarro. Longe do olhar do agente, peguei a carteira e distribuí os cigarros entre eles. O fato, não de distribuir os cigarros, mas o de fazê-lo escondido selou uma “camaradagem” entre nós. Eu também já fazia parte do jogo. Depois expliquei a eles que não fazia mais doação de coisa alguma, e que precisava passar com eles algum tempo a fim de fazer um estudo social da vida no manicômio e, para isso, precisaria da colaboração deles. A instauração dos nossos laços, na confiança de que eu não os trairia deu a eles liberdade de “revelar-me” suas práticas de sobrevivência.

A fuga da realidade institucional, como foi atestado no fingimento inicial com relação à mim, constitui-se numa atividade livre, conscientemente tomada como possibilidade de escapar à vida normatizada mas que, ao mesmo tempo, é capaz de absorver o interno de maneira intensa e total. É esse jogo de invenções, que promove a

formação daquele grupo social cuja tendência é a de rodearem-se de segredo e a de sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes. A função desse lúdico no manicômio judiciário, pode ser definida como uma luta contra a aspereza do dia-a-dia ou a representação de algo que os mantenha vivos. E este algo ou alguma coisa pode ser definido pelas palavras de Goffman que, em um trecho de seu livro, diz que

“nosso sentimento de um “eu” pode surgir através das pequenas formas de resistência... Nosso status se apoia nas construções sólidas do mundo, enquanto nosso sentimento de identidade pessoal reside, freqüentemente, em suas fendas”. (Goffman, 1984, p. 87).

Passeando e conversando com os internos pelos corredores ou no pátio, eles vão surpreendendo-me, em meu trabalho, com exclamações que eu nunca imaginei ouvir ali. Observo que no universo demencial, onde o desejo ousa aparecer na forma do riso, da piada, do gracejo, do cômico, está presente o lúdico, a encenação que pela sua não seriedade contrasta profundamente com a sisudez das normas. O voluntarismo dos comportamentos - quando não é bruscamente quebrado pela chegada de algum agente penitenciário ou barrado por alguma norma - torna-se a incorporações de mil personagens, inclusive o próprio papel de louco, acatando passivamente, por assim dizer o “eu” que a instituição lhe impõe.

Este mundo paralelo, que os salva do engessamento institucional, não pertence à vida comum do manicômio, pois situa-se fora dos mecanismos disciplinares. É em determinados momentos que a norma é afrontada e, nesses momentos, ergue-se um mundo oponente e fragmentado que só vale para aquele instante. Mas, de qualquer forma, é ali que se realiza uma satisfação, que consiste, ela mesma, nessa própria realização. Esses intervalos da vida manicomial, expresso na escola, na ginástica ao ar livre, nas apresentações no teatro, nas aulas de pintura e escultura, nas danças de quadrilha, nas conversas e nos encontros furtivos, contém funções vitais para o grupo.

Com base em Huizinga⁶⁶, podemos dizer que esse mundo temporário dentro do mundo institucional ganha, pela vida que confere ao grupo, o lugar do sagrado, tal qual um culto, onde determinados atos podem ser explicados pela categoria de jogos, sem por isso perder seu caráter de sagrado. Essas atividades são executadas sob a forma de festa como se algo invisível adquirisse uma forma bela, sagrada. Para ilustrar essa observação de Huizinga, cito o exemplo de uma peça apresentada no teatro do manicômio em alusão à Páscoa, onde os atores ficaram profundamente transportados em suas personagens, quase acreditando que viviam aquela realidade.

O teatro é uma forma portentosa de superação da realidade institucional. No final da cena, emocionados, trocaram chocolates entre si num espírito de alegria e liberdade. O mesmo “clima” de comunhão se repetiu quando um grupo de internos montou uma outra peça, desta vez para a comemoração dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil. O fictício, o jogo, são, assim, elementos fundamentais e insuperáveis da existência social.

É interessante notar, também, que os efeitos desses eventos não cessam depois de acabado; seu brilho e sua harmonia continuam sendo projetados sobre o grupo e essa influência benéfica é que assegura o desejo pela próxima festa. Huizinga observa que a festa e o jogo estão estreitamente relacionados, já que ambos implicam uma eliminação da vida cotidiana e são limitados no tempo e no espaço e, se a festa acabar e a vida “real” recomeçar, fica a esperança de uma próxima⁶⁷.

As pequenas ações da vida diária podem ser reconhecidas como sobrevivência ao mundo institucional e também como construção de um mundo de ficção. Os quartos, que as internas recusam a chamar de cela ou cubículo, são, em sua maioria, limpos e enfeitados, como numa tentativa de réplica de um outro, que ficou lá fora. As paredes são cobertas por páginas e páginas de revistas coladas, todas com fotos de artistas ou de propaganda, caixas de papelão imitam móveis e pedaços de

⁶⁶ Cf. Johan Huizinga. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 31.

⁶⁷ *Idem*, p. 25.

cobertor velho fazem as vezes de tapete.

Algumas internas são veementemente contra a prática do enfeite alegando que aquele lugar não é sua casa para requerer tanto cuidado e ainda, quem enfeita é porque já aceitou sua vida naquele lugar. Mas o que se pode deduzir disso é que é possível compreender nesse pseudo conformismo exatamente o seu oposto, isto é, como mais uma das formas de resistência frente às imposições sucessivas da instituição.

Ornamentar o quarto não seria uma aceitação da vida naquele lugar, mas uma maneira de sobreviver a ele, mesmo que para isso seja necessário imitar o mundo exterior. Algumas internas chegam mesmo a exclamar, quando voltam depois de um dia inteiro na horta ou nas oficinas: “de volta ao lar!” Huizinga comenta, inclusive, que é evidente que não se pode negar a existência de uma necessidade quase instintiva, espontânea, de ornamentar as coisas, e que seria possível considerá-la uma função lúdica, que embora de ordem inferior, assemelha-se às brincadeiras dos primeiros anos de vida da criança, num momento em que a estrutura superior do jogo organizado ainda não está plenamente desenvolvida⁶⁸. Por outro lado, a percepção estética é essencialmente intuição e sempre vem acompanhada pelo prazer e as representações fazem parte do jogo da imaginação, portanto, é subjetiva, mas é universal na medida em que há prazer na percepção estética e, isto, para qualquer sujeito que perceba.

Mas o exemplo clássico, a título de ilustração, das representações em que o jogo aparece como a grande vida que os mantém vivos naquele lugar de mortos-vivos, começa, impreterivelmente pela comunicação. No manicômio existem duas redes de informação: uma é a oficial, da instituição, das ordens a outra e a que integra apenas os internos e não se conecta com a rede oficial.

Depois de um tempo isolado (15 dias) onde é diariamente observado e instruído acerca das normas pelos funcionários do manicômio, o interno recém-chegado sai para o convívio. Nesse outro espaço ele passa então a ser sondado pelos

⁶⁸ *Ibidem*, p. 186.

companheiros e passa a conhecer as outras regras (ocultas) do manicômio. A principal delas é a que diz respeito ao segredo. Nada do que se diz deve chegar aos ouvidos dos agentes penitenciários, do contrário, significa ser “cagüeta” (delator), traidor dos companheiros, e isto é considerado um delito grave segundo os critérios dos internos. Com o tempo ele conquista também o seu canto dentro daquela socialidade.

A comunicação entre os internos merece uma especial atenção pela forma enigmática com que se apresenta, revelando, além da sua função integradora, toda a sua qualidade lúdica. Antes, poderíamos dizer, num primeiro momento, que a principal característica da rede de comunicação da instituição é a de que ela praticamente não existe. Ou melhor, existe parcialmente: dos agentes de segurança ou dos médicos para os internos: perguntas para a elaboração do diagnóstico e indicações ‘de caráter científico’; dos internos, apenas respostas mecânicas com as quais procuram, como num interrogatório policial, não dar informações que possam servir para aumentar a pena, cuidando ao máximo para não se comprometer o que, espantosamente, é interpretada pelo profissional como um sintoma de loucura, de paranóia e que acaba registrado na ficha clínica do paciente.

Muito distinta disso é a capacidade de comunicação do interno dentro do próprio grupo ou com sua gente, em quem confia - os terapeutas ocupacionais: professores de arte, de música, de educação física, etc. A comunicação baseia-se em frases curtas e espaçadas, com uma rica codificação de gestos, através das quais trocam-se informações sobre as novidades do dia - se mudou alguém do plantão, quem está no castigo e o porquê, troca da escala de serviço, etc.

Aqui aparece uma capacidade de estabelecer vínculos emocionais e verbais insuspeitados pela instituição, observáveis especialmente quando as internas (principalmente) se utilizam de elementos codificados para estabelecer algum envolvimento afetivo, em que haja de fato um comprometimento de ambas as partes. Nesse caso, utilizam-se das companheiras que tornam-se cúmplices do romance e acabam ajudando, no tráfico de recadinhos, na troca de roupas íntimas (esta é uma

forma de selar compromisso), ou despistando a vigilância para acobertar os beijos e abraços proibidos.

Este leva-e-traz se estrutura num jogo de ditos, de fofocas, de recados amorosos e de toda a sorte de informações. Neste movimento, não só no caso das mulheres, mas no geral, circulam informações sobre a organização manicomial em seus diferentes níveis. É intrigante saber que os internos estão “por dentro” das mudanças nas diferentes esferas do poder institucional. Eles estão sempre informados e informam aos outros sobre trocas de diretores, de chefes das equipes de segurança, da chegada de novos internos, do estado da despensa ou da farmácia (se vai faltar ou não comida ou remédio).

A expressão intrigante é utilizada aqui para indicar uma questão que não se consegue responder: de que forma os internos obtém estas informações? A impressão que se tem é a de que assim como eles são observados e controlados o tempo todo pelas equipes dirigentes, estas também não escapam a um olhar treinado e esquadrinhador. Os internos também possuem seu método de controle.

Existe um outro nível do jogo, no qual o interno joga com o agente de segurança. A função desse jogo não é lúdica, mas sim a de se proteger contra as ações invasivas dos agentes. Nesse sentido o jogo funciona então como uma estratégia defensiva do internado em relação à organização. Em seu cotidiano, os internos conversam normal e despreocupadamente com seus companheiros quando estão longe dos olhos dos agentes. Quando algum deles se aproxima, dependendo da conversa, o interno resolve, às vezes, comportar-se como um doente mental, mas que, na verdade, está representando o papel que se espera dele. Mudam as atitudes, o andar, o olhar e a voz. Depois que o agente de segurança passa ele olha, matreiro, para seu companheiro, que exclama algo do tipo: “jaguara, você não vale nada mesmo!” De fato, há toda uma simulação para atender ao clima de manicômio que se cria.

Evidentemente que não se está aqui conjecturando que não existe problema algum com os internos – não podemos nos esquecer que eles têm consciência de sua

vida, que estão num lugar que beira a degradação e cuja grande maioria toma remédio (Aldol) para sobreviver - apenas que a pessoa inserida naquela comunidade é condicionada ou usa de estratégia para não ser importunada.

Certa manhã, uma interna, numa conversa em “off”, logo que cheguei, contou que recém se atirara ao chão fingindo uma crise epiléptica porque fora flagrada com um bilhete para uma ‘namorada’ e não queria ir para a ‘tranca’. A guarda acreditou na ‘história’ e foi condescendente, livrando-a do castigo. A tranca⁶⁹, ou surda como também é conhecida causa verdadeiro horror aos internos mas, em contrapartida, as estratégias usadas para livrarem-se dela constituem-se em elaborações teatrais incríveis. Aliás, a teatralidade é a grande marca da resistência, é a forma que estrutura aquela socialidade em todos os seus conflitos; é um instrumento eficaz na luta dos que não tem porvir.

As palavras e comportamentos que um dia invalidaram o sujeito numa determinada estrutura, por estarem carregadas de significados insanos adquirem, no manicômio, o caráter de normal; a mensagem que outrora era contraditória é agora bem-vinda dentro deste novo contexto. O que se deseja, do ponto de vista institucional, é que o louco se comporte como louco, que confirme constantemente, quer pelo jogo quer pela palavra, por gestos ou atitudes, sua condição de insanidade.

Mas a negação da estratégia de fiscalização instituída constitui-se numa outra muito mais complexa e criativa. A roupa é um verdadeiro indicativo contra a tentativa de desindividualização, mesmo os internos que usam uniformes, criam um estilo próprio, um pedaço de pano a mais amarrado na cintura, faixas na cabeça ou no pescoço. O que o indivíduo precisa, neste momento, é o reconhecimento por parte do outro, de sua individualidade e da realidade de suas experiências, mas surpreendentemente estes comportamentos são considerados sinais da loucura.

Comportamentos assim nunca serão reconhecidos como parte de uma luta

⁶⁹ Castigo conferido a quem comete uma infração considerada grave. Outros castigos são a suspensão de rádio, televisão, banho de sol e visitas e o isolamento na própria cela.

contra a homogeneização requerida como exemplo de ordem e disciplina. Valdevino, preso há vinte e cinco anos, é o único interno que usa paletó e gravata, possui livros, inclusive sobre “loucura”, comporta-se como professor e intitula-se cônsul. Já escreveu cartas para várias autoridades (uma delas para Paulo Brossard, na época Ministro da Justiça), que nunca foram enviadas. Todas constam no seu prontuário e fazem parte do seu acervo de loucura.

Ainda, com relação a comunicação, é bom frisar que o grupo que estudo, são internos que não recebem visitas nem cartas, tampouco mantém qualquer ligação com a família ou alguém que possa mantê-los informados sobre o que se passa com o mundo exterior e sua cotidianidade. Ou seja, não é penetrado por nenhum canal de informação de fora, a não ser àqueles impessoais e distantes como o rádio e a televisão, cuja notícia não o remete a pensar sobre seu mundo imediato. Esta é uma das maneiras em que o “eu” do sujeito no manicômio sofre um aniquilamento pois, depois de alguns anos isolado do mundo exterior, onde muito tempo passou, ninguém mais pode contar nada a ele, isto é, não entrou nenhum estímulo novo.

Mas é aí que, em contrapartida, estabelece-se, como já foi dito, uma nova codificação, um novo conceito de linguagem, sutil, difícil de explicar, de comunicar verbalmente, porque muitas vezes a fala está no silêncio, e estes silêncios se produzem quando é a situação que está “falando”: uma porta que se abre, alguém que se agacha, ou oferece um cigarro, os gestos em geral, especialmente o olhar, que nestes casos de pouca verbalização adquire uma capacidade expressiva extraordinária. Não podemos esquecer que muitas daquelas mensagens se utilizam do gesto em suas formas consideradas obscenas.

Assim, podemos afirmar que os olhares e os gestos mesmo quando obscenos fazem parte de um código não só de linguagem mas também de um conjunto de regras, de um jogo no qual a obscenidade deve ser entendida não como apelo sexual, mas inserida no campo do escárnio e da ironia. O sentido erótico dos gestos e olhares será tratado no item “o erótico como fundante do social”.

Outro estilo de mensagem é o que utiliza a mediação de um giz ou caneta: frases escritas na parede, desenhos, às vezes nos lugares mais insólitos e com letras miúdas para que alguém, em algum momento, as leia. Por vezes são mensagens dirigidas ao mundo, com tonalidades de notícia trágica (pecadores que vão arder no fogo do inferno, a grande besta que surgiu do mar, juízo final, vinda do filho do homem, etc.). Outras vezes chegam a inventar um idioma, com signos especiais que, do ponto de vista gráfico, são sempre muito atraentes: estão desenhados como se fossem objetos, coisas.

Segundo Cooper⁷⁰, isto se deve a que as palavras, as letras, especialmente na esquizofrenia, possuem vida em si mesmas, participam da natureza do significado. Dois exemplos interessantes citados por Cooper, é a da palavra faca que é escrita parecendo uma faca, e a palavra sangue tem as letras em forma de pingos vermelhos. Outra característica, ainda segundo Cooper, particular desta rede de comunicação são os neologismos, as palavras inventadas que, em geral são sínteses de frases, uma palavra entra em outra; por exemplo: fangue, síntese de faca e sangue.

Essa característica está muito evidente no manicômio judiciário: palavras contendo em si desenhos pornográficos podem ser vistos em algum canto escondido. Os agentes penitenciários ficam pasmos com a ousadia, uma vez que ninguém pode andar pelos corredores portando objeto que não seja previamente autorizado. As sindicâncias para acharem o autor mostram-se insuficientes, por fim destacam-se, então, alguns internos para limpar o local. Dias depois está lá novamente a inscrição. O risco faz parte do jogo. Se for flagrado, o acusado vai para a tranca e este é o único castigo corporal e, mesmo assim, raramente acontece.

Assim, a rotina no manicômio judiciário prossegue, engendrando uma passividade que, de maneira nenhuma pode ser considerada como submissão ou aceitação da falta de liberdade. Desde o levantar barulhento, das reclamações (ô lugar!, exclamam eles diante de qualquer aborrecimento), do preparo do cigarro de palha, da

⁷⁰ Cf. David Cooper, 1978, *op. cit.* p. 126.

colheita de verduras na horta, dos trabalhos nas oficinas, do exercício físico, do banho, do jantar, do remédio, até a volta a cela, essa rotina toda tem, em sua aparente passividade, um elemento duplo, pois, ao mesmo tempo em que aparenta aceitação, é, esta, um mecanismo de defesa cujo sentido é o da recusa da identidade homogeneizada, é uma recusa branda, não frontal, mas sempre uma recusa.

Nada tem de conformismo, por exemplo, no fato de o dono do gato preto de nome Benjamim dizer que está contente com seu mascote. Seja por cuidar do gato, seja por estar contente com sua companhia, há aí um reestruturar da existência no que esta possui de mais concreto: a pulsão do querer viver.

As histórias de fantasmas, de morte, fazem parte também da rotina manicomial desde os seus primórdios. História dos espíritos dos que se suicidaram, dos que morreram por alguma doença, povoam a imaginação dos que contam e dos que ouvem. A história mais recente é a de Dim-Dom, que eu conheci no ano passado. Dizem que o cubículo dele ficou mal assombrado desde que ele morreu. “De que morreu Dim-Dom?” perguntei. “De banana”, me responderam e, nessa resposta estava, como sempre, a sacanagem, a ironia. Na verdade Dim-Dom – apelido dado à um interno cujo andar, requebrado, parecia, diziam, reproduzir o som de uma campainha, morrera após comer uma grande quantidade de banana o que ocasionou-lhe uma congestão.

A criatividade dos internos pontua a vida de todo o dia, com suas histórias e personagens inventadas que, de alguma forma, serve como reserva com sua carga mista de fascínio e de terror, um tesouro secreto que permite superar o tédio ou a angústia daquele lugar.

Nesses meses em que fui recolhendo o pensamento escrito e falado desta arte singular dos internos, os testemunhos destes mundos interiores, destes criadores de universos inteiros que, por suas invenções de difícil compreensão são enclausurados pelos ‘normais’ para a defesa de um mundo ‘sensato’, no qual a imaginação se encontra, muitas vezes, abafada pelo medo da criação, pelo medo de ser diferente, nos

traz à mente o quanto de comportamentos insanos de outras épocas seriam hoje considerados geniais e o quanto de nossas artes, criações geniais de hoje, seriam consideradas loucura em outras épocas⁷¹. Infelizmente, neste universo do jogo, quando algo é percebido, este não é visto nem concebido como uma saída para a “cura”, mas sim como confirmação da doença.

Os processos pelos quais os internos se equipam para viver sua própria sociabilidade mostram que a solidariedade, na sua expressão mais pura se dá apenas entre os internos. E se solidariedade é abstraída da socialidade, através da ajuda mútua, da troca, a sociabilidade demanda o mais puro, o mais transparente, o mais atraente tipo de interação, que é essa interação entre iguais. Cada um dos participantes deve obter valores da sociabilidade para si mesmo apenas se os outros com quem interage também os obtêm. A sociabilidade é o jogo no qual se faz de conta que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular, na singularidade; e “fazer de conta”, nas palavras de Huizinga, não é mentira mais do que o jogo ou a arte são mentiras devidos ao seu desvio da realidade.

Este fazer de conta é expressado claramente pelos internos como a única maneira de se sentir livre. Nós podemos então, francamente, inferir que o sujeito luta pela libertação das estruturas alienadas da normalidade que são o tempo todo impostas a ele, e o mais a ser notado é que no jogo é que ocorre esta libertação, como a única possibilidade de viver em seu mundo sem interferências. Nas representações manicomiais, os internos criam um outro mundo, paralelo ao mundo exterior.

O faz de conta é sentido como uma penetração interior, no qual ele abandona os modos impostos de viver e de sentir, penetrando num reino que é exclusivamente

⁷¹ Vale a pena lembrar a história de Eduardo Souto que escreveu várias de suas composições musicais nas paredes do seu quarto de internado, num asilo psiquiátrico de Santos; também a história de Arthur Bispo do Rosário e sua produção artística; e, porque não, Nietzsche, que, em sua obra filosófica negava todo e qualquer valor absoluto e lutava contra a moral da auto-renúncia, não foi compreendido pelos seus amigos. Para Nietzsche a loucura não passa de uma máscara que esconde um saber fatal e “demasiado certo” assim como aniquilar as paixões nada mais é do que a mais triste das loucuras.

seu. Nas longas tardes convivas com eles, nas conversas conquistadas pela confiança de que não ‘fazia parte do outro lado’, percebia-se essa busca quase desesperada de si próprio, do “eu” que é continuamente negado pela estrutura da instituição. Por isso a necessidade desse mundo, cujo jogo, pela sua função vital, ao mesmo tempo em que possibilita a evasão da vida real em toda a sua força e tragicidade, promove, também, a consolidação da sociabilidade pela circulação das palavras, dos afetos ou de objetos.

Num certo dia, acompanhei um interno em sua visita periódica ao psiquiatra e ao psicólogo. Notei, então, o esforço com que aqueles profissionais buscam, a todo o custo, fazer com que o indivíduo retome o contato com a realidade, isto é, negam que as atitudes do interno sejam, também, uma forma de realidade. No laudo psiquiátrico⁷², tanto o médico psiquiatra quanto a psicóloga, declararam-no incurável. A sumária observação sobre sua aparência, sua atitude de indiferença foi interpretada por eles como a afirmação da doença, e, parecia mesmo, que era apenas isso que procuravam buscar.

Ao sairmos da sala de consulta, o interno confidenciou-me que aquela era a quinta vez que fazia o “exame penitenciário” e que, a princípio, procurava mostrar-se animado e responder às perguntas, mas o diagnóstico era sempre o mesmo. De fato, conhecendo aquele há algum tempo, tratava-se de duas pessoas distintas: uma na convivência com seus companheiros e outra na frente do médico e da psicóloga. É de se perguntar como pode um diagnóstico tão conciso ser merecedor de algum crédito.

Conversando com os agentes penitenciários, percebi que para eles também, o que tem valor é unicamente aquilo que é vivenciado segundo as regras do racionalismo cotidiano do manicômio. Quaisquer outras maneiras de se colocar no mundo não são válidas, por não se coadunarem com a pretensa lógica dos hábitos ‘normais’. É por isso que, diante dos “guardas”, dos médicos e dos psicólogos, os internos possuem comportamento diferente ao que exibem quando estão na presença dos terapeutas ocupacionais.

⁷² Ver laudo psiquiátrico anexo A-1 p. 112.

Por isso, mais do que uma busca de diversão, a população internada tem necessidade desse refúgio. Quando estuda a natureza e o significado do jogo como fenômeno cultural, Huizinga o traz como forma significante, como função social. Ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo metafórico, ao lado do mundo da natureza. Esse preâmbulo tomado ao Huizinga, guia-nos na percepção do papel do canto no manicômio judiciário.

O canto está presente em quase todas as vozes. Desde uma música corretamente cantada, ao assobio e ao som balbuciado, incompreensível, a melodia surge como uma das mais espontâneas formas de expressão. Canto religioso, hinos cívicos, cantiga infantil, música atual, brasileira, aprendida no rádio ou letras cantadas em inglês inventado, o canto tem uma grande significação e utilidade na vida do internado quando atua como forma de comunicação como, por exemplo, no caso de uma letra improvisada dentro de uma melodia conhecida à guisa de passar uma mensagem. O arquivo da música está lá para nos mostrar o quanto isto tem de verdade; basta olharmos as histórias de vida contada através da música. As aulas de música são bem freqüentadas; a sala é um dos espaços de sobrevivência, da garantia de transgressão sem punição.

Há três anos, o professor de música Juvenal Linhares organizou um coral masculino de vinte e cinco vozes. Quando este coral se apresenta, configura-se um momento de grande comunhão: todos gostam de ouvir o coral. Tanto para aqueles que cantam como para os que ouvem, os cânticos representam um elo mágico, de arrebatamento e de liberação. O canto coletivo, pela sua sublimidade, fortalece a resistência do corpo internado na sobrevivência detrás das grades. Assim, é possível compreender melhor a importância fundamental das atividades fora do que se constitui um hospital-prisão. São práticas que, mais uma vez, exprimem um querer viver e que permitem compreender que vida continua. Como disse um interno: “Porque para nós sermos felizes aqui, só basta sermos tratados como pessoas, porisso eu adoro estudar, participar das atividades que a pedagogia nos proporciona, porque sentimos como se

estivesemos livres” (sic).⁷³



CORAL NUMA APRESENTAÇÃO DOMINICAL

Logo que saiu do isolamento, Leoni optou por ter aulas de música e violão e, a partir de então coloca nas letras seu deboche perante às agentes de segurança. Uma de suas inspirações dá conta do dia em que foi para o convívio e que uma das ‘guardas’ disse “pode ponhá sua mala aqui”. Esta frase, exatamente pelo seu erro gramatical, foi musicada quase que imediatamente. Leoni ri muito quando conta esse fato.

Hermínio, 68 anos, canta perfeitamente uma música de Ari Barroso: “sei que falam de mim, sei que zombam de mim, oh! Deus, como sou infeliz, vivo à margem da vida, sem amparo ou guarida... hoje sou folha morta, que a corrente transporta, oh!

⁷³ No anexo 3, estão algumas redações escritas pelos internos por ocasião das comemorações da “Semana do Encarcerado”. O trecho em questão está citado na redação do interno Romildo Rodrigues Pereira.

Deus, como sou infeliz”. De repente passa um outro interno por nós, olha para mim e diz: “só um louco pode querer cantar num lugar desse”. Ribeirinho canta alto no palco do teatro: dizem que sou louco, por pensar assim, mas louco é quem me diz que não é feliz: eu sou feliz.

Os ‘cantadores’ são extremamente criativos. As músicas contém explicações de algumas situações possíveis e são elaboradas espontaneamente. As letras que tanto servem para expressar a ironia, a raiva, o deboche, como para demonstrar amor, amizade, são as únicas possibilidades de expressão livre quase sem ameaça de punição. A música é, assim, uma transformação ou uma imaginação do mundo exterior, que joga no extremo limite entre a brincadeira e a seriedade.

A música significa sempre alguma coisa, que pode ser tanto da ordem do sentimento, coisa séria, como da ordem do cinismo. Seja qual for a maneira como os agentes a considerem, o simples fato de encerrar um sentido subjetivo, implica de outro lado a não possibilidade de censura. Assim, se a principal característica do manicômio, como já sabemos é o seu funcionamento em regras autoritárias, a principal característica da população internada é a de subverter estas regras.

O jogo, em todas as suas formas, inclusive naquelas que chamamos obscenas, é exercido no sentido dessa subversão. O jogo impõe um desafio aos jogadores – no caso os internos que canalizam sua jocosidade e sua ironia ao outro, do poder – e aos agentes penitenciários que observam o jogo e se sentem impotentes para decifrar o seu conteúdo simbólico. No limite, mesmo entendendo do que se trata, agentes de vigilância não podem produzir uma queixa implicando os internos, exatamente pela impossibilidade de enquadrá-los numa infração disciplinar. Por exemplo, quando o interno canta uma melodia conhecida, e sobre esta coloca versos, que não são os originais e cujo o conteúdo é um deboche à organização, o agente não tem como produzir prova de que o internado esteja invertendo a letra na intenção de provocá-lo, afrontá-lo ou agredi-lo.

A existência dessas representações, onde o jogo é uma confirmação supra-

lógica da situação humana se constitui, no manicômio, no lado criativo da 'loucura'. "Este é um lugar para gente que pensa diferente", diz João Batista, enquanto mostra-me suas pinturas em guache. As criações artísticas, tanto na música, como na pintura são exemplos de uma negociação com o tempo que passa, são o desenvolvimento de um encantamento catártico que anula o tempo e as angústias deste eterno enclausuramento. As brincadeiras e os jogos (baralhos e pedras de dominó improvisados), são uma atividade voluntária e espontânea. As atividades impostas pela instituição não possuem uma adesão voluntária, na maioria das vezes, porque estão sempre sujeitas a ordens, e isto acaba com o caráter de jogo, e se transforma em algo forçado.

A característica fundamental do jogo é o fato de ele próprio ser liberdade. Não é vida corrente, nem vida real, pelo contrário, é uma evasão da vida real. Huizinga considera toda a esfera da chamada cultura primitiva como um domínio do lúdico, abrindo caminho para uma compreensão mais direta e mais geral de sua natureza, de maneira mais eficaz do que se recorrêssemos a uma meticulosa análise psicológica ou sociológica. Por isso o jogo é considerado algo sagrado, pelo fato de este ser indispensável à sobrevivência do grupo e por se processar fora e acima das austeras necessidades da vida cotidiana.

Esses exemplos dados tem o propósito de mostrar uma estrutura que não pode ser negada. Essa estrutura que se estabelece no nível mais obscuro da instituição, requer uma grande responsabilidade do observador, uma vez que este depara-se com relações de aparência, no sentido de que, aparentemente há uma aceitação ou acomodação, da parte dos internos, em relação às normas e também no que diz respeito ao próprio fazer de conta do seu mundo particular. A análise microssociológica dessa cotidianidade faz emergir o fato de que, por mais camufladas que sejam aquelas relações, a solidariedade que está na sua base é profundamente ética. O interno recém chegado ao manicômio já se depara com esta cultura formada pelos internados. Resta a ele entrar e fazer parte do jogo ou ficar completamente

isolado.

Para o observador torna-se deveras complicado analisar as experiências dos internos no momento em que são vividas, bem como tomar a devida distância e vê-la em perspectiva. Só com o passar do tempo, através da convivência, é que tornou-se possível perceber este processo. Tendo a observação o intuito de resgatar esta cultura que é negada, embora difícil de explicar, o que pode-se perceber e compreender, é que existe uma espécie de superioridade dos internos em relação aos de 'fora' (visitantes em geral, pessoas que eles não conhecem), o que deixava-me até com um sentimento de ingenuidade quando ouvia algo do tipo: "todo mundo é louco, o negócio é que vocês não se assumem. Nós não temos esta hipocrisia". Outro dia, tive uma sensação de infantilidade ao ouvir a resposta cínica de Paulo: "Não, estou tomando uísque", quando eu lhe perguntei se estava (e estava, obviamente) tomando café. Então, no começo dessa etnografia, eu também fui incluída nos "de fora" e fui, também, alvo de chacota.

Outros chegam mesmo a declarar que não estão doentes; apenas nós é que não aceitamos o seu estilo de vida e por isso ele é visto como um doente. Para ilustrar esta situação, cito de passagem, a história de Célio, dono de um chupim. Sempre que o pássaro o avista vem para o seu ombro: "Sempre falei com meus bichos. Todo mundo fala com seus bichos. Agora, como sou eu que estou falando com o chupim, então estou louco".

A experiência de partilhar com eles, ainda que por um tempo apenas, as angústias e os delírios destes que são mais do que marginalizados, traz-nos um aprendizado sobre coisas que pertencem a um outro mundo, uma reconstrução de normas, de uma vida imaginária que ordena uma outra realidade e defende a continuidade do "eu". Contraponto do utilitarismo, o ludismo é o mais claro índice do querer viver e da perduração da socialidade. Isto exigiu de mim um novo olhar.

A percepção do que acontece de fato com os internos só foi possível no momento em que eles passaram a me considerar alguém "deles", ou seja, quando

deixei de ser para eles alguém não confiável. Foi a partir desse momento que eu passei a ser vista pelos agentes penitenciários como cúmplice dos internos. Minha relação cordial com eles desapareceu na medida em que se estabeleceu outra cordialidade, entre mim e os internos. Só assim meu olhar dos internos e para os internos passou a ser familiar, ao passo que se transformou em estranho para os agentes da vigilância.

No universo dos internos, dentre as normas reconstruídas, existe uma que é ponto de honra e esta é a atitude de amizade e respeito mútuo. Uma pretensa amizade do interno com os ‘guardas’ deixa os outros em alerta. Por isso eu tinha que tomar muito cuidado para não incorrer em nenhum deslize que pudesse ser tomado como “traição”, como possibilidade de que eu estivesse fazendo “jogo duplo”. Isso era o que eles mais temiam.

Outro fato que me chamou muito a atenção foi sobre que eles diziam do olhar dos agentes penitenciários sobre eles. Era, segundo eles, um “olhar de nada”, que não queria dizer nada, nem raiva, nem amor, apenas eles sabiam o que aquele olhar significava: “eu estou te vendo”. Uma interna, já idosa, disse-me um dia: “é bom saber que tem alguém olhando por nós, porque nós estamos sempre precisando de cuidados, mas, se for para olhar desse jeito, aí é uma desgraça, esse olhar não é de bondade, e se é para ser assim, eu prefiro ser odiada, é melhor do que ser olhada como se eu não fosse nada. Ainda bem que eu tenho minhas companheiras e meu Deus”. Aquelas palavras perseguiram-me dias e dias. Aquela interna tinha razão no fato de que não era um olhar por eles, mas um olhar para eles.

A tentativa daqueles internos é não desaparecer “como se fosse nada” diante de um olhar que não lhes diz nada; é por isso que seu mundo é totalmente desvinculado do mundo da instituição, não há, ali, qualquer possibilidade de laço. Entre si, os internos desenvolvem um vínculo, que é o mecanismo de identificação com o outro, a capacidade de projetar suas representações no outro ou intrometer a representação do outro em si. É algo como misturar-se emocionalmente e ficar protegido da sensação de desaparecimento. Para os internos nada é mais terrível do

que sofrer a ausência do olhar.

A pesquisa prosseguia. No dia-a-dia da minha observação aquele cotidiano “caótico” foi se revelando e as peças pouco a pouco foram assumindo seus lugares. A importância que os internos dão aos companheiros que ocupam postos estratégicos é também uma garantia de perduração da socialidade. Tanto na ala masculina como na feminina o encarregado de preparar a comida é muito respeitado. A comunidade interna torce para que o escolhido seja um veterano, isto é, algum morador mais antigo, pois são os que mais conhecem as “manhas” no preparo de uma boa comida ou de como conseguir alimentos melhores, através de reivindicações ao chefe daquele setor, além claro, de saber “garantir” que todos ganhem um pedaço de carne (às vezes isto não acontece e, geralmente, os contemplados transformam parte do seu pedaço de carne em objeto de barganha). Por outro lado, todos sabemos como a refeição possui uma função altamente social.

Um outro espaço de sociabilidade pode também ser observável nos momentos em que os internos se reúnem no pátio, na hora do banho de sol, ou numa determinada hora, à noite nas galerias, depois do jantar. É um espaço com importantes pontos da rede informal “subterrânea” que sobrevive dentro da instituição. É o espaço da circulação das notícias, dos objetos de troca, e dos afetos. O que é particularmente notável nestes momentos de efervescência é o estímulo que imprimem e dão sentido àquela estruturação social. Todavia esta desordem aparente não deixa de ser, ao mesmo tempo altamente criativa, pois frente à regras totalitárias, ela opõe um arranjo que permite à subjetividade encontrar sua plenitude.

Nesses espaços estratégicos funcionam os centros de intercâmbio de objetos num mundo onde não existe dinheiro e a economia baseia-se na troca: uma carteira de cigarro por uma blusa de inverno, ou pequenas tarefas, como a de limpar o cubículo, lavar roupa, em troca de bolachas ou pão. Rádio e televisão são artigos raros e um lugar privilegiado ou permissão para assistir a algum filme, ouvir música, ou transmissão de jogo de futebol vale também pela troca de algum serviço.

É neste espaço de mistura de palavras e situações que se exprime o cotidiano, o desejo de ser/ estar junto, a pulsão irreprimível do querer viver, que forma o substrato básico de qualquer sociedade, mesmo que esta seja uma sociedade paralela. É neste sentido que este ludismo é sério e é ainda neste mesmo sentido que ele se torna um elemento de socialização.

O jogo, entretanto, não deve ser tomado aqui como elemento de resolução das tensões, nem tampouco para dizer que tudo vai bem, mas apenas para ressaltar que as angústias, os conflitos de um internamento sem fim são extravasadas nesses momentos. Na insuportabilidade do real o jogo permite que se recrie a fantasia e a alegria de viver. Há aí um momento de bem-estar, ou de estar bem, que acaba quando os efeitos da festa cessam. É um ciclo que se repete: tensão – jogo - estar bem, e o jogo, ao entrar, estabelece um corte neste lugar dos mortos-vivos.

Teve uma época no manicômio em que havia festas com bailes em alguma data comemorativa, mas alguns agentes de segurança comentavam em relatórios para a direção, que durante os festejos ficava muito difícil manter o controle porque os internos ficavam muito ansiosos e excitados. Por se tratar de baile misto, isto é, com os homens e as mulheres, esse argumento ganhou força pois, de fato, os risos, o vozerio alegre, quebravam a seriedade e a sisudez e isto dificultava o bom funcionamento da instituição⁷⁴.

Na verdade, a proibição dos bailes ou do simples ajuntamento entre homens e mulheres expressam bem o sentido da ordem manicomial. As galerias limpas e os internos dentro delas, uniformizados, o silêncio na noite - interrompido apenas interrompido pelo som de algum choro baixo - era a imagem ideal da ordem e, esta ordem, era rompida pelos ciclos de animação e pelas festas. Os agentes mais antigos

⁷⁴ O Manicômio Judiciário do Paraná é considerado desde 1988 uma instituição modelar em termos de disciplina, higiene e acomodações. Segundo a Revista de Política Criminal e Penitenciária, todos os serviços do manicômio judiciário funcionam muito bem, causando muito boa impressão pelo clima de tranqüilidade em todos os setores. Ministério da Justiça. Brasília, 1987. p. 267.

dizem, também, que quando os internos se juntam nas festas, ficam mais desobedientes e, com este argumento, conseguiram reduzir o número de saraus a ponto de sobrar, para os internos, apenas a dança de quadrilha no dia de São João e as brincadeiras típicas desta festa.

Em contrapartida, as novas contratações de funcionários, trazem agentes penitenciários que, geralmente, são mais tolerantes em suas relações com os internos e seus divertimentos. Alguns tornam-se, inclusive, muito populares entre os internos, por serem organizadores de festas como Páscoa, Natal ou mesmo das atividades como educação física. Antigamente, esta função era desempenhada apenas pelos terapeutas ocupacionais. Psicólogos e psiquiatras, agentes penitenciários e a direção em geral, se opunham aos terapeutas ocupacionais, dado que estes representavam com suas práticas lúdico-terapêuticas uma ameaça à ordem institucional. A maneira como os internos comportam-se diante dos agentes penitenciários é a mesma para com os médicos, advogados e psicólogos.

Os internos sentem-se muito à vontade diante dos terapeutas ocupacionais. Todas as oficinas de trabalho são dirigidas por estes profissionais, acompanhados, é claro, pelos agentes penitenciários. A distração, o entretenimento, a criatividade, o riso têm seu lugar assegurado na oficina de costura, na sala de aula, na plantação de hortaliças, na aula de ginástica, nos esportes é, nesses espaços, os internos agem como se estivessem protegidos. Por isso é que a principal esfera da sociabilidade está neste trabalho terapêutico.

Responsável pela escola e muito querida pelos internos, a pedagoga Ana Maria, conta que o final da tarde, às cinco horas, é um momento de tristeza para os internos pois é nesta hora que os terapeutas ocupacionais deixam o manicômio e, a partir dali até às oito horas do dia seguinte, os internos sabem que estarão a sós com a sua negatividade. Denúncias de maus tratos registrados contra internos estão nos arquivos da Corregedoria dos Presídios, com implicações, inclusive, de afastamento e remoção de funcionário, e dão conta de um tempo em que o castigo físico era rotineiro

ao cair da noite. Alguns presos lembram desses tempos sombrios mas garantem que há muito tempo não acontecem atos de violência contra internos. João Luiz Padilha, chefe de segurança há três anos afirmou que qualquer tipo de agressão física é proibida.



PRESEPIO DE NATAL MONTADO PELOS INTERNOS

Os agentes penitenciários admitem que as ocupações terapêuticas marcaram um tempo melhor na instituição na medida mesmo em que as doses de Aldol diminuam. Nos territórios da sociabilidade da população internada palavras “pesadas” como loucura, insanidade e outras são proibidas, mesmo porque essas palavras não explicam nem exprimem aquilo que é sentido pela pessoa. Na verdade, é muito possível ler-se um livro sobre psiquiatria e ficar-se achando que se está louco, porque praticamente todo o conteúdo do livro refere-se a coisas que são sentidas pelas pessoas “normais”.

De outro lado, certos trabalho terapêuticos, como o bordado e a confecção de roupas poderia também ser uma tarefa de caráter opressor, uma vez que não se recebe pagamento algum, mas, como não há a obrigação de se trabalhar, essas atividades

entram também como uma das formas lúdicas da sociabilidade, não no trabalho em si, mas no que se pode extrair dele em termos de criação e de espontaneidade. Assim, todas as formas lúdicas de interação entre os internos, sejam ou não através do trabalho, tudo o que foi narrado tem, por propósito, mostrar que o jogo, em todas as suas formas, possui, naquele lugar de tristeza, um tipo de humor, sobre o qual se assenta aquela prática cotidiana. É o burlesco, o riso, a ironia, o escárnio e a inversão de valores que regeneram o corpo aquele social oprimido.

Se a sociedade moderna é analisada como a grande domesticadora das paixões, das classificações, das imposições e da higienização social, que criou espaços próprios de exclusão social para melhor cumprir esse papel, é impossível, de outro lado, negar a existência dos fenômenos de resistência que, não importa o lugar, nunca deixam de ser eficazes.



FESTA DE SÃO JOÃO



CASAMENTO NA FESTA DE SÃO JOÃO



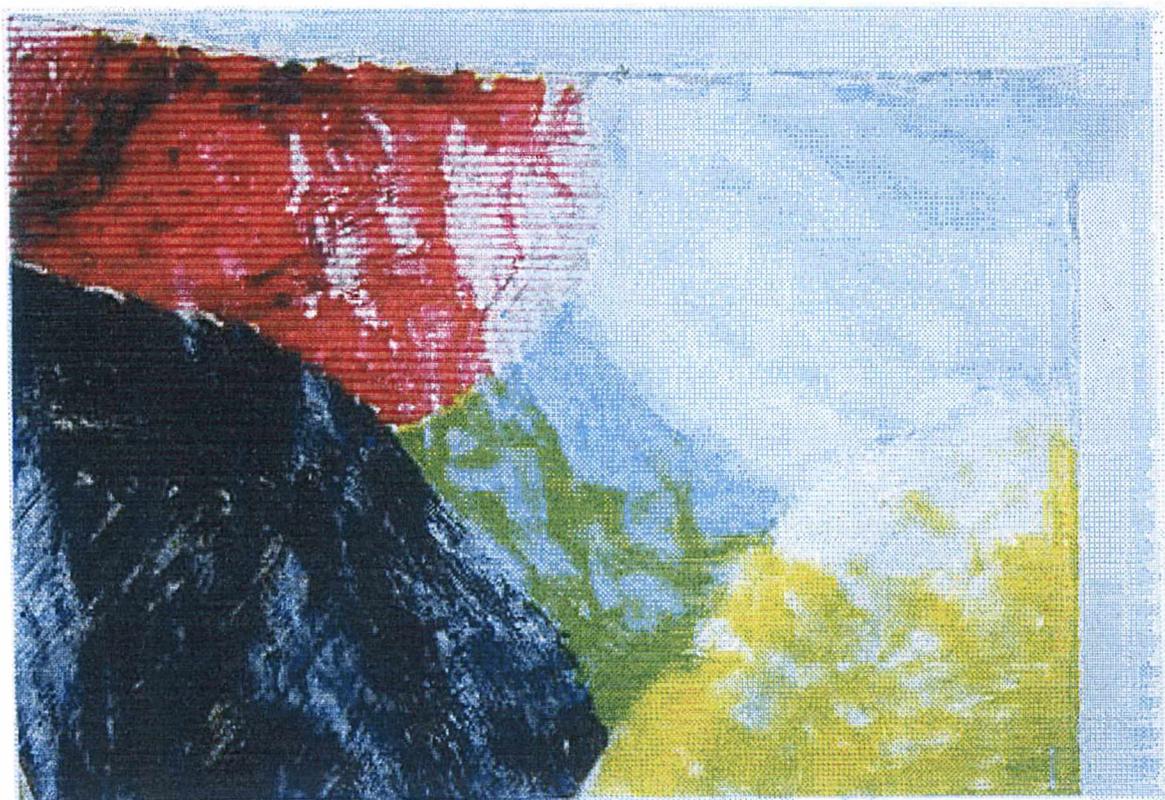
INTERNO PRESENTEIA INTERNA NA OFICINA DE MODELAGEM



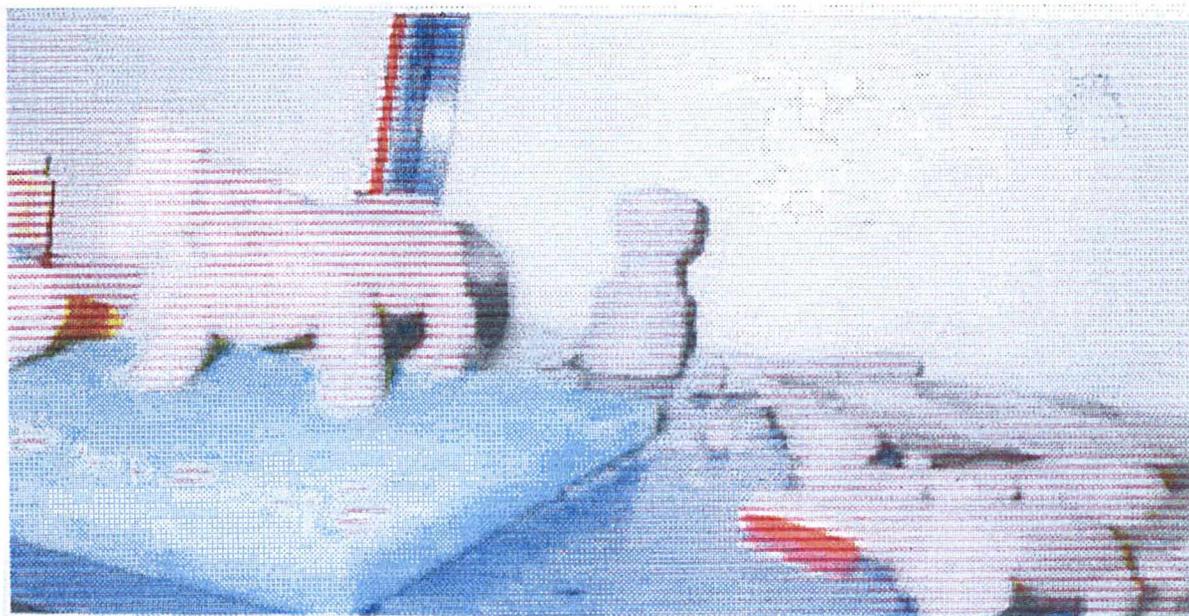
INTERNOS ATUANDO NA PEÇA “O DESCOBRIMENTO DO BRASIL”.



PINTURA DE INTERNOS EXPOSTAS NA PRAÇA SANTOS ANDRADE



DECORAÇÃO DA PAREDE DE QUARTO NA GALERIA FEMININA



OFICINA DE MODELAGEM

4.2. O ERÓTICO COMO ELEMENTO FUNDANTE DO SOCIAL

O sentimento, a paixão, possuem um lugar muito importante dentro do dinamismo subterrâneo da socialidade manicomial. Esses sentimentos formam um estilo próprio de combinações múltiplas que acabam por completar uma integração, por que não dizer, do contraditório. Por outro lado, falar do erótico, do sexo, dos sensualismos, é sempre um desafio sociológico.

Esse trágico dinâmico e excitante, como o chama Maffesoli, é um dos mais significativos laços possíveis de se alcançar naquelas relações instantâneas. Maffesoli chama de trágico o misto onde a vida diária se consolida, um vaivém de brilhos e tristezas, de efervescência e dores, cujo objetivo consiste em lembrar que nossa vida consciente ou afetiva é regulada pelo limite⁷⁵.

A proposta deste item é a de, antes de mais nada, tratar, assim como no item anterior, a questão da socialidade e da alteridade. É a de descrever, e na medida do possível entender de que maneira o erótico inscreve os internados num conjunto de relações simbólicas. Entendemos por erótico, neste sentido, aquilo que diz respeito à ordem do investimento amoroso no outro.

Assim, não se fala necessariamente de uma sexualidade vivida em ato, mas muitas vezes de uma sexualidade que implica em experiências amorosas platônicas, envolvimento triviais, mas que compõe, também, um grande jogo, definindo e, porque não, produzindo elementos que chamam para a vida, ornamentam a vida, ritualizando-a pela via do erótico.

A compreensão dessa linguagem do ritual erótico como fator de uma sólida

⁷⁵ Cf. Michel Maffesoli, 1984, *op. cit.*, p. 97.

sociabilidade, regularmente encontrado nas histórias secretas do manicômio e em seus pequenos segredos que circulam apesar dos controles institucionais, está na percepção de que a magia passional dá vida ao dia-a-dia dos internos e constitui um elemento importante da vida cotidiana. São minúsculas atitudes, imperceptíveis até, atos ou situações que, na teatralização do social, quebram a monotonia da existência e constituem fórmulas de prazer. É isto que constitui a base fundamental de toda a existência: a imaginação e a furtividade que caminham de par com um irresistível desejo de continuidade. O erotismo de que se vai tratar aqui exprime, a sua maneira, uma dualidade de vida e de morte numa mescla ilimitada, sem fim em que estes elementos ora se distanciam, ora se aproximam.

A sexualidade, por si mesma, é um dos temas que mais gera inquietação no manicômio judiciário. Existe, até mesmo por sua difícil e constrangedora abordagem, uma resistência a qualquer explicação ou comentário sobre o assunto. A razão disso está imbricada no fato de que, ao mesmo tempo em que se tem pleno conhecimento de que a prática sexual, seja de que forma for, existe e constitui a origem da indisciplina e do descontrole interno do indivíduo, tem, também, muito a ver com a ordem moral.

A reflexão dos guardiões da ordem e da disciplina vê o sexo e suas práticas como capazes de ameaçarem o controle e o domínio que exercem sobre os internos, ao mesmo tempo em que mina, pelo esgotamento que provoca, a recuperação mental e social possível do interno. O revelador, nisso tudo, é a maneira discriminatória com que a prática sexual é controlada.

Controlar, isto é, permitir veladamente a atividade sexual no caso das relações homossexuais masculinas, é a garantia da docilidade e serenidade, e proibi-la terminantemente, no caso das relações homossexuais entre mulheres, é a forma encontrada de garantia contra os males futuros: o sexo entre mulheres potencializa a doença mental, causa desentendimentos, assim como também traz impossibilidade da formação de uma pessoa capaz de controlar sua própria agressividade, de fazê-la andar nos limites convenientes ao bom senso. Isto é, proibi-lo é a fórmula de mantê-las

disciplinadas. Quer dizer, ao mesmo tempo em que o sexo acalma os homens e por isso a vigilância faz “vista grossa” a sua ocorrência, no caso das mulheres o sexo só faz agravar os estados histéricos, e a agressividade, além de afastá-la dos caminhos convenientes à boa moral. Reter em si a sua energia sexual, aceitar a proibição é a receita do bom comportamento, requisito determinante para a alta médica.

No caso da loucura feminina, a transgressão não atinge apenas as normas, mas a própria natureza, sustentada pelas metáforas e imagens literárias que cercam o discurso sobre a figura feminina e que são tão pródigas em caracterizar a mulher como portadora de uma natureza própria, que transcende o papel social. Por isso ganham repressão muito mais profunda, pois o comportamento “errado” não é apenas anti-ético, mas anti-natural.

Não resta dúvida que o discurso da proibição do sexo para as mulheres está também, profundamente ligado e legitimado pelas pregações religiosas tanto evangélicas quanto católicas. Todo o final de semana, estas religiões promovem cultos, nos quais descrevem e ligam os efeitos maléficos do prazer às fortes emoções, ao sofrimento, ao pecado e à perdição.

Nos cultos evangélicos, pastores pentecostais pregam que a maioria que lá está não sofre de doença mental, apenas está tomada por espíritos de concupiscência e, o que se toma por loucura, nada mais é que uma possessão demoníaca fazendo com que as pessoas tenham sonhos obscenos e atitudes lascivas. O pastor cria um clima emocional que permite uma certa indução a que se cante em voz bem alta, que se fale palavras incompreensíveis, numa situação de quase histeria.

Na pregação, ele se coloca como uma resistência contra as forças do mal e conclama a todos na luta contra o demônio. Citando nomes de entidades e termos referentes das religiões “afro”, como “pomba-gira” e “encosto”, o pastor pede para ajoelharem todos aqueles que estão sentindo alguma opressão, algum pensamento mal ou alguma enfermidade. Em seguida, ora em voz alta, passeando entre os internos, colocando a mão nas suas cabeças e expulsando toda “a obra de satanás, em nome de

Jesus!”.

No caso das mulheres são as pombas gira que as importunam. Embora as manifestações religiosas também constituam um privilegiado terreno para a função agregativa, o desejo, a sensualidade e o erotismo, possuindo também a mesma função, são consideradas, pelos religiosos, como atitudes e pensamentos diabólicos que precisam ser exorcizados. São condenados porque representam o obsceno, o pornográfico e a promiscuidade e promovem uma verdadeira agregação maligna. Na verdade, essa agregação apenas tem como função explícita a realização de desejos interditados. Assim, os internos sofrem condenação da Igreja e da moral religiosa porque perturbam a ordem social e transgridem a boa moral.

O discurso religioso vem somar-se às práticas de controle no interior do manicômio, zelando pelos bons costumes e pela “vida saudável” do interno, acenando sempre com a condenação eterna para aqueles que transgridem. Os evangélicos apelam para que homens e mulheres se entreguem a Jesus e renunciem a toda forma de prazer e aos apelos do corpo e mente que possa fazê-los cair em pecado.

As múltiplas representações que se tem do sexo estão associadas à imoralidade e aos espíritos depravados, e a censura a eles nada mais é do que a peça essencial de uma estratégia de controle do indivíduo e da população, característica da sociedade moderna.⁷⁶ Assim como a medicina, a loucura, a prisão, a sexualidade deve ser considerada produto das novas formas de regulamentação e dos novos desejos de saber. Foucault diz que o discurso que articula poder e saber delimita como subespécie a homossexualidade, e outras formas sexuais, e, ao mesmo tempo em que orientam

⁷⁶ Cf. Lynn Hunt. *A invenção da Pornografia*. São Paulo: Hedra, 1999. Este livro traz detalhes sobre a categorização da pornografia como contrária ao bom desenvolvimento moral e social, e onde, sob a perspectiva histórica, o autor revela as etapas de sua emergência, quando agentes do poder político e eclesiástico, antes de pôr em prática mecanismos de repressão, têm de predeterminar teoricamente a regulamentação do que desejam censurar, isto é, sobre o que seria decente ou não. A pornografia, como um achado, uma invenção, é tida neste livro como uma categoria de entendimento para as variadas relações sociais.

para um ponto de vista objetivo, possuem o privilégio da interdição⁷⁷.

Ora, o desejo é paixão, já dizia Nietzsche, e as paixões, desejos e vontades referem-se à vida e à expansão de nossa força vital, portanto, não se referem, espontaneamente, ao bem e ao mal, pois estes são uma invenção da moral racionalista, uma invenção dos fracos para controlar e dominar os fortes, cujos desejos, paixões e vontade afirmam a vida, mesmo na crueldade e na agressividade. A moral dos fracos, prossegue Nietzsche, é produto do ressentimento, que odeia e teme a vida, envenenando-a com a culpa e o pecado e, essa sociedade governada por fracos hipócritas, impõe aos fortes modelos éticos que os enfraqueçam e os tornem prisioneiros dóceis da hipocrisia da moral vigente. É preciso manter os fortes, dizendo-lhes que o bem é tudo o que é contrário a esse desejo⁷⁸.

É necessário lembrarmos que as éticas de comportamento nascem como trabalho de uma sociedade para delimitar e controlar a agressividade, isto é, o uso da força contra outrem e que a moral ergue-se como uma reflexão contra a violência, em nome de um ser humano concebido como racional, voluntário e livre que, sendo sujeito, que deseja, não pode ser tratado como coisa.

A violência era localizada tanto nas ações contra outrem – assassinato, tortura, suplício, escravidão crueldade, mentira, como nas ações contra nós mesmos – passividade, covardia, ódio, medo, inveja. A ética se propôs, assim, a instituir valores, meios e fins que nos liberassem dessa dupla violência: da violência dirigida ao outro e da violência dirigida ao próprio eu.

Os críticos da moral racionalista, porém, afirmam que a ética, transformada em costumes, preconceitos cristalizados e sobretudo em confiança apaziguadora da razão, tornou-se a forma perfeita de violência. Contra ela, os anti-racionalistas defendem o valor de uma violência considerada liberadora – a potência ou a força dos

⁷⁷ Cf. Michel Foucault. *História da Sexualidade*. São Paulo: Graal, vol. I, 1985. pp. 95-96.

⁷⁸ Cf. Friedrich Nietzsche. *Para além do bem e do mal*. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996. pp. 301-302.

instintos⁷⁹. É pertinente observar que muitos dos chamados “irracionalistas” contemporâneos baseiam-se na psicanálise e na teoria freudiana da repressão do desejo - fundamentalmente do desejo sexual. Propõem uma ética que libere o desejo da repressão a que a sociedade o submeteu, repressão causadora das doenças mentais, das neuroses e angústias.

O aspecto curioso está no fato de que Freud considerava extremamente perigoso liberar o id, as pulsões e o desejo inconsciente, porque a psicanálise havia descoberto uma ligação profunda entre o prazer, a satisfação e a morte. A força incontornável do desejo, se não for orientada e controlada pelos valores éticos proposto pela civilização, por uma sociedade racional, pode desembocar na morte do sujeito.

Assim, em “Mais Além do Princípio do Prazer, Freud (1932), mostra como a satisfação sem limites pode produzir a morte. Ao princípio do prazer enunciado neste texto Freud contrapõe o princípio da realidade o qual vem fazer obstáculo à satisfação. A satisfação cujo objeto é interdito segundo regras sociais não deixa de ser alcançada, dado que a pulsão possui plasticidade suficiente para renunciar a um objeto em favor de outro. Porém, ao saber das interdições e sua origem cultural, o sujeito enfrenta-se com a escolha entre viver ou morrer intoxicado pela satisfação em excesso. Vale dizer ainda, que a satisfação nem sempre é prazerosa e que por isso mesmo pode ser mortal. Assim, ao advogar o princípio de realidade Freud pensa em preservar o sujeito da morte que se põe muitas vezes no caminho da satisfação desregrada.

Essas duas observações não devem, porém, esconder os méritos e as dificuldades da proposta moral anti-racionalista. É o seu mérito desnudar a hipocrisia e a violência da moral vigente, trazer de volta o antigo ideal de felicidade que nossa sociedade destruiu por meio da repressão e do preconceito. Sob esse aspecto, não só Freud e Nietzsche criticaram a violência escondida sob a moral da nossa cultura, embora a mesma crítica também possa ser encontrada na obra Marx, quando este

⁷⁹ *Idem*, p. 64.

critica a ideologia burguesa.

Marx afirmava que os valores da moral vigente – liberdade, felicidade, racionalidade, respeito à subjetividade e à humanidade de cada um – eram hipócritas porque eram irrealizáveis e impossíveis numa sociedade violenta como a nossa, baseada na exploração do trabalho, na desigualdade social e econômica, na exclusão de uma parte de seus membros dos direitos políticos e culturais. A moral burguesa, dizia Marx, pretende ser um racionalismo humanista, mas as condições materiais concretas em que vive a maioria da sociedade impedem a existência plena de um ser humano que realize os valores éticos. Para Marx, portanto, tratava-se de mudar a sociedade para que a ética pudesse concretizar-se.

A psicanálise mostra que somos resultado e expressão de nossa história de vida, marcada pela sexualidade insatisfeita, que busca satisfações imaginárias sem jamais poder satisfazer-se plenamente. Não somos autores nem senhores de nossa história, mas efeitos dela. Mostra-nos também que nossos atos são realizações inconscientes de motivações que desconhecemos e que se apresentam pela vida toda.

Do ponto de vista do inconsciente o desejo é algo simplesmente amoral, pois o inconsciente desconhece valores morais. Inúmeras vezes, comportamentos que a moralidade julga imorais são realizados como auto defesa do sujeito, que o emprega para defender sua integridade psíquica, ameaçada real ou imaginariamente. Se são atos moralmente condenáveis, podem porém, ser psicologicamente necessários. Nesse caso, como julgá-los e condená-los moralmente.

O próprio Durkheim (1980), diz que o estado de efervescência das paixões exacerbadas ou dos ritos religiosos, por sua função imaginária não deixa de desempenhar um papel que não é desprezível na estruturação social⁸⁰. A vida social, sob todos os aspectos e em todos os momentos de sua história, somente é possível em virtude de um imaginário e de um vasto simbolismo, porquanto, o imaginário humano é indissociável do simbólico.

⁸⁰ Cf. Émile Durkheim, 1989, *op. cit.* p. 243.

De uma maneira ou de outra o simbólico remete a preeminência do grupo. De resto, vale dizer que, se os símbolos têm sua origem no grupo, são eles que permitem a continuidade do sentimento que o grupo nutre por si próprio. Portanto, e o caso do manicômio não deixa dúvidas, não é somente com base na consciência ou na razão que o grupo se constitui, mas sua eficácia está no rito social, numa espécie de teatralidade, e só a perspectiva simbólica permite observar de que forma o erótico é um fator da estruturação social no manicômio.

Durkheim observa ainda que, na vida social, qualquer coisa que se tenha mantido latente pode despertar e reviver, uma outra vez com intensidade. O sujeito não pode ser percebido, pois não possui qualidades sensíveis, nem pode ser definido, pois qualquer coisa que falarmos sobre ele, incorreremos em equívocos. O sujeito é, portanto, uma singularidade indizível, que está na emergência do novo, do imprevisível, nas malhas das relações humanas.

Encontramo-nos, assim, na presença dos fenômenos de renascimento desse sujeito, onde alguma coisa que parece nova é, na verdade, a recorrência de um valor antigo que novamente se modula, de maneira particular. São essas práticas significantes que constituem a vida cotidiana no manicômio judiciário, são essas práticas que escapam às estruturas do poder.

Alguns trabalhos de Freud⁸¹ são especialmente significativos para a demonstração de alguns casos observados no manicômio judiciário, na medida em que reportam ao problema da agressividade e violência em algumas relações amorosas entre os internos. Dentre eles vou relatar um que chamou a atenção pela violência que foi empregada.

João César tem 23 anos e está há 5 anos no manicômio. Cometeu o crime, no qual vitimou seu sogro, aos 18 anos, e o laudo psiquiátrico provou que o assassinato ocorreu durante um surto psicótico provocado pela bebida e que João César já vinha

⁸¹ Cf. Freud. Sobre Guerra (1920); A Pulsão e suas vicissitudes (1924); Totem e Tabu (1918). In: Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

tendo alucinações e delírios persecutórios. Esse rapaz é considerado pelos companheiros como um sujeito atrevido e dado a ditar ordens, sendo que na “semana do encarcerado”, quando foram promovidas várias atividades recreativas, ele conseguiu convencer o professor de educação física a lhe passar o apito de árbitro e passou a comandar um jogo de futebol.

Um grupo de internos de uma das equipes que jogavam futebol, sentindo-se prejudicado pela arbitragem, manda a seguinte mensagem, sussurrada: “hoje à noite jantaremos você, bonitinho”. Depois de recolhidos às galerias, sem que ninguém visse ou ouvisse alguma coisa, João César foi amordaçado, ferido e estuprado. Os agentes de segurança, durante a primeira ronda noturna acharam-no caído e providenciaram sua remoção imediata ao hospital penitenciário, que fica em frente ao prédio do manicômio. Dois dias depois, durante a sindicância, João César contou que isso havia acontecido porque jamais cedera aos assédios que sofria; jamais aceitaria ser “mulherzinha” de ninguém.

Não se trata, claro, de justificar aqui a violência, mas não se pode deixar de observar o fato de que se ela existe, é preciso admitir que tenha uma função pois o que não se pode fazer é deixar de analisar seus efeitos na dinâmica das sociedades. Nesse sentido, a violência cometida contra João César representa que, mesmo num espaço onde a vigilância se pensa presente o tempo inteiro, não conseguiu impedir que a pulsão de cada um dos envolvidos no caso se desgarrasse de qualquer representação de lei e funcionasse enquanto pulsão de morte em seu sentido destruidor. Ao mesmo tempo a destruição presente neste ato produz uma satisfação para os agressores que se sentiram ameaçados de perder o “amor” do professor que cede o apito e seu lugar a João César.

Assim, pode-se ler neste ato de violência o ódio dirigido àquele que circunstancialmente mereceu o amor do outro. Podemos tomar a representação das relações entre João César e o professor, feita pelos jogadores de uma das equipes como desencadeante da violência. A satisfação sexual obtida pelo estupro não é o móvel

portanto da agressividade. O estupro no caso é a forma que este grupo encontra de demonstrar à vítima sua superioridade e, ao mesmo tempo reduzi-la à condição de objeto a ser destruído numa forma primitiva de canibalismo deslocada. “Comer o outro” se desloca para a forma violenta do sexo, sem nenhum desejo ou consentimento de João César. Assim, literalmente João César foi “jantado” por seus desafetos.

A fúria das mulheres que mataram seus maridos e que por isso estão lá é prova disso, do mesmo modo que estão lá réus acusados de estupro. O estupro e a violência permanecem elementos estruturais de toda a sociedade e, quer sejam oriundos das ações de homens, quer de mulheres, dão sempre conta desta parte ocultada pela moral. O sadismo sexual é a manifestação acabada de tudo o que relaciona a volúpia à crueldade diz Maffesoli⁸², e nós acrescentaríamos aí também o poder sobre o outro.

Assim, desregramento sexual, sexualidade, morte, destruição, descomedimento, aqui devem ser entendidos também como um papel na estruturação do social, visto que se exprimem de variados modos no curso da vida cotidiana que subsume a finitude da existência individual em prol da perduração coletiva.

Um interno me relatou, em sigilo, que determinados rapazes chantageiam outros para obterem favores sexuais e chegam mesmo a isso não só com seu poder, mas com certa crueldade ou violência. Assim, faz parte de uma certa banalidade cotidiana o fato de que, para muitos, o desejo sexual seja despertado por cenas de violência. Existe uma proximidade entre morte e sexo que desperta o medo e este é o lado sombrio de Eros. Por participar dessa efervescência social, o Eros não poderia significar quietação, tranquilidade de espírito, haja vista os dramas passionais, assassinatos por amor que ocorrem na vida cotidiana tanto das grandes cidades como em vilazinhas do interior.

Algumas mulheres, no manicômio, tatuam em seus corpos inscrições que lembram suas paixões passadas, referem-se ao amor que sentiram como algo

⁸² Cf. Michel Maffesoli, 1988, *op. cit.*, p. 94.

destruidor, algo que partiu seu coração e que as levaram ao assassinato, ao alcoolismo. A crueldade, como já foi demonstrado em alguns casos, é a base de tudo. Maffesoli resume a volúpia dizendo que há no abraço erótico sede de sangue tanto quanto desejo de ternura:

“...o beijo e a mordida
são parentes tão próximos que,
no arrebatamento do amor,
eles muitas vezes se confundem”.

(*Apud* Maffesoli, 1988, p. 95).

Conhecendo esses recônditos do cotidiano dos internos e, em conversa com alguns deles sobre o episódio da violência, a conclusão a que se chega é a de que, segundo eles, os internos lutam para manter o grupo coeso, são solidários, estabelecem regulamentos e fazem com que esses regulamentos sejam respeitados. O sexo também segue a uma ordem em que se respeita a privacidade. No caso do estupro de João César, isto não ocorreu, primeiramente, não porque fosse objeto de desejo e não aceitava o assédio, mas porque não tinha o reconhecimento por parte do grupo de uma autoridade que pensou que tivesse. Em segundo lugar, e aí sim, o espancamento simplesmente não bastou e, então, partiram para a “curra”.

Os códigos de conduta entre os internos são tão ou mais obedecido do que os da instituição e é esse reconhecimento de uma identidade de interesses que os leva a punirem os desrespeitosos. As maneiras de se punir, entretanto, é que não seguem nenhum código. Podemos ver que, ao modo do manicômio, uma sociedade secreta como a máfia, por exemplo, que também exprime a possibilidade de ser um mundo paralelo ao mundo exterior, tem, no papel da violência, o grande constituidor de poderosos sistemas de integração social, de coesão do grupo e desrespeitar as regras estabelecidas pode ser perigoso. No limite representa a punição com a morte.

De qualquer modo, casos de violência como o estupro de interno contra

interno são raros no manicômio judiciário, mas mesmo assim, reporto-me à psicanálise que, com base na representação, bastante difundida em seu tempo, de que o homem é o lobo do homem, Freud sempre procurou mostrar o que havia de destrutivo e agressivo no comportamento e nos desejos mais recônditos do sujeito.

Depois de seu estudo sobre a pulsão de morte, fica demonstrada a agressividade que marca a “natureza humana” e a “natureza das relações sociais”. Freud refere-se ao ódio e aos instintos maus e egoístas do ser humano procurando mostrar que o homem, sem a ação da civilização, é instintivamente destrutivo, e a melhor prova seria o modo de vida dos povos “primitivos”.

Era o primitivo uma criatura muito impulsiva e mais cruel e maligna do que outros animais. Gostava de matar, e fazia isso como coisa natural. O instinto que, segundo se diz, refreia outros animais de matar e devorar sua própria espécie, não precisa ser atribuído a ele, só se instarmos no homem pelas vias das interdições postas pela civilização. A passagem do estado de natureza para a cultura implicou para o homem que este se submetesse à lei. Esta passagem fica clara na leitura de Totem e Tabu.

Neste texto Freud mostra que a violência é a instituidora do social, no sentido de que na horda primitiva, o Pai Violento proíbe os filhos de terem acesso às mulheres. A reação dos filhos que é também um ato violento (eles matam o pai) pressionados pelo desejo sexual, tem como resultado a recriação do Pai em outra instância: a instância simbólica. É esta a lei que permite a passagem da horda primitiva para a cultura. Assim, falar de lei, aqui, não é falar de lei no seu sentido jurídico, mas das interdições que a presença simbólica do morto representa⁸³.

Quando Freud escreve *Além do princípio do prazer*⁸⁴, completa a teoria das pulsões e estabelece a dualidade pulsional: pulsão de vida (Eros) e pulsão de morte

⁸³ Cf. Sigmund Freud. *Totem e Tabu*, op. cit. 1974.

⁸⁴ Cf. Sigmund Freud, *Ensaio de psicanálise*. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. IX, 1974. p. 93.

(Tanatos) e esta noção vai subsumir noções anteriores como a pulsão de domínio, pulsão de destruição, pulsão de agressão. A pulsão de morte reordena a antiga divisão pulsional, colocando no primeiro plano da vida psíquica a tendência à destruição do sujeito e do objeto. Agora, ao lado da sexualidade, a destruição vai interferir decisivamente na explicação dos mecanismos mentais e passar a ser considerada um dos elementos primordiais no destino da vida psíquica e social do homem. Na história como na natureza, a desordem é um momento, em que a violência é a fundadora.

A norma não tem como barrar a erotização, porque esta é uma das formas de realização da pulsão. Perceber os subterrâneos da sexualidade e esta como fator de sociabilidade, num espaço extremamente avesso a ela, pelo menos em se tratando das mulheres, é constatar o poder do desejo inconsciente recalcado que, apesar da hostilidade e dos controles institucionais, sempre irrompe no corpo do oprimido.

A circulação do erótico, burlando olhares atentos, é a prova de que o sujeito ultrapassa a barreira instituída. O erótico, dessa forma, se constitui numa das expressões da sociabilidade e testemunha o aparecimento do sujeito e suas criações anônimas, imperceptíveis para o agente da vigilância. Os mecanismos de domesticação dos costumes não são, portanto, suficientes para nublar a efervescência da estrutura social presente no manicômio. Paraphrasing Maffesoli, o erótico

“...exprime uma gama de sentimentos e de paixões. A um só tempo, a orgia remete à cólera e à resistência; à efervescência e à doçura; à agitação e à superação de si mesmo. (Maffesoli, 1984, p. 27).”

Assim, a sexualidade re-cria, como no jogo, um espaço para a existência do desejo e portanto da manifestação do sujeito nele implicado. A satisfação nem sempre é alcançada pela via do sexual, mas por uma sucessão infinita de pequenas trocas.

O sexo, no manicômio não está na relação em si, mas em manifestações secretas em que o ato constitui-se de uma multiplicidade de pequenas excitações, do toque de mãos no salão de beleza, recadinhos descrevendo cenas de amor, jogo de palavras, erotismos não genitais, mas que, por vezes o prazer está em ser objeto de

desejo e ser desejan-te, sem necessariamente tornar-se, a prática sexual, algo concreto. Eles condicionaram-se a sentir a fruição do erótico nos seus castelos. A imaginação erótica dos internos, lasciva, na definição dos agentes, é uma necessidade de aventura que fica no nível da pulsão amorosa e assume múltiplas formas que, se não tem a consumação do ato, exorciza a angústia da ausência de liberdade pela pluralidade das formas de manifestação do sentimento amoroso.

Frente ao muro do limite, ergue-se um segundo, oculto, em torno do qual se organiza a perduração da socialidade. Essa centralidade subterrânea, simulada, disfarçada é um verdadeiro conservatório de um saber viver alternativo, e vive-se intensamente a custa de seu próprio eu. São esses laços sociais, numerosos e intangíveis, onde a diferença não é negada, mas incluída num jogo de sentidos que a torna aceitável, que constituem a trama social colorida e ruidosa cuja característica predominante é, por um lado o sensualismo e por outro, em aparência, o puro silêncio.

A sexualidade que, como sabemos, é bastante censurada e reprimida pela norma manicomial, ganha sentido através de um linguajar próprio, furtivo, só ouvido por sussurros. O despertar do desejo sexual exige lugares onde seja possível sua “realização”, seja de que forma for. As mulheres que limpam o anfiteatro recorrem ao serviço de sentinela das companheiras para beijar sua parceira na boca. As estratégias da arte amorosa, requerem, muitas vezes o faz de conta, para que o amor se realize. Assim, há mulheres que, diante da vigilância se colocam contra o ‘namoro homossexual’, embora se declarem uma para a outra e também para mim como apaixonadas, conseguindo, assim ficar juntas no mesmo cubículo. Dividir o mesmo espaço é o máximo que podem aspirar para viver uma relação amorosa. Quando as “guardas” percebem o truque, separam-nas imediatamente de cela e de trabalho.

As redefinições de uma moral sexual feminina, que não deixa de ser também fruto de uma construção cultural, uma construção do masculino, são sentidas também na ala feminina do manicômio. Como vimos, a discriminação a que as internas estão sujeitas mostra que a condição da mulher continua num segundo plano, como bem

demonstra o discurso da disciplinarização e moralização na domesticidade das mulheres, que sempre as apresentam como ousadas e dissimuladas e que, por serem mulheres, trazem, na sua natureza, tais tipos de comportamento.

Por outro lado, podemos observar que, quanto aos homens, o homossexualismo é aceito, mas, nesse caso, ao contrário das mulheres, é aceito como o garantidor da ordem, porquanto os agentes da vigilância o permitem como forma de manter os homens sob controle. Embora não existindo regras institucionais que regulem as relações homossexuais entre homens, os agentes de segurança são coniventes com elas, dado que essas relações lhes facilitam o exercício de sua função.

Nesse sentido, na visão dos agentes, para os homens, o homossexualismo é um mecanismo de contenção de agressividade, enquanto que para as mulheres, acirra as paixões e os conflitos. De qualquer modo os mecanismos da censura estão presentes, interditando o sexo livre, a fala sobre ele e sua própria existência. A lógica disso, segundo os agentes penitenciários, é a de que a loucura se trata não com liberdade, nem com repressão exacerbada, mas com uma disciplina utilitarista.

Como foi dito, as formas de manifestação da sexualidade entre as mulheres são extremamente mascaradas, requerem táticas engenhosas e, embora tenham uma grande carga de imaginário constituem-se em verdadeiros segredos de alcova. A intensidade desses sentimentos pode ser visto ou ouvido a qualquer momento pelos corredores, pátios e salas. Revelações como “esta noite fiz um castelo lindo com você”, é ouvido em meio ao burburinho logo de manha cedo quando as mulheres se encontram no refeitório. Olhares se encontram cheios de significados que cristalizam, embora não verbalizem, uma alteridade absoluta. Bilhetinhos são trocados para logo depois serem destruídos.

A função socializadora do sexo é essencial na relação com a alteridade e, retomando Nietzsche, constatamos que o aparente caos que prevalece na situação dionisíaca remete a uma sólida organicidade que simboliza a cadeia infundável dos seres e das trocas. Aquele mundo particular pode até sugerir um reservatório

decadente, de pessoas e de práticas, mas ainda é um mundo que assegura a continuidade deste.

As figurações daquele cotidiano dizem respeito ao desejo de viver a plenitude e as formas de extravasão do sexo são a expressão de tal plenitude. Trata-se de uma síntese de conflitos, cujos efeitos podem ser observados nos menores atos todos os dias, em que, de acordo com as circunstâncias e os instantes, demonstram desentendimentos, ciúmes, vingança. Assumem ora qualidades e formas femininas, ora masculinas. As múltiplas facetas que se ordenam, se agregam e se desfazem ao sabor das situações, do jogo dos afetos e das paixões, presidem todos os tempos e lugar a condição humana de “ser estar junto” que, de modo cruel ou suavemente, constitui e que se chama socialidade.

As pitchulas, como as internas chamam suas namoradas, ilustram muito bem os ruídos dessa sociabilidade e do jogo em que todos lucram, instituição e população internada. E assim, a socialidade progride disfarçada em sua resistência aos controles normativos fazendo dos corpos seu fundamento e sua força. Essa mistura fecunda de seres ambíguos são uma resposta ao desejo de superação e não deve causar, portanto, nenhuma surpresa, essa entrega erótica. A socialidade como resultado da obra de criação que mantém o equilíbrio, requer esse investimento corporal uma vez que essa dinâmica renova a força que consolida o coletivo.

Durante as festividades da “Semana do Encarcerado”, impossível não se deixar levar pela singeleza de algumas situações. Os ensaios para a dança da quadrilha são um exemplo de integração social permeada pelo erótico. A dança, os rostos maquiados, mostram exuberância e servem de prelúdio para o dia da apresentação, da entrega do prêmio ao casal vencedor, das medalhas aos desportistas, da exposição dos quadros pintados em telas, do almoço especial enfim, essa festa de ritmo e canto dão mostras dos laços indissolúveis do grupo. Para além desta rápida interpretação pode-se dizer que o que está em questão, nestas festas, é a possibilidade de emergir, de abrir caminho, após alguma espera, daquilo que estava, de alguma forma recalcado, da

oportunidade de extravasar, de maneira mais livre os sentimentos que nunca podem passar em silêncio.

Esse poder mostrar-se, que rompe o quadro da rigidez da norma, faz com que mulheres e homens sejam acometidos de entusiasmo. A ordem erótica, cuja eficácia não pode ser negada, arrisca a se mostrar quase que sem máscara. Sua linguagem, distante da linguagem oficial, autoritária e opressiva, permite e dá garantia a uma resistência eficaz frente ao modelo institucionalizador. Portanto, a população internada, passa a depender dela própria para resolver seus problemas. Eles só adquirem sentido entre si e para si, com uma ordem interna que não é não imposta, mas incorporada.

A espontaneidade vivida na festa, assinala os limites do controle, pois, mais do nunca os internos usam de seus artifícios. O jogo de palavras, mensagens dadas através da música cantada no aparelho de “karaoke”, abraços durante a dança, enfim, a circulação da afetividade toma caminhos insondáveis para o poder institucional. Como bem disse Maffesoli, é esta realidade desconhecida que sempre caracteriza a alteridade e que somente podemos ser nós mesmos pelo outro ou, mais ainda, pelo outro coletivo. Mais adiante acrescenta sobre o papel da sensação na socialidade:

Trata-se de uma transcendência imanente que confere ao divino sua verdadeira medida mundana. O que aqui se disse de sensação poderia dizer-se da sensualidade: é ela que inaugura a relação com o mundo, isto é, com os outros; é dela que surge a fantasia que, de múltiplas maneiras, dá sentido e interesse à nossa curta deambulação existencial – e que permite a participação dos afetos, fundamento de toda a ordem simbólica. (Maffesoli, 1984, p. 83).

O que nos surpreende é testemunharmos que isso acontece num mundo em que se pretende - e tudo concorre para tal - a completa aniquilação do sujeito.

Os internos, aqueles que nunca poderão ser qualificados de “egressos” e com os quais, nesse tempo de pesquisa, mantive um contato semanal, não tem projeto para o futuro. Ao contrário, seu mundo é a forma encontrada que permite viver no presente

os sentimentos de uma união impalpável, do mundo abstrato, de uma outra construção social, de uma outra ordem. É esse mundo paralelo que assegura a manutenção da socialidade, contra a imposição normativa, que sob todas as suas formas traz no erótico um autêntico conservatório de resistência.

A busca sexual, enquanto elemento da vida deve ser entendida como um fato social total pois pode ser encontrada, constantemente, em qualquer estrutura social. Está na base do social e, mesmo que sejam vistas como transgressões da moral imposta, exercem fascínio, porque nela são projetadas satisfações que não puderam ser obtidas em situação de liberdade.

No jogo e nos descomedimentos, na circulação dos afetos, nas palavras cifradas e nos gestos codificados, sob as diversas máscaras da resignação, vive-se a arte do contraditório, vive-se o pluralismo que é o jogo que conjuga a alteridade e o passional, e é isto que dá vida às minúsculas manifestações daquele espaço social.

Mesmo tendo plena consciência do que a falta de liberdade representa, houve a reconstrução da estrutura do desejo. Este último item da pesquisa explorou e resgatou este outro aspecto da trama cotidiana, quando o “eu” usa a fantasia para recusar a realidade externa indesejável, fazem ‘castelos’ para que o tempo interminável seja mais tolerável. O espaço vazio deixado pelo imaginário ruim, da falta, da solidão e da incerteza é preenchido por um imaginário criativo mas, para que isto seja possível, é preciso desejar novamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não será preciso fazer longas considerações para que se perceba que cada sociedade forma da doença um perfil que se desenha através daquilo que é enfatizado ou reprimido culturalmente. Nessa perspectiva relativista são aberrantes os indivíduos cujos comportamentos não são reconhecidos nas instituições culturais de que fazem parte. Assim, a doença é variável como variam os costumes e, nesse sentido, independentemente da diversidade cultural, a loucura é percebida como um problema eterno.

Esta perspectiva mantém uma visão negativa da loucura: ela é apenas afastamento da norma. Nessa medida deixa de lado o sentido e o status que adquire, justamente a partir do grupo que a denuncia, rejeita e a rotula como loucura:

“é próprio à nossa cultura dar à doença o sentido de desvio e ao doente um status que o exclui” (Michel Foucault, 1968, p.75).

Foucault faz a investigação histórica para responder à interrogação - como essa visão ocidental se tornou possível.

Embora alguns autores discordem (os organicistas) sobre se dizer que há modelos sociais de loucura e que o indivíduo não enlouquece segundo seus próprios desígnios, segundo um quadro previsto pela cultura da qual é membro, é demonstrável que cada sociedade possui idéias definidas acerca de como deve ser o modo de agir, pensar e sentir os loucos.

Há limites para a expressão da loucura. E isto significa que a loucura é uma construção social. Ela é encorajada pelos valores mais característicos, mais importantes da nossa civilização. A impessoalidade das relações humanas, a indiferença, o isolamento, assim como a própria maneira de o indivíduo reagir e se

colocar no mundo, vai assumindo formas “esquizóides” num mundo que o constrange e no qual vive como um estranho: nele não pode reconhecer sua humanidade.

Portanto, a loucura, que tem a ver com fragmentação, surtos ou perda da identidade pessoal, é, desse ponto de vista, uma categoria sociológica. Esta constatação não nos leva a conceber o louco como inadaptado, isto é, como aquele que se situa fora dos limites exteriores de sua cultura por ter contrariado as normas nela vigentes, isto porque as normas que definem a normalidade não são relativas, mas absolutas, isto é, independentes de quaisquer conteúdos culturais particulares. (os modelos de loucura são relativos a cada cultura e são mutáveis visto que cada época teve seus modelos, agora, as normas de exclusão perpassaram a todas as culturas).

Por outro lado, a compreensão de que a loucura é muito mais histórica do que se pensa nos possibilita ver as formações discursivas de saber, de poder e de verdade. Na *História da Loucura*, Foucault fundamenta essa afirmação, revelando as verdadeiras dimensões daquilo que acreditamos ser uma realidade incontestável, isto é, a loucura como “fato médico”. Ao longo do livro, a loucura ganha o sentido de “fato de civilização”. E isto significa que foi em determinado momento histórico que a “doença mental” passou a existir como máscara da loucura.

Para desvendar criticamente a gênese da loucura, a reflexão de Foucault aponta que o que é originário no processo de constituição da loucura não é a Psiquiatria – esta foi tornada possível justamente a partir dele, isto é, a posteriori – mas o ato que a distancia entre a razão e aquilo que a nega como tal, isto é, a não-razão. É dessa ruptura que fala Foucault para mostrar que a loucura emerge da relação com uma razão que necessita dela (loucura) para existir como razão.

Não esqueçamos da psiquiatrização dos dissidentes soviéticos vítimas de um discurso político que, ao serem denunciados como contrários ao regime passavam a ser tratados como doentes mentais. A finalidade da psiquiatria nada tinha a ver com o tratamento de doenças mentais e, assim como o Estado saíam íntegros daquela tertúlia. Os procedimentos empregados pela psiquiatria soviética contra os opositores do

regime são os mesmos que ela emprega quanto a seus pacientes, os “doentes normais” e são os mesmos que a psiquiatria lança mão em qualquer parte do mundo ocidental.

O reconhecimento da loucura pertence as épocas, envolve duplamente a civilização: por um lado esta concede a regularidade que permite medir o louco; por outro, possui o saber que permite devolver o louco à sua verdade. Como já foi dito no corpo do trabalho, a nossa razão é a medida da loucura alheia, ou seja, os loucos é que nos dão a garantia de estarmos certos.

A partir daí, várias áreas do conhecimento falaram sobre a loucura. O saber médico mostrava sua autoridade quando dizia que os processos criminais não podem desprezar o conhecimento médico como determinante da existência de um crime e de seu culpado, não devem se basear em testemunhos e provas que podem ser desmentidos por uma verificação médica. O saber sempre fala sobre tudo e todos. Falou sobre o criminoso, sobre o louco, sobre a mulher e sobre o negro e sobre este último com um dos mais opressores dos discursos, construindo o negro como um ser bronco, rude, estúpido e rebelde por natureza, que jamais compreenderia algum sentimento moral ou de virtude. Tudo isso para legitimar uma autoridade sobre todos.

Médicos, clérigos e políticos na Europa moderna diziam que era necessária uma medicina do Estado, porque os governos deviam se interessar pela salvação das almas dos cidadãos. A medicina, nesse sentido, também se relaciona com a moral. Se a moral passa a ser vista como causa de doença, isto não significa uma incursão médica em uma área que lhe seria alheia. Ela se propõe a definir quais elementos fazem do homem um modelo tanto físico quanto moral. A medicina conhecendo o homem e as alterações de seu organismo provocadas pela desordem, deve guiar o processo de estabelecimento e funcionamento desta sociedade, apontando sempre as causas de alteração e nelas intervindo.

O psiquiatra não surge apenas como alguém que possui uma teoria técnica, conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. Surge também como uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza e pune.

Intervir na sociedade é policiar: tudo aquilo que pode ser causador da doença; é destruir componentes do espaço social perigosos, porque são causadores de desordem, é transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social. Visa a formação padronizada, coordenada e qualificada dos médicos. É um projeto de normalização.

O manicômio judiciário é, portanto, local de construção do homem, hospital moral, espaço que, mais do que a prisão comum que pretende o restabelecimento da saúde moral, pretende a saúde mental, ambas entendidas como o controle da paixão, predomínio do equilíbrio e da razão.

O poder é a separação instituída entre aqueles que influenciam, dominam, guardam, controlam e aqueles que aceitam as ordens, as executam e se conservam dentro de seus papéis sociais. E dentro do manicômio estão os que não puderam optar, pois liberdade e loucura são antagônicas. Vítimas da inspeção médica/moral por falarem e circularem livremente pelas ruas, podendo enfurecer-se repentinamente e cometer atos homicidas, eles foram objetos da grande pretensão interventora sobre a loucura antes mesmo que ela eclodisse. Foram colocados numa situação artificial, forçada, isolados para serem “curados”. O louco passou a ser visto como uma coisa em si mesmo, fora de todo o envolvimento sócio-político-econômico que o homem, dono desta mente, mantém com o mundo.

É por isso que esta pesquisa mudou o ângulo de visão sobre o louco, procurando conhecê-lo dentro do seu próprio e complexo jogo de relação que mantém com seus ‘iguais’, num contexto social específico, num mundo imaginário que os salva da institucionalização pois possibilita-os vivenciarem formas de experiência não permitidas por regras que não difere muito, por exemplo, de outras manifestações, de outras culturas, só que tais experiências são valoradas de forma diferente, pois em outros lugares são aceitas e até veneradas como experiências místicas ou exóticas.

Só é, portanto, possível compreender o nascimento da psiquiatria, inclusive a da brasileira - como reprodução de um saber europeu - a partir da medicina social que

incorpora a sociedade como instância de controle social dos indivíduos e das populações. É no seio da medicina social que se constitui a psiquiatria. Do processo de medicalização da sociedade, elaborado e desenvolvido pela medicina que explicitamente se denominou política, surge o projeto – característico da psiquiatria – de patologizar o comportamento do louco, só a partir de então considerado anormal e, portanto, medicalizável.

O hospício/manicômio torna-se o instrumento terapêutico da psiquiatria, aparece como exigência de um programa de higienização e disciplina às instituições de enclausuramento e ao perigo presente em uma população que se começa a perceber como desviante, a partir dos critérios que a própria medicina social institui. A loucura é um comportamento caracterizado medicamente no momento em que formulando uma etiologia social da doença, a medicina urbana detecta os diversos perigos que podem ameaçar a existência de uma sociedade em vias de normalização.

O discurso psiquiátrico ganha aqui uma espessura própria: é nele que se repensam, a cada instante, as condições de possibilidade de implantação, na sociedade, de uma estratégia de normalização que deve fornecer um corpo concreto – o corpo do louco, indivíduo social reduzido à condição de doente mental – à ação do Estado. A ação da norma se desencadeia tanto mais eficazmente quanto mais íntima for a economia entre medicina e Estado. Não esqueçamos da voz positivista pregando que é à luz da ordem normativa que se concebe o progresso da nação.

A voz da psiquiatria referendada pelo Estado deve ser entendida como um esquema capaz de enfrentar, através do conhecimento e da intervenção, a resistência de um certo ‘tipo de gente’ que pretende permanentemente, escapar a seu controle; pessoas para quem a imposição de modelos de conduta é a própria... Ainda com relação a psiquiatria tradicional, tão ineficaz em termos de ‘cura’ a conclusão a que se chega é a de que ela continua a ser largamente utilizada apenas e unicamente por atender a objetivos políticos e econômicos bastante claros.

Evidentemente que estas minhas considerações não estão guiadas por pura

preocupação acadêmica, neutra. Também deve ficar claro que a perspectiva aqui proposta tampouco se inscreve na linha reta das explicações objetivas dos dispositivos legais que tornam incontornáveis o caminho do “eu”. O homem só pode ser descrito como um conjunto de contradições, constituído por uma luta permanente, e é isto que lhe dá vida. Este conflito se estende à sociedade como um todo pois é inútil imaginar o consenso numa sociedade.

A contradição é ao mesmo tempo, a fonte originária de todas as sociedades. O problema, jamais resolvido e sempre presente, da Alteridade, é suficiente para invalidar teorias unidimensionais. Sempre que há unidade, há neutralização, portanto, é este jogo da diferença que permite a perduração do só Ser. Nietzsche dizia que é somente quando vivemos a acentuação de todos os contrastes e de todos os abismos é que podemos viver, de uma maneira sempre trágica, a unidade dos contraditórios.

Este trabalho, cujo propósito foi o de demonstrar que o “eu” não conhece fronteiras utilizou-se de uma análise na qual se evitou princípios explicativos que viessem sujeitar os depoimentos ouvidos à exigência de uma interpretação totalizadora. É, antes, mais um olhar sobre a loucura, e este, do ponto de vista do sujeito do desejo, do sujeito que sabe de si. Pode ser que as histórias reveladas aqui, sugiram outras leituras, mesmo porque sempre esteve afastada, neste trabalho a pretensão de palavra final.

Assim, foi apresentada uma parcela do manicômio judiciário, percebida fora dos quadros do saber instituído. Numa instituição fechada, está lá, encerrada em seus muros, uma microssociedade no interior da sociedade, um segundo mundo, paralelo ao mundo manifesto. Sob condições de extrema privação, ela faz conviver todo o tipo de indivíduo, proveniente das camadas mais pobres da população e produz um tipo de comunidade onde prolifera uma estranha espécie de seres inimigos de uma dada ordem social.

Entretanto, é ele próprio que, por ser a manifestação mais acabada do esquadramento disciplinar, fornece a possibilidade de que se estabeleça, entre a

população internada, laços que a própria instituição quer cortar, quando estimula a delação e a chantagem ou tenta neutralizar possíveis alianças.

É este, o outro lado da história, um outro processo de viver, que um dia se fraccionou, deixando o sujeito, de repente, sem saber como perceber sua nova situação, sem saber como atuar. O sujeito existe e se revela, nesta pesquisa, como um campo inesgotável de liberações e possibilidades neste espaço do inesperado, do presente implacável. Aqui ele recria a sua continuidade.

Os indivíduos do manicômio são sujeitos e opõe ao poder disciplinar criativas formas de resistência, ou seja, uma contracultura que se opõe à “cultura de submissão”, que contém elementos revolucionários até, e, na medida em que se constitui na expressão dos internos, representa uma etapa do processo de libertação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECCARIA, Césare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Edipro, 1997.
- BERLINCK, Manoel T. **Tempos do Édipo**. In: Heloísa Fernandes (org.). *Tempo do Desejo – Sociologia e Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BAECHLER, Jean. **Grupos e sociabilidade**. In: Boudon, *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- DEVEREUX, George. **Ensaio de etno psiquiatria geral**. Lisboa: Difel, 1970.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1990.
- As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.
- CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica: A idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- COOPER, David. **Psiquiatria e anti-psiquiatria**. São Paulo: Perspectiva, Coleção Debates (nº 76), 1977.
- A linguagem da loucura**. Lisboa: Ed. Presença e Martins Fontes, 1978.
- FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- Vigiar e punir – história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- História da sexualidade – A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, vol. I, 1985.
- Doença mental e psicologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. VI, 1974.
- Ensaio de psicanálise**. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. IX, 1974.
- Luto e melancolia**. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, 1974.
- Cinco ensaios sobre a psicanálise**. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, vol. IX, 1974.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

- GOLDSTEIN, J. E. **A Formação de uma nova profissão, 1860-1870**. Ed. Universidade de Columbia, 1978.
- HARRIS, Ruth. **Assassinato e loucura – medicina, leis e sociedade no fin de siècle**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- HUIZINGA, Johan. **Homo ludens**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HUNT, Lynn. **A Invenção da pornografia – obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800**. São Paulo: Hedra, 1999
- MACHADO, R.; LOUREIRO, A.; LUZ, MURICY, K. **A Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1966.
- MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- A sombra de Dionísio**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. São Paulo: Hemus, 1981.
- Para além do bem e do mal**. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MOFFATT, Alfredo. **Psicoterapia do oprimido - ideologia e técnica da psiquiatria popular**. São Paulo, Cortez, 1980.
- PESSOTTI, Isaias. **A loucura e as épocas**. São Paulo: Editora 34, 1996
- SZASZ, Thomas. **Ideologia e doença mental – ensaio sobre a desumanização psiquiátrica do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

PERIÓDICO

REVISTA DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA – julho/dezembro, volume 1 – número 2 – Ministério da Justiça – Brasília – DF, 1995

ANEXO 1



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO
COMPLEXO MÉDICO-PENAL

**LAUDO PSIQUIÁTRICO N° 096/98
INSANIDADE MENTAL**

de:

Filho de:

Aos quinze dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e oito, deram-se por concluídos o Exame Pericial e a elaboração do presente Laudo, conforme solicitação do MM. Juiz de Direito da Comarca de Ivaiporã - PR. Of. n° 1270/98 - VEP.

DESCRIÇÃO - Dados fornecidos pelo examinando. Comparece à entrevista em atitude de completa indiferença, absoluta falta de asseio e de cuidados pessoais. À inspeção mostra uma figura grotesca, desganhado e desleixado, dando a nítida impressão de que não tenha a mínima noção do procedimento a ser efetuado. Conseguem-se muito poucos dados confiáveis a respeito de sua vida. Diz ter 29 anos de idade (24.05.68), é o primogênito de uma prole de 12 filhos do casal. Pai aposentado pelo Funrural, mãe falecida há mais de 20 anos, por problemas de saúde mental, após ser internada várias vezes em clínicas de tratamento de doenças mentais. Passa a falar, com loquacidade, apresentando postura inquieta e gesticulação excessiva e desarmônica. Não há condições de se conduzir uma anamnese dirigida e se o deixa relatar livremente. Desta forma diz que estudou, ou antes, foi matriculado no 1° ano elementar, é analfabeto, ia à escola para surrar a piaçada. Começou a trabalhar aos 08 anos de idade, cuidando de suínos. Comprou, por 500 cruzeiros, uma fazenda de 750 alqueires. Faz transporte de gado em sua carreta, tem carteira de motorista e trabalha como pedreiro, encanador, eletricista. Conserta rádio e TV, repara carros, tem bicicletaria onde refaz bicicletas e as pinta para vender. Construiu, com mais dois auxiliares, um prédio de 17 andares no Pinheirinho, em Curitiba. Mexe com Paraná-motor (?) e transposta todos seus apetrechos de trabalho quando viaja.

LAUDO PSIQUIÁTRICO Nº 096/98

Amasiou-se aos 12 anos de idade, por pouco tempo; dois meses. Viveu outros dois meses com uma mulher que “tinha outro homem” (sic). A partir dos 15 anos conviveu 10 anos com uma terceira mulher. “Inteirou” 10 mulheres em sua vida. Atualmente tem uma mulher em cada lugar que frequenta. Tem apenas dois filhos que moram em Pinhão. Estava plantando uma roça de feijão, tomou “umas pingas” e o roubaram. Comprou 500 alqueires no Sanhaço, onde planta de tudo. Planta “pro gasto” e vende o que sobeja. Tem também umas terras em Campo Grande (MS) onde mora uma de suas amásias. Foi detido em várias circunstâncias, algumas por embriaguez, outra por ter assassinado um primo-irmão aos 16 anos de idade. Foi atirado; o antagonista disparou 6 balas, das quais uma delas penetrou no antebraço esquerdo (mostra cicatriz). Foi policial, matou cinquenta bandidos e quatro policiais. Nega delírio alucinatório sistematizado, contudo já enfrentou o “bradador”: fantasma de bóia-fria que em vida fraudou no volume de produção e noutra ocasião viu o “lobisomem” que dele fugiu quando ameaçado. Esteve internado em Maringá (uma vez), Jandaia (9 vezes), Ponta Grossa (8 vezes), Guarapuava (8 vezes). Cada internação durou, em média, 60 dias.

TESTAGENS PSICOLÓGICAS - As testagens psicológicas indicam no momento traçado de quadro compatível com doença mental, com estrutura frágil de personalidade, percepção alterada da realidade, dificuldade em distinguir entre os limites da fantasia e do real. Apresenta comprometimento nas relações interpessoais, instabilidade afetiva interna e externa, caracterizando pessoa facilmente perturbável pelos estímulos, com pouca capacidade de inibição dos impulsos, frente a situações frustrantes, tende a buscar a satisfação imediata de suas necessidades.

DISCUSSÃO - A simples leitura do item anterior já nos dá clara indicação de ser portador de doença mental: não há o mínimo de plausibilidade, a incoerência é evidente, as idéias são fantasiosas em excesso, a sugestibilidade é flagrante. Tais quadros eram clássicos de uma síndrome conhecida como PARAFRENIA, que a psiquiatria classificava em 4 espécies: sistematizada, expansiva, confabulatória e fantástica. Atualmente esta síndrome, a parafrenia, passou a fazer parte do grupo das esquizofrenias. A nosso ver deveria remanescer a antiga divisão, isto é, a parafrenia deveria ter cidadania própria, de vez que as diferenças com a esquizofrenia são

LAUDO PSIQUIÁTRICO N° 096/98

maiores do que as semelhanças. A parafrenia - em qualquer das formas - são o apanágio dos chamados tipos populares, que infelizmente divertem o povo com suas bizarrices causadas pela imensa tragédia de uma doença mental desagregativa muito séria.

CONSIDERAÇÕES - Não há cura. Os psicotrópicos atuais conseguem estacionar alguns sintomas e procrastinar a deterioração, que é inexorável. Um tratamento ambulatorial bem conduzido e ministrado por alguém que tenha ascendência sobre o paciente e o obrigue a se medicar consegue o que se convencionou chamar "cura social" que é a capacidade de o doente permanecer entre seus familiares. O isolamento em hospital funciona como que uma prisão. A rotina massacrante contribui para a deterioração ainda mais rápida. Recomenda-se o internamento curto nos períodos de surto. O Hospital de Custódia, em vista do excesso de trâmites burocráticos transforma-os em prisioneiros perpétuos porquanto o médico que o assiste terá que fornecer um atestado de cessação da periculosidade e como esta circunstância é aleatória e depende dos fatos supervenientes na vida em sociedade, a tendência é negar a alta, por prudência e precaução do profissional, pois caso suceda algum incidente o assistente culpar-se-á. Já nas clínicas liberais tal fato não responsabiliza penalmente o autor da permissão da alta hospitalar. Portanto, por uma questão humanitária, deve-se ter à mão um hospital particular e um médico que acompanhe o paciente quando em liberdade. Além disso a família deve ser conscientizada e orientada.

Nada mais havendo de interesse para o presente Laudo passamos a responder os quesitos:

Fls. 07 e 08 do Dr. Promotor Público, ratificados às fls. 11 pelo Dr. Advogado de Defesa:

1. Se o denunciado, ao tempo dos fatos narrados na denúncia (09.12.97) era portador de alguma doença mental? Qual?

Resposta: Sim. Parafrenia fantástica.

2. Em caso negativo (caso não seja portador de doença mental), possui desenvolvimento mental incompleto ou retardado?

Resposta: Os sintomas de doença mental são tão evidentes que obscurecem a avaliação de oligofrenia.

LAUDO PSIQUIÁTRICO Nº 096/98

3. Em decorrência dessa doença mental (se houver), ou desse desenvolvimento mental incompleto ou retardado (se houver), tinha o réu discernimento para: a) entender o caráter ilícito de sua conduta e b) determinar-se segundo esse entendimento?

Resposta: Não tinha, por doença mental, nem discernimento nem capacidade para entender o caráter ilícito de sua conduta nem para determinar-se segundo esse entendimento.

4. Caso o discernimento indicado no item anterior seja apenas parcial (o réu tinha, parcialmente, discernimento) indicar.

Resposta: Ambas as capacidades, entendimento e determinação, eram nulas.

Fls. 12 do MM. Juiz de Direito:

Quesito único - Caso as respostas aos quesitos do Dr. Promotor da Justiça sejam afirmativas, qual o tratamento indicado?

Resposta: Vide o item CONSIDERAÇÕES no texto do Laudo.

Observação: Foram omitidos deste laudo o nome do interno e sua filiação, bem como os nomes dos dois médicos psiquiátricos e da psicóloga, que o assinaram.

ANEXO 2



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO

DADOS GERAIS

CADASTRO VEP							

PRONTUÁRIO							

NOME COMPLETO DO IDENTIFICADO																							

SOBRENOME							

NOME COMPLETO DO PAI DO IDENTIFICADO																							

ALCUNHA							

NOME COMPLETO MÃE DO IDENTIFICADO																							

TIPO PRESO			
1. Provisório			
2. Condenado			
3. Primário			
4. Reincidente			

DATA DE NASCIMENTO		
DIA	MÊS	ANO

NATURALIDADE																							
CIDADE																					ESTADO		

NACIONALIDADE											

SEXO	
1 - MASCULINO	
2 - FEMININO	

DATA DA PRISÃO		
DIA	MÊS	ANO

ENTRADA NA UNIDADE		
DIA	MÊS	ANO

PROFISSÃO OU OCUPAÇÃO																							

GRAU DE INSTRUÇÃO		
01 - Analfabeto		
02 - Alf. element. moral		
03 - 1º grau completo		
04 - 2º grau completo		
05 - Superior completo		
06 - Pós-graduação		
07 - Primário completo		
08 - 1º grau incompleto		
09 - 2º grau incompleto		
10 - Superior incompleto		
11 - Primário incompleto		

PROCEDÊNCIA COMARCA																							

PROCEDÊNCIA MUNICÍPIO																					ESTADO		

RESIDÊNCIA																							
TIPOLOG		NOME DO LOGRADOURO																		NUMERO			

ESTADO CIVIL		
01 - Solteiro		
02 - Casado		
03 - Viúvo		
04 - Desquitado		
05 - Divorciado		
06 - Amasiado		
07 - Separado		
08 - Situação marital		
09 - Mão solteira		

COMPLEMENTO												BAIRRO OU DISTRITO											

CIDADE																					ESTADO		

TÉRMINO DA PRISÃO				

INTERRUPÇÕES									

RELIGIÃO		
01 - Católica		
02 - Protestante		
03 - Batista		
04 - Luterana		
05 - Espírita		
06 - Testemunha de Jeová		
07 - Adventista		
08 - Mormon		
09 - Alcu		
99 - Outros		

NOME COMPLETO DO ENTREVISTADOR															ASSINATURA								

ANOTAÇÕES GERAIS:

DATA		
DIA	MÊS	ANO

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO FÍSICA E DACTILOSCÓPICA

FOTO
Frente

5 x 7

FOTO
Perfil

5 x 7

NOME									

LIGAÇÃO									

PROFISSIONAL									
--------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

CATEGORIA VEP									
---------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

INDIVIDUAL DACTILOSCÓPICA									
D									
E									

DATA DE IDENTIFICAÇÃO									

NOME DO IDENTIFICADOR									

Assinatura do Interno

Polegar Direito

CUTIS

- 01 - Branca
- 02 - Preta
- 03 - Parda
- 04 - Amarela

BOCA

- 01 - Grande
- 02 - Normal
- 03 - Pequena

CICATRIZES

- 01 - Teste
- 02 - Face/Cabeça-lado esquerdo
- 03 - Face/cabeça-lado direito
- 04 - Nariz
- 05 - Lábio Superior
- 06 - Lábio Inferior
- 07 - Queixo
- 08 - Pescoço
- 09 - Braço Direito
- 10 - Braço Esquerdo
- 11 - Mão Direita
- 12 - Mão Esquerda
- 13 - Dedo(s) mão direita
- 14 - Dedo(s) mão esquerda
- 15 - Tronco (frente)
- 16 - Tronco (costa)
- 17 - Perna Esquerda
- 18 - Perna direita
- 99 - Outros (especificar)

ROSTO

- 01 - Redondo
- 02 - Comprido
- 03 - Achatado
- 04 - Ovalado

LÁBIOS

- 01 - Finos
- 02 - Gossos
- 03 - Deformados
- 04 - Leporinos

CABELO

- 01 - Castanhos
- 02 - Pretos
- 03 - Louros
- 04 - Grisalhos
- 05 - Ruivos
- 06 - Brancos
- 07 - Lisos
- 08 - Encaracolado
- 09 - Ondulados
- 10 - Carepina
- 99 - Sem Cabelo

BIGODE

- 01 - Fino
- 02 - Grosso
- 03 - Raspado

BARBA

- 01 - Rala
- 02 - Chela
- 03 - Raspada

TESTA

- 01 - Alto
- 02 - Curta
- 03 - Com entradas

PESCOÇO

- 01 - Fino
- 02 - Grosso
- 03 - Curto
- 04 - Comprido
- 05 - Normal

ALTURA

SOMBRANCELHAS

- 01 - Separadas
- 02 - Unidas
- 03 - Finas
- 04 - Grossas
- 05 - Sem sombrancelhas

OLHOS

- 01 - Castanhos
- 02 - Pretos
- 03 - Azuis
- 04 - Verdes
- 05 - Duas cores
- 06 - Redondos
- 07 - Orientais
- 08 - Grandes
- 09 - Pequenos
- 99 - Sem OLHOS

COMPLEIÇÃO

- 01 - Magro
- 02 - Médio
- 03 - Gordo
- 04 - Troncudo
- 05 - Raquítico

PESO

AMPUTAÇÕES

- 01 - Orelha Direita
- 02 - Orelha Esquerda
- 03 - Braço Direito
- 04 - Braço Esquerdo
- 05 - Mão Direita
- 06 - Mão Esquerda
- 07 - Perna Direita
- 08 - Perna Esquerda
- 09 - Pé Direito
- 10 - Pé Esquerdo
- 11 - Dedo(s) de mão direita
- 12 - Dedo(s) mão esquerda

SINAIS PARTICULARES

- 01 - Braço Direito
- 02 - Braço Esquerdo
- 03 - Corcunda
- 04 - Dentuço
- 05 - Desdentado
- 06 - Dedo(s) de mão direita
- 07 - Dedo(s) da mão esquerda
- 08 - Estrábico
- 09 - Faltando olhos
- 10 - Gogo exagerado
- 11 - Face
- 12 - Mão direita
- 13 - Mão esquerda
- 14 - Mudo
- 15 - Pé direito
- 16 - Pé esquerdo
- 17 - Perna direita
- 18 - Perna esquerda
- 19 - Paralisia parcial
- 20 - Surdo
- 99 - Outras (especificar)

ORELHAS

- 01 - Pequenas
- 02 - Grandes
- 03 - Normais
- 04 - Coladas
- 05 - Abertas
- 99 - sem ORELHAS

TATUAGENS

- 01 Braço direito
- 02 Braço esquerdo
- 03- Dedo(s) da mão direita
- 04 Dedo(s) da mão esquerda
- 05 Mão direita
- 06 Mão esquerdo
- 07 Perna direita
- 08 Perna esquerda
- 09 Tronco (frente)
- 10 Tronco (costas)
- 99 Outros

NARIZ

- 01 - Afilado
- 02 - Achatado
- 03 - Comprido
- 04 - Pequeno
- 05 - Arrebitado

PECULIARIDADES

- 01 - Careca
- 02 - Canhoto
- 03 - Cavanhaque
- 04 - Afeminado
- 05 - Masculinizada
- 06 - Usa bengala
- 07 - Sotaque regional
- 08 - Sotaque estrangeiro
- 09 - Rói unhas
- 10 - Tiques e cacoetes
- 11 - Doente mental
- 12 - Gago
- 13 - Usa peruca
- 14 - Oculos incomuns
- 15 - Dente(s) de ouro
- 16 - Uso de gina
- 99 - Outras (especificar)



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
SERVIÇO SOCIAL PENITENCIÁRIO

PRONTUÁRIO SOCIAL

ESTABELECIMENTO

DATA:/...../.....

I. — IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

APELIDO: SEXO: ESTADO CIVIL:

DATA DE NASCIMENTO: NATURALIDADE:

NACIONALIDADE: PROCEDÊNCIA:

OBS.:

.....

2. — SITUAÇÃO DOCUMENTAL:

IDENTIDADE () CERTIDÃO DE NASCIMENTO () TÍTULO DE ELEITOR ()

CERTIFICADO DE RESERVISTA () CARTEIRA DE TRABALHO () CERTIDÃO DE

CASAMENTO () C.P.F. () P.I.S. () OBS.:

.....

3. — SITUAÇÃO PENAL:

ARTIGOS:

DELITO:

.....

.DATA DA DEIXENÇA
 TEMPO DA PENA TEMPO QUE JÁ CUMPRIU
 TEMPO DE MEDIDA DE SEGURANÇA TEMPO QUE JÁ CUMPRIU
 MEDIDA DE TRATAMENTO TEMPO QUE JÁ CUMPRIU
 REINCIDÊNCIA NO DELITO

 BENEFÍCIOS RECEBIDOS

4. — SITUAÇÃO FAMILIAR:

Nome	Vínculo	Idade	Sexo	Est. Civil	Grau Instr.	Profissão ou Ocupação	Salário	Ins. Prev.

— ENDEREÇO DOS PAIS OU RESPONSÁVEL:

RUA: N.º BAIRRO
 CIDADE: PROXIMIDADES:
 TELEFONE PARA CONTATO:
 NOME DO PAI:
 NOME DA MÃE:

5. — SITUAÇÃO CIVIL:

CASADO () SEPARADO () DIVORCIADO () AMASIADO ()
 MÃE SOLTEIRA () IGNORADO ()

OBS.:

6. — SITUAÇÃO LEGAL DO INTERNUO:

FILHO LEGÍTIMO ()

FILHO ILEGÍTIMO ()

FILHO ADOTIVO ()

7. — PROCEDÊNCIA FAMILIAR:

ORGANIZADA () DESINTEGRADA () INCOMPLETA () CONSTITUÍDA LEGALMENTE ()

8. — DEPENDÊNCIA FAMILIAR

DESTITUÍDO DE FAMÍLIA ()

REJEITADO ()

ABANDONADO ()

ACEITO COM RESTRIÇÃO ()

BEM ACEITO ()

OBS.:
.....
.....
.....

9. — PROCEDÊNCIA SOCIAL:

DA ÁREA RURAL ()

DA ÁREA URBANA () DA ÁREA SEMI-URBANA ()

10. — INTERAÇÃO FAMILIAR:

INDEPENDENTE ()

DEPENDENTE ()

INDIFERENTE ()

CONFLITANTE ()

HARMONIOSO ()

11. — VÍNCULO FAMILIAR:

MANTÉM O VÍNCULO COM SEUS FAMILIARES:

POR VISITA ()

POR TELEFONE ()

POR CARTA ()

— DE MODO REGULAR E CONSTANTE ()

— DE MODO IRREGULAR E INCONSTANTE ()

— DE QUANTO EM QUANTO TEMPO?

— COM QUEM MAIS ESPECIFICAMENTE?

— RECEBE VISITA DE QUANTO EM QUANTO TEMPO?

— CORRESPONDE-SE COM OS FAMILIARES DE QUANTO EM QUANTO TEMPO?

.....

— COMUNICA-SE COM OS FAMILIARES POR TELEFONE?

— DE QUANTO EM QUANTO TEMPO?

12. — SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

E ASSISTIDO POR QUAL ORGAO PREVIDENCIARIO.

I.N.P.S. () I.P.M.C. () I.P.E. () FUNRURAL () OUTROS:

SITUAÇÃO ASSISTENCIAL?

APOSENTADO () AUXÍLIO RECLUSÃO () AUXÍLIO DOENÇA () OUTROS? ..

.....

13. — SITUAÇÃO PROFISSIONAL:

— IDADE QUE INICIOU O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE REMUNERADA?

— QUE ATIVIDADE JÁ EXERCEU?

— QUAL A PROFISSÃO?QUAL OFÍCIO?

— TEM HABILIDADES ARTESANAIS?

— TEM HABILIDADES ARTÍSTICAS?

— VÍNCULO EMPREGATÍCIO NA ÉPOCA DA DETENÇÃO:

EMPREGADO () DESEMPREGADO ()

— DESEMPREGADO HÁ QUANTO TEMPO?

— EM QUAL ESTABELECIMENTO ESTAVA EMPREGADO?

— POSSUI CURSO PROFISSIONALIZANTE?

14.—.SITUAÇÃO ECONÔMICA:

CARENTE () RAZOÁVEL () BOA ()

OBS.:

.....

.....

.....

.....

15. — SITUAÇÃO HABITACIONAL:

CASA PRÓPRIA () ALUGADA () N.º DE PEÇAS () N.º DE PESSOAS ()

SEM RESIDÊNCIA FIXA ()

OBS.:

.....

.....

16. — SITUAÇÃO DE SAÚDE:

— DOENÇAS QUE JÁ TEVE

— DOENÇA NO MOMENTO

— QUE TRATAMENTO JA FEZ?

— EM QUE HOSPITAL JA ESTEVE INTERNADO?

17. — SITUAÇÃO ESCOLAR:

ANALFABETO () SEMI-ANALFABETO () ALFABETIZADO () 1.º GRAU ()

2.º GRAU () SUPERIOR () QUAL?

.....

OBS.:

.....

.....

18. — SITUAÇÃO ESPIRITUAL:

— RELIGIÃO QUE PROFESSA: CRISTÃ () MUÇULMANA () NENHUMA ()

— A ORGANIZAÇÃO RELIGIOSA QUE ESTÁ FILIADO

— É PRATICANTE? É POR TRADIÇÃO?

19. — PERSPECTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO:

— CONDIÇÕES DE REINSERÇÃO FAMILIAR:

COM OS PAIS () COM A ESPOSA () SOZINHO () COM OUTRA PESSOA ()

TEM CONDIÇÕES DE MORAR SOZINHO?

-- CONDIÇÕES DE REINSERÇÃO SOCIAL:

É ACEITO NA COMUNIDADE DE ORIGEM?

É REJEITADO PELA COMUNIDADE?

CORRE RISCO DE VIDA?

QUAL OUTRA COMUNIDADE QUE PRETENDE MORAR?

— CONDIÇÕES DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL:

POSSUI OPORTUNIDADE DE TRABALHO?

QUAL?

ONDE?

— DIAGNÓSTICO SOCIAL

.....

.....

.....

.....

.....

.....
.....
.....
.....
— PLANO DE ACOMPANHAMENTO.

DATA	ENTREVISTA DE IMPLANTAÇÃO E REVISÃO

ANEXO 3

Romildo Rodrigues Kereira
Pinhais, 1 de Setembro 2000
CMP

Um sonho de liberdade

Tomos, chamados para ver um show de magia. E me ~~foi~~ emocionou muito, pelo carinho e alegria como eles tentam passar para nós.

Mesmo eles sabendo que somos presos nos trataram como seres humanos, e me fazendo entender o significado de uma liberdade.

Porque, quando recebemos carinho e afeto nos faz sentir vivos e nos faz pensar em vencer essa barreira que estamos passando.

Porque para nós sermos felizes aqui se basta sermos tratados como pessoas por isso eu quero estudar, participar das atividades que a pedagogia nos proporciona porque sentimos como se estivéssemos livres.

1/9/2000 de Setembro.

Arnaldo B. de Oliveira

Antem foi um show um espetáculo
culos uma distração ver aqueles pa-
lhaço fazer todo essa gente rir isso
é demais de Maravilhoso.

E também ver aqueles Magice que
aquele artista fez foi um show Ma-
ravilhoso de bastante alegria e felici-
dade..

Nós todos ficamos cheios de alegria.

Foi um divertimento para todos nos que
estamos solitário em nossa enfermaria

Antem foi um show de prazer ver
aqueles moços irmãos fazendo um show
de amor e prazer para alegrar nossos
corações.

ALUNO = CARLOS A. GABARDO.

DE SÉRIE A 8ª SÉRIE A.

PORTUGUÊS.

O TEATRO

O TEATRO ESTAVA LOTADO, POIS A MAIORIA DOS PRESOS ESTAVAM ANSIOSOS PARA ASSISTIREM O ESPETÁCULO.

COMEÇOU COM A APRESENTAÇÃO DA PROFA VANDERLY, SOBRE O TEMA AMOR. LÊU ALGUNS ITENS SOBRE O ASSUNTO. DEPOIS ASSISTIMOS À APRESENTAÇÃO DAS MÁGICAS, À QUAL ALÉM DE SERVIR DE HUMOR FOI UMA DESCONTRAÇÃO SUPER LEGAL PARA QUEM PUDÉSSEMOS TER UM REFRIGÉRIO A NOSSA ALMA. LOGO EM SEQUIDA ASSISTIMOS ALGUMAS BRINCADEIRAS, COM OS DOIS PALHAÇOS COMO; APITO, FLAUTA, E LOGO EM SEQUIDA O MALABARISMO COM BOLAS PEQUENAS, GARRAFAS E BOLINHAS MENORES, JOGANDO PARA O ALTO E DEIXANDO O SAIR DENTRO DA CAÇAPA DE COURO AS QUAIS ERAM PRESAS POR UMA CINTA, QUE ~~TA~~ ERA COLOCADO NA CINTURA. POR ÚLTIMO, NOVAMENTE OS DOIS PALHAÇOS, FINALIZARAM COM ALGUMAS BRINCADEIRAS, JOGANDO ALGUMAS BALAS DE AMENDOIM PARA A PATÉIA. FOI UM ESPETÁCULO MUITO GOSTOSO DE ASSISTIR, POIS NÓS DIVERTIMOS-NOS E DESCONTRAIMOS MUITO.

Célio Ribeiro da Rocha.

Para mim lembro de muitas coisas lindas mas
Eu já mais acharia que eu mesmo estando numa
Prisão mas que senti tantas, e tantas lembranças
do dia mais emocionante de ver uma pessoa já
de idade avançada dar muitas alegrias
trouxe não só para mim mas para outros
internos que estão já em recuperação.
sempre creio se agente guardar tudo o que
foz de bom jamais teremos tristezas.

mas isto que nos da são as pessoas
que trabalham no sistema Penitenciário.

que se vive assim tal vez mais do que
as famílias... porque agente sabe que a
família nossa longe tal vez não tem
acompanhados de nós, vela mas tem
quem nos ajude. sobre os meus dias
que vivo para mim é muito importante

porque eu trabalho ajudando de doentes
e a alegria que eu tenho reparto
com eles e para mim isto é
amor e respeito. agente reparte as alegrias

porque eu fico contente em ver os calhagens
de trabalho e seu amor e alegria

como as pessoas que sempre esperam
o amor e alegria e paz e liberdade
isso tudo que eu vivo e sinto

dia 13/05/2009

Tudo é amor

1/3/2.000 JOELMO AP. DOS SANTOS

O ESPETACULO

O ESPETACULO O QUE EU GOSTEI FOI: OS PALHAÇOS, O MAGICO, O PROFESSOR, EM FIM DE TODOS QUE VIEM FAZER ESSA BRINCADEIRA CONOSCO, EU GOSTEI POR ESSE MOTIVO ELAS FIZERAM A GENTE RIR E TAMBEM NÓS SE SENTIMOS MUITO BEM, COM A BRINCADEIRA PRINCIPALMENTE EU ME SENTI MUITO BEM. COM ESSE ESPETACULO.

Fim
